



# **RELATÓRIO E CONTAS**

Exercício de 2011

Fevereiro de 2012



## ÍNDICE

INTRODUÇÃO .....	7
I. SÍNTESE DA ACTIVIDADE .....	9
II. A DINÂMICA DO MERCADO .....	13
A. ECONOMIA INTERNACIONAL.....	13
B. ECONOMIA NACIONAL .....	15
A. MERCADO DE CAPITALIS.....	16
B. O MERCADO SEGURADOR NACIONAL .....	20
III. O ENQUADRAMENTO DO NEGÓCIO.....	24
A. ESTRATÉGIA DA LUSITANIA .....	24
1. Execução do plano estratégico .....	24
2. Inovação e gestão de projectos .....	25
3. Lusitania Centro de Conhecimento .....	25
B. GOVERNAÇÃO DA EMPRESA .....	25
1. Estrutura de governação.....	25
2. Estrutura de capital e principais accionistas.....	28
3. Gestão de riscos e controlo interno .....	28
4. Conformidade .....	29
C. CAPITAL HUMANO .....	29
1. Efectivo.....	30
2. Formação .....	30
3. Medicina, higiene e segurança no trabalho.....	31
4. Fundo de pensões .....	31
D. PARCERIAS .....	31
1. Mediadores.....	31
2. Bancasseguros .....	33
3. Resseguradores .....	34
E. CLIENTES .....	35
F. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO .....	36
G. COMUNICAÇÃO.....	37

1. Aniversário da Lusitania.....	37
2. LusitaniaMar .....	38
3. Aniversário da Moçambique Companhia de Seguros .....	38
4. Distinções .....	38
H. RESPONSABILIDADE SOCIAL .....	39
1. Apoio à comunidade .....	39
2. Mecenato.....	40
3. Patrocínios.....	40
4. Defesa do património histórico e cultural .....	40
IV. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA.....	41
A. ANÁLISE DA CARTEIRA DE NEGÓCIOS .....	41
1. Apólices .....	41
2. Prémios .....	41
3. Composição da carteira .....	42
B. GESTÃO DOS SINISTROS .....	43
C. ANÁLISE DO RESSEGURO.....	44
1. Resseguro cedido.....	44
2. Resseguro aceite.....	45
D. ANÁLISE DOS CUSTOS .....	45
1. Custos de exploração .....	45
2. Custos por natureza .....	46
E. GESTÃO DE ACTIVOS .....	46
F. INDICADORES DE DESEMPENHO .....	50
G. GESTÃO DO CAPITAL.....	51
1. Estrutura do capital.....	51
2. Solvência .....	52
V. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	54
VI. PERSPECTIVAS PARA 2012.....	55
A. A ACTIVIDADE ECONÓMICA .....	55
B. ENQUADRAMENTO DO MERCADO SEGURADOR.....	55
C. A ESTRATÉGIA DO TRIÉNIO 2011-2013 .....	56
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	59
ANEXOS.....	61

ANEXO 1. RELATÓRIO DO GOVERNO SOCIETÁRIO .....	63
ANEXO 2. FUNDADORES E CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO DA LUSITANIA....	69
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS .....	73
NOTAS AO BALANÇO E CONTA DE GANHOS E PERDAS .....	83
CERTIFICAÇÕES .....	155



## INTRODUÇÃO

Nos termos da Lei e dos Estatutos submetemos à apreciação dos Senhores Accionistas o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.

Em 6 de Junho de 2011 a Lusitania completou o seu 25º aniversário. A expressão e dimensão que a empresa alcançou no sector financeiro nacional e o seu contributo para a renovação e dinamização da actividade seguradora em Portugal constituem um justo motivo de orgulho para todos os que estiveram ligados à sua fundação e desenvolvimento.

Primeira empresa seguradora fundada depois de 1947, a Lusitania reintroduziu a concorrência no sector após a nacionalização da actividade contribuindo, desta forma, para a renovação do sistema financeiro nacional e para a dinamização da actividade económica.

Na sequência da recente aquisição pela Lusitania da Companhia de Seguros Real e da integração da Mutuamar, a Lusitania reforçou, de forma significativa, a expressão do Grupo Montepio no sector segurador nacional.

O Grupo Montepio apresenta hoje uma maior intervenção num sector que desempenha um papel relevante na protecção da sociedade civil e que, simultaneamente, apresenta importantes sinergias com a actividade mutualista e bancária, gerando valor para o País, para as empresas, particulares e associados.





## I. SÍNTESE DA ACTIVIDADE

A Lusitania, em termos individuais, registou, em ramos reais, um crescimento de 4,8% face a 2010, apresentando um volume de prémios de 243,5 milhões de euros, o que corresponde uma quota de mercado de 6%.

Numa conjuntura difícil da actividade económica e financeira nacional, a actividade seguradora registou uma redução de prémios de quase 1%, enquanto a Lusitania registou um crescimento de 4,8%, bem revelador da dinâmica da empresa.

As áreas de negócio que mais contribuíram para este crescimento foram os Transportes e Cascos de Navios, as quais, sob a marca “Lusitania Mar”, registando um crescimento de 64% no respectivo volume de negócios e colocando a Lusitania entre as Seguradoras mais importantes do mercado (2º lugar do ranking com uma quota superior a 14%), num segmento que regrediu cerca de 5% e o ramo Automóvel, em que a Lusitania cresceu 13%, tendo atingido um volume de prémios superior a 111 milhões de euros.

A Lusitania manteve a 9ª posição nos mencionados segmentos, sendo de registar que, no conjunto da actividade, apresentou um comportamento de estagnação, face a 2010. No ramo de Saúde apresentou um crescimento de 2,4%, em linha com o mercado, atingindo os 13,4 milhões de euros de prémios.

O crescimento destes ramos compensou a diminuição dos prémios nos ramos que integram o conjunto Acidentes, cujo volume diminuiu face ao comportamento dos Acidentes Pessoais mas, fundamentalmente, pela redução de prémios de Acidentes de Trabalho que diminuíram mais de 4%, em grande parte em resultado da redução da massa salarial segurável, o que sempre sucede em períodos de crise.

O número de apólices em vigor em 2011 aumentou 5,7% face a 2010, situando-se em cerca de 831 mil contratos. O número de clientes aumentou de cerca de 494,5 mil, no ano de 2010, para os 535,2 mil em 2011.

Ao nível da oferta de produtos, manteve-se o carácter inovador, tendo sido preparado o lançamento para 2012 de soluções integradas, como o Plano E+, com novas protecções, ao nível da Responsabilidade Civil Ambiental, e também soluções adequadas às diferentes redes (Seguro de Saúde Montepio Salutare, Sorriso Garantido e Saúde Dentária).

O aprofundamento da relação entre a Lusitania e o Montepio, em particular no que respeita ao aproveitamento das respectivas redes de distribuição e à complementaridade dos seus produtos, constitui um vector de desenvolvimento da estratégia da Companhia. Neste âmbito, é de referir a consolidação do projecto de *assurfinance*, bem como o reforço da *bancassurance*, com a constituição, no final de 2011, de uma equipa de consultores de seguros da Lusitania dedicada exclusivamente à dinamização das redes comerciais do Montepio.

Importa, também, referir que o impacto fortemente negativo da integração da Real se fez sentir, verdadeiramente, no exercício findo.

É do conhecimento geral que os activos daquela Seguradora eram geridos pelo BPN, cujo universo integrava e, naturalmente, o seu modo de aquisição, composição da carteira, estrutura e valorização não diferia do modelo de gestão daquele Grupo. Não admira, pois, que para além das imparidades continuamente registadas se verifique que mais de cem milhões de activos incorporados registem rendimento negativo.

Salienta-se que se inserem no que se deixa dito, tanto os activos mobiliários como os imobiliários, sem uma única excepção.

Cumpre, também, dizer que, considerando a existência de contratos de longo prazo e o intuito de preservar a rede de mediação até completa avaliação da sua qualidade e potencial, a selecção de carteira não foi levada a efeito de um modo exaustivo, o que teve impactos negativos na rentabilidade técnica.

É convicção do Conselho que o exercício de 2012 possibilitará corrigir algumas das distorções enunciadas, atentas as medidas entretanto implementadas a partir de Outubro de 2011, havendo, contudo, consciência que, atenta a conjuntura económica, a completa normalização irá ainda arrastar-se por 2 ou 3 exercícios.

Resta referir que, em 2011, o resultado líquido da actividade registou uma diminuição para 104 milhares de euros, que se ficou a dever, fundamentalmente à elevada sinistralidade nos ramos de acidentes de trabalho e automóvel e ao efeito da contabilização dos impostos diferidos ainda consequência do regime de transição do plano de contas para as empresas de seguros para um novo plano alinhado aos IAS/IFRS.

Resta dizer que, em 2011, a Lusitania recebeu as seguintes distinções:

- Grande Prémio de Excelência na Comunicação promovido pela APCE – Associação Portuguesa de Comunicação Empresarial;
- Prémio de Excelência - Museu de Numária de Ouro Portuguesa – Categoria de Responsabilidade Histórica e Memória Empresarial promovido pela APCE;
- Grande Prémio de Excelência na Comunicação promovido pela APCE – Site (melhor Website);
- Prémios Sapo 2011  
Campanha “Viagem Segura” (jogo online)  
Prémio Prata na categoria Sector Financeiro
- 3 menções honrosas em 3 trabalhos com Diploma de Mérito do Grande Prémio de Excelência na Comunicação:
  - Na categoria de Webletter com o Breves Instantes (newsletter diária de comunicação interna)

- Na categoria Video e Webcast com os filmes institucionais “Actualidades” e “LusitaniaMar”.
- Diploma Fundação Cidade de Lisboa

### Principais indicadores da actividade

(milhares de euros)	2008	2009	2009 (1)	2010	2011
Prémios brutos emitidos do Seguro Directo	137.218	130.241	130.241	232.373	243.475
Quota de mercado (não vida) (2)	3,3%	3,3%	3,3%	5,8%	6,0%
Taxa de Variação dos prémios (3)	-11,4%	-5,1%	-5,1%	78,4%	4,8%
Índice de sinistralidade	62,4%	61,5%	61,5%	62,7%	71,5%
Taxa de Comissionamento	14,6%	13,1%	13,1%	13,2%	13,0%
<i>Expense ratio</i>	32,2%	32,6%	32,6%	33,7%	30,7%
<i>Combined ratio líquido</i>	94,6%	94,1%	94,1%	96,4%	102,2%
Resultado Líquido	2.739	4.292	3.731	3.034	104
Investimento	198.503	383.817	383.817	377.001	357.723
Nº de trabalhadores	360	673	673	645	656
Prémios por trabalhador	381	341	341	360	371
Apólices por trabalhador	1.276	1.218	1.218	1.220	1.257
Rentabilidade das vendas	1,7%	3,3%	2,9%	1,3%	0,0%
Capitais próprios	25.403	82.413	77.489	75.997	72.427
Rentabilidade dos capitais próprios	9,4%	5,2%	4,8%	4,0%	0,1%
Custos por Natureza por Apólice	52,53	62,78	62,78	60,57	50,37
Custos com Pessoal por Apólice	28,65	32,41	32,41	31,40	24,96
FSE por Apólice	18,69	25,23	25,23	21,73	15,96
Cobertura da Margem de Solvência	1,1	1,6	n.d.	1,6	1,7

(1) Informação relativa às contas re-expressas, decorrentes da reavaliação do *goodwill*, na sequência da aquisição da Real Seguros e da Mutuamar

(2) Para efeitos da quota de mercado, a produção da actividade seguradora representa um universo de 95,9%

(3) O crescimento consolidado, incluída a carteira da Real Seguros e da Mutuamar, em 2009, foi de 0,3%.



## II. A DINÂMICA DO MERCADO

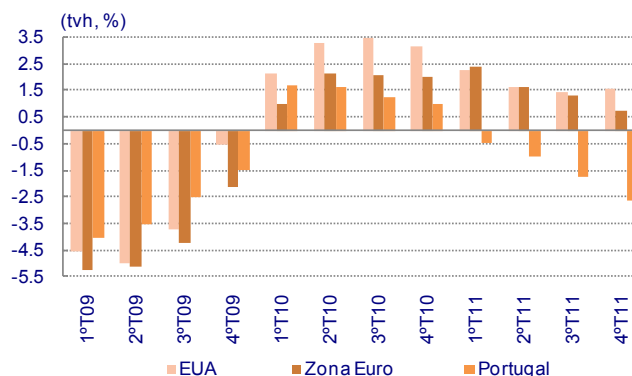
### A. ECONOMIA INTERNACIONAL

A conjuntura macroeconómica no ano de 2011 ficou marcada pela continuação da recuperação económica global, iniciada na segunda metade de 2009. Todavia, o ritmo de recuperação abrandou e os riscos acentuaram-se, no quadro de diversos choques a que as economias foram sujeitas:

- A incerteza geopolítica resultante da “primavera árabe” conduziu a subidas nos preços das *commodities*, que já vinham a ser suportadas pelo forte crescimento das economias emergentes, tendo aquelas subidas provocando uma aceleração da inflação que acabou por penalizar o rendimento real das famílias e condicionar o crescimento do consumo privado;
- O sismo do Japão: a área afectada não foi particularmente importante no seio do tecido empresarial japonês, mas os efeitos sobre a economia mundial foram bem superiores ao inicialmente esperados, evidenciando a capilaridade da indústria e da logística mundiais, com os atrasos nos fornecimentos de componentes electrónicas e de automóveis a conduzirem a paragens de fábricas por todo o Mundo e a reflectirem-se num abrandamento do consumo privado nos meses contíguos ao sismo, interrompendo também o processo de melhoria no mercado laboral que se vinha a observar nos EUA, algo que não é de minimizar, atendendo à importância do consumidor americano para a economia mundial;
- A contínua irresolução da crise da dívida soberana da Zona Euro, que teve efeitos no aumento dos prémios de risco nos mercados financeiros, conduzindo a condições financeiras mais restritivas para os agentes económicos, não só nos países mais afectados, mas também com efeitos de contágio sobre o sistema financeiro internacional, com impacto ao nível das decisões de consumo e de investimento. O alastrar da atenção dos mercados a Espanha e Itália colocou a crise noutro patamar: o dos efeitos económicos sobre a economia mundial das medidas de austeridade nestes países, sendo que a própria França também começou a ver ameaçado o seu *rating* AAA (entretanto já cortado no início de 2012 por uma das três principais agências), conduzindo o Governo a anunciar medidas que visam uma consolidação orçamental mais tempestiva.

As economias emergentes também não ficaram imunes a estes desenvolvimentos, com o Brasil a iniciar, logo no final de Agosto, a inversão da sua política monetária com uma inesperada descida de taxas de juro. Na China, o PIB cresceu em 2011 ao mesmo ritmo de 2009, ano em que a crise económica e financeira mundial estava no seu pleno, facto que está a mudar as preocupações das autoridades do controlo da inflação para o combate ao abrandamento económico.

## Crescimento do Produto Interno Bruto (PIB)



Fonte: Thomson Reuters.

A economia global fechou o ano com um fraco ímpeto de crescimento, apenas com os EUA a registarem crescimentos minimamente relevantes entre as principais economias desenvolvidas, na medida em que a Zona Euro, o Reino Unido e o Japão contraíram no 4º trimestre. Neste contexto, o Fundo Monetário Internacional (FMI), nas suas previsões intermédias de Janeiro, veio rever em baixa o crescimento para a economia mundial quer para 2011 (de +4,3% para +3,8%), quer para 2012 (de +4,5% para +3,3%). Apesar do abrandamento, continuaram a ser visíveis ritmos de crescimento bastante diferenciados, em 2011, entre as economias desenvolvidas (+1,6%) e as economias emergentes e em desenvolvimento (+6,2%).

Na **Zona Euro**, após um arranque de 2011 marcado pela consolidação da recuperação iniciada na segunda metade de 2009, a economia entrou em marcado abrandamento no segundo trimestre do ano. Numa primeira fase, reflectindo os choques conjuntos da subida dos preços das *commodities* e dos efeitos dos atrasos dos fornecimentos industriais provenientes do Japão, na sequência do sismo. Numa segunda fase, em resultado do efeito da intensificação da crise da dívida soberana na região, que se consubstanciaram em fortes divergências geográficas, particularmente ao nível das economias que tiveram de enveredar por processos de acentuada consolidação orçamental. Os efeitos macroeconómicos dessa consolidação estavam inicialmente mais limitados, já que se encontravam restritos sobretudo aos países sob programas de assistência financeira (Grécia, Irlanda e Portugal). No entanto, a partir de meados do ano as taxas de juro da dívida pública de Itália e Espanha subiram acentuadamente em mercado secundário, países que, devido à sua dimensão, tornam as políticas de consolidação orçamental recessivas para o conjunto da Zona Euro. Assim, em resultado da subida das taxas de juro da dívida soberana, dos efeitos da desalavancagem do sector bancário na economia real e das medidas adicionais de consolidação orçamental, a economia da moeda única terminou o último trimestre do ano a contrair, naquela que terá sido uma entrada em recessão técnica, cuja duração estará naturalmente condicionada pelos futuros desenvolvimentos no capítulo da crise da dívida. Ainda assim, o PIB da região conseguiu crescer 1,5% em 2011, mas em desaceleração face ao crescimento de 1,8% observado em 2010.

## B. ECONOMIA NACIONAL

A actividade económica evoluiu praticamente todo o ano de 2011 em contra-ciclo com a Zona Euro, observando reduções de crescimento em todos os trimestres. A única excepção foi o último trimestre do ano, onde também a Zona Euro contraiu, embora substancialmente menos do que Portugal (reduções em cadeia de 0,3% e decréscimos de 1,3%, respectivamente). A economia nacional observou uma queda historicamente apenas inferior às observadas nos primeiros trimestres de 2009 e de 1984 (série iniciada em 1978), que ultrapassaram os dois pontos percentuais. No conjunto do ano, o PIB terá contraído 1,5%, depois de em 2010 ter conseguido crescer 1,4%, mas não tendo sequer conseguido recuperar metade do que havia caído em 2009 (-2,9%).

A quebra da actividade no arranque do ano começou por reflectir as medidas de austeridade implementadas pelo Governo, nomeadamente o aumento de impostos e os cortes de remunerações dos funcionários públicos. Num contexto de crescentes dificuldades de financiamento dos agentes, no início de Abril, Portugal formalizou um pedido de assistência financeira ao BCE, FMI e à Comissão Europeia. No âmbito do Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF) subscrito com essas entidades, foi anunciado mais um vasto conjunto de medidas, que implicaram uma considerável deterioração das perspectivas quanto à evolução da procura interna. A forte contracção da actividade no final do ano esteve, naturalmente, também intrinsecamente associada às medidas adoptadas e anunciadas pelo Governo com o objectivo de dar cumprimentos ao acordo assinado, destacando-se:

- i) o aumento do IVA na energia;
- ii) a sobretaxa aplicada ao subsídio de Natal;
- iii) as expectativas dos agentes face às fortes medidas de austeridade para 2012 inscritas no Orçamento de Estado para 2012; e
- iv) o abrandamento e/ou mesmo contracção da actividade em alguns dos nossos principais parceiros comerciais.

A contracção anual do PIB, em 2011, acabou por se situar aquém dos 2,0% assumidos nos pressupostos do PAEF. Esta menor quebra reflecte uma menor consolidação orçamental, que terá, necessariamente, que ser recuperada em 2012, prevendo-se, neste sentido, uma contracção da actividade bastante mais intensa neste ano, com Portugal a conseguir apenas registar um crescimento anual em 2013, mas a ritmos baixos, continuando condicionado pelos processos de desalavancagem do sector financeiro e de consolidação orçamental no sector público.

Assistiu-se a uma natural degradação da situação do mercado laboral ao longo de todo o ano. Com efeito, segundo o INE, a taxa de desemprego no 4ºT2011 ascendeu a 14,0%, um resultado que traduz um enorme agravamento face aos 12,4% observados no trimestre anterior. Embora a introdução de alterações metodológicas do método de recolha da informação no início de 2011 não permitam uma comparação directa com os dados anteriores, de acordo com os cálculos então apresentados pelo INE, a taxa de

desemprego terá subido 1,9 p.p. durante o ano de 2011, dando continuidade à tendência de agravamento que se vem a observar desde 2008 e ascendendo a um novo máximo histórico, devendo continuar a agravar-se este ano, tendo em consideração a esperada queda da economia.

A inflação, medida pela variação homóloga do IPC, registou um considerável agravamento, de 2,5%, no final de 2010, para 3,6%, em Dezembro de 2011, tendo todavia observado um pico máximo em Outubro (4,2%), exibindo uma trajectória descendente desde então. Em 2011, o IPC registou uma taxa de variação média de 3,7% (+1,4% no ano anterior), tendo este agravamento reflectido a evolução dos preços das *commodities*, mas também as medidas associadas ao processo de consolidação orçamental. Em concreto, reflectiu o impacto dos aumentos do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) registados em meados de 2010 e no início e final de 2011, assim como um aumento significativo dos preços de alguns bens e serviços sujeitos a regulação. As actuais pressões inflacionistas continuam a assumir um carácter largamente temporário, mas deverão permanecer elevadas no corrente ano, já que se assistiu a uma reclassificação de vários produtos alimentares em sede de IVA, regressando apenas para níveis mais baixos no próximo ano, traduzindo uma evolução globalmente favorável dos custos de produção e a dissipação dos efeitos das já referidas medidas orçamentais adoptadas.

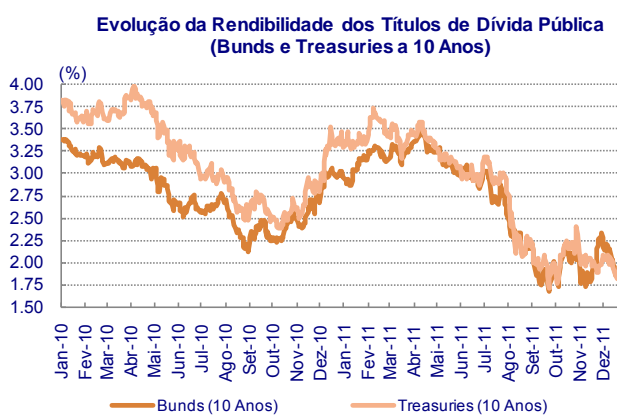
## A. MERCADO DE CAPITAIS

O ano de 2011 teve um bom arranque, traduzido numa melhoria inicial de expectativas que durou sensivelmente até ao mês de Fevereiro. Todavia, o ano acabou por ser marcado pelo regresso da aversão ao risco por parte dos investidores – depois de 2009 e 2010 terem representado anos de recuperação face à queda observada em 2008 – e consequente perda de atractividade da maioria dos activos, com o ouro e o petróleo a constituírem as principais excepções, embora por razões opostas. No caso do ouro, porque foi fazendo jus ao seu reconhecido estatuto de activo de refúgio. No caso do petróleo, essencialmente por causa da turbulência observada no Norte de África e no Médio Oriente, regiões de enorme importância na oferta desta matéria-prima.

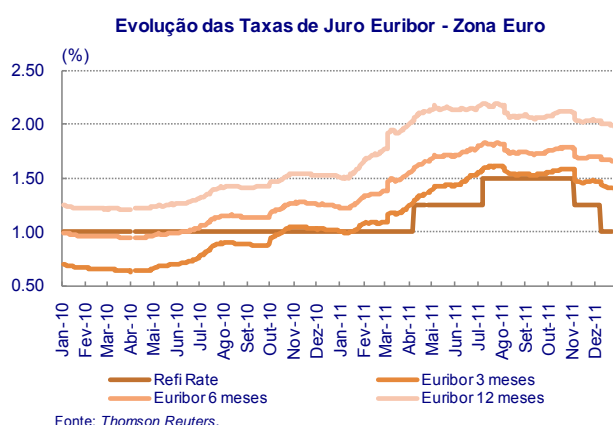
Em relação à dívida pública, num ano de aumento da aversão ao risco, assistiu-se a um natural aumento da procura de activos com menor risco percepcionado, com a dívida dos EUA e da Alemanha (*treasuries* e *bunds*) a serem naturalmente beneficiados, observando-se diminuições das respectivas *yields*, que se revelaram mais intensas nos segmentos mais longos das curvas, mas nem sempre evidenciando a mesma tendência. Numa primeira fase, as *yields* subiram, mostrando alguma distância face à crescente pressão em torno da dívida periférica, em que até o *spread* da dívida de Itália e Espanha, face à dívida alemã, ia diminuindo. Todavia, com o ressurgir das preocupações face à evolução da crise da dívida, nomeadamente perante um agravamento dos receios quanto à entrada em incumprimento da Grécia, recrudescceu a procura de activos de refúgio, provocando a valorização dos títulos de dívida dos países de menor risco e a consequente queda das



*yields*. A *yield* do *bund* a 10 anos contabilizou uma descida de 113 p.b. em 2011, ao passo que a dos *treasuries* caiu 142 p.b..



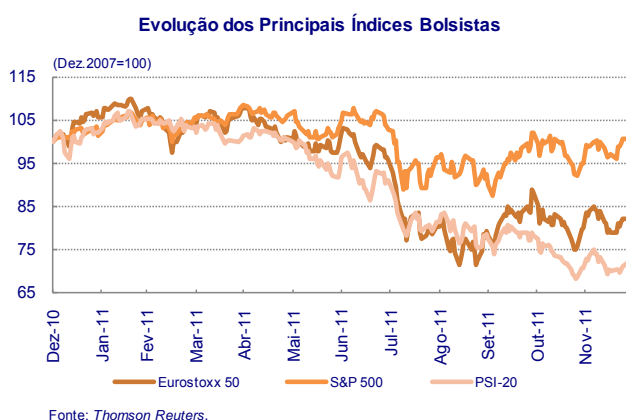
Nos prazos mais curtos, assistiu-se a uma maior descolagem do comportamento das *yields* entre a dívida alemã e a norte-americana ao longo do ano, reflectindo, essencialmente, as expectativas em relação à condução da política monetária nos espaços do euro e do dólar. Assim, as *yields* a dois anos dos *treasuries* diminuíram cerca de 35 p.b., espelhando as expectativas de que a Fed mantivesse as taxas de juro nos actuais níveis durante largos meses. As *yields* dos *bunds* caíram mais (-72 p.b.), mas evidenciando um comportamento intra-anual bastante divergente, aumentando na primeira metade do ano, num contexto de subidas da *refi rate* em 50 p.b., para 1,50%, nas reuniões do BCE de Abril e Julho. perante um aumento dos receios quando ao crescimento económico, verificou-se a anulação das subidas imediatamente anteriores.



A dívida pública dos países periféricos foi naturalmente penalizada, mas com evoluções diferentes entre os países, com os *spreads* das *yields* da dívida de Espanha e de Itália a 10 anos a aumentarem comparativamente à alemã, mas somente na segunda metade do ano, quando estes países passaram a estar também na mira dos mercados, forçando os respectivos governos e apresentar novas medidas de austeridade. Ainda assim, a Itália viu-se bastante mais penalizada, com o respectivo *spread* da dívida a 10 anos a subir 343

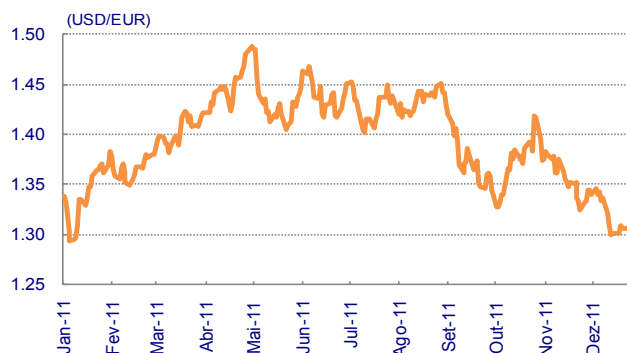
p.b. ao longo do ano, que compara com os 77 p.b. de Espanha. A Irlanda foi o país que menos viu o *spread* agravar-se (+68 p.b.), não obstante ter sido um dos primeiros países a solicitar assistência financeira internacional, o que se deve ao facto dos principais problemas do país terem mais a ver com a sustentabilidade do sistema financeiro e não com um sobre-endividamento do Estado. Por sua vez o *spread* da *yield* da dívida grega disparou 2 363 p.b., sobretudo na segunda metade do ano, quando já não se falava de outra coisa que não da reestruturação da dívida. Algo que os mercados temiam que também pudesse vir a suceder nos outros países já intervencionados, pelo que o *spread* da dívida portuguesa a 10 anos foi o que registou a 2ª maior subida, embora mantendo-se a uma grande distância dos da dívida grega, tendo avançado 789 p.b. para 1 153 p.b..

Num ano que ditou o regresso da aversão ao risco por parte dos investidores, o mercado accionista acabou por evidenciar quedas nas principais praças, não obstante a recuperação observada no último quartel do ano, e com os mercados europeus a serem os mais penalizados pela crise da dívida pública. Nos EUA observou-se um comportamento misto dos índices accionistas, com o Dow Jones a ganhar 5,5%, o S&P 500 a estagnar e o Nasdaq a perder 1,8%. Na Europa, o Eurostoxx 50 caiu 17,1% e o PSI-20 perdeu 27,6%. Igualmente intensas foram as quedas dos índices das duas maiores economias da região – o DAX e o CAC desvalorizaram 14,7% e 17,0%, respectivamente –, não obstante a superior performance das economias alemã e francesa, quando comparada com a restante região. Fora da Zona Euro, o FTSE-100 foi o que menos caiu (-5,6%).



No mercado cambial, o euro evoluiu ao sabor dos desenvolvimentos ao nível da crise da dívida soberana, bem como da condução da política monetária por parte do BCE. Neste último caso, o efeito terá sido relativamente neutral, uma vez que a autoridade acabou por inverter a trajectória de subidas de taxas que havia iniciado na primeira metade do ano. O euro acabou por registar perdas anuais face às três principais divisas (-3,0% face ao dólar, -2,5% face à libra e -8,1% face ao iene), mas que resultaram somente da segunda metade do ano, período durante o qual os receios quanto à sustentabilidade do projecto da moeda única se adensaram significativamente. Reflectindo o comportamento da moeda única ao longo do 2º semestre (-10,7% face ao dólar, -7,5% face à libra e -14,7% face ao iene), esta terminou o ano a evidenciar níveis mínimos de um e 11 anos face às moedas norte-americana e nipónica, respectivamente.

Evolução da Cotação do Euro face ao Dólar

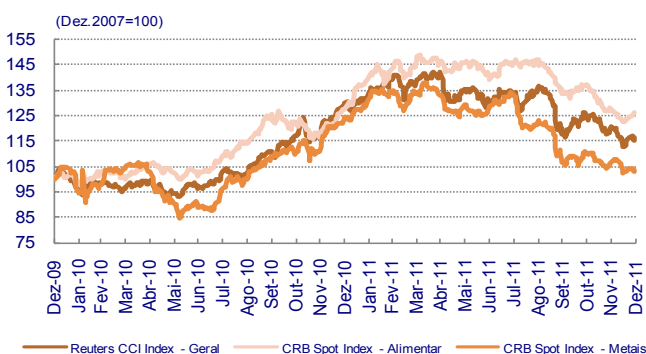


Fonte: Thomson Reuters.

No mercado da dívida privada, a primeira metade do ano permitiu melhorias em alguns segmentos, mas acabaram por ser totalmente revertidas, com os privados a verem as suas dificuldades de financiamento aumentarem devido aos receios relacionados com a crise da dívida soberana e com o abrandamento económico. Assim, o índice Itraxx 5Y (5 anos), o índice de referência da Zona Euro para CDS (*credit default swaps*), na classe de *investment grade* aumentou 69 p.b. em 2011 e o Itraxx financeiros 5Y 117 p.b.. O índice de *speculative grade*, o Itraxx Cross-over 5Y, subiu uns mais expressivos 317 p.b..

As *commodities* evoluíram em linha com as oscilações no sentimento de mercado, e igualmente bastante condicionadas pelos avanços e recuos registados no capítulo da crise da dívida pública, mas com algumas excepções, como o petróleo e o ouro. No total do ano, os índices compósitos Reuters/Jefferies CRB e S&P GSCI registaram comportamentos opostos, com o primeiro a evidenciar uma forte queda, de 8,3%, e o segundo a conseguir valorizar 2,1%. O ouro valorizou 10,2% (atingindo máximos históricos e uma impressionante série de 11 anos de ganhos), beneficiando do seu estatuto de activo de reserva internacional, tendo sido também impulsionado pelo adensar da crise da dívida soberana, levando a classe de metais preciosos a subir 7,2%, não obstante a queda (-9,8%) da prata.

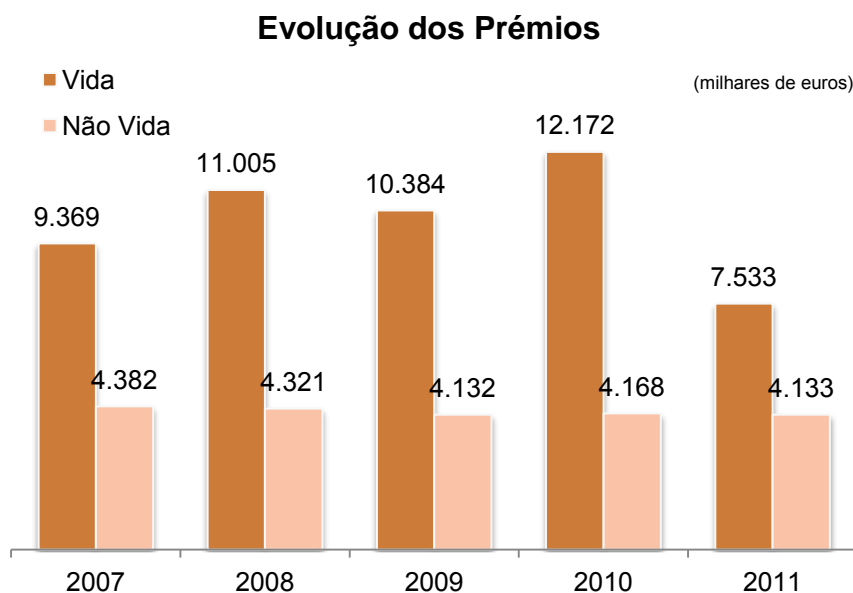
Evolução de Índices de Commodities



Fonte: Thomson Reuters.

## B. O MERCADO SEGURADOR NACIONAL

De acordo com informação provisória do Instituto de Seguros de Portugal (ISP) e da Associação Portuguesa de Seguradores (APS), a produção de seguro directo em Portugal, em 2011, registou um volume de prémios próximo dos 11,67 mil milhões de euros, registando-se uma redução de 28,6% face a 2010.



Fonte: APS – Actividade em Portugal (dados provisórios para 2011)

Esta redução é explicada fundamentalmente pela drástica diminuição do ramo Vida, que registou uma contracção de 38,1% na receita, tendo o montante dos prémios, em 2011, alcançado os 7,5 mil milhões de euros. A perda de quase 4,5 mil milhões de euros de prémios resulta, em grande medida, de três factores: i) erosão na produção de produtos financeiros decorrente de diferentes políticas de comercialização de produtos pelos principais grupos financeiros com elevada actividade de *bancassurance*; ii) redução do rendimento disponível dos particulares; iii) eliminação de parte importante do incentivo fiscal dos planos poupança reforma.

Apesar de 2011 ter sido um ano com uma conjuntura económica difícil e em que se iniciou o processo de ajustamento económico e financeiro no âmbito do Programa de Assistência Financeira a Portugal, o mercado dos seguros Não-Vida evidenciou resiliência à recessão, registando uma ligeira descida de 0,9% nos prémios de seguro directo. O volume de receita situou-se nos 4,13 mil milhões de euros, em 2011, abaixo dos 4,17 mil milhões registados no final de 2010.

No quadro abaixo, sintetiza-se a evolução dos prémios de seguro directo em Portugal, por grandes agregados:

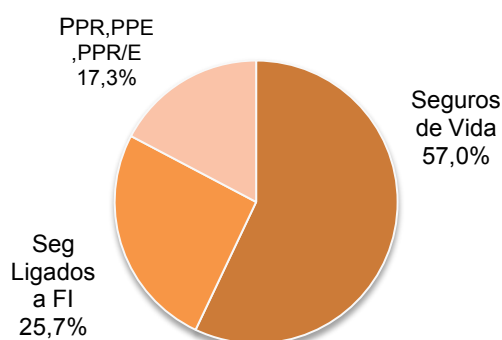
<b>Produção Vida/Não-Vida (€M)</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011[E]</b>	<b>Δ 10/09</b>	<b>Δ 11/10</b>
<b>Total Vida</b>	<b>10.384</b>	<b>12.172</b>	<b>7.533</b>	<b>17,2%</b>	<b>-38,1%</b>
Vida Não Ligados (Não P.P.R)	4.472	6.573	4.297	47,0%	-34,6%
Vida Ligados a F Invest. (Não P.P.R)	2.742	2.107	1.934	-23,2%	-8,2%
Operações de Capitalização	25	241	0	851,2%	-99,9%
P.P.R, P.P.E, P.P.R/E	3.145	3.251	1.302	3,4%	-59,9%
<b>Total Não-Vida</b>	<b>4.132</b>	<b>4.168</b>	<b>4.133</b>	<b>0,9%</b>	<b>-0,9%</b>
Acidentes e Doença	1.353	1.357	1.321	0,2%	-2,6%
Acidentes de Trabalho	674	646	622	-4,1%	-3,7%
Acidentes (Outros)	180	178	159	-0,9%	-10,9%
Doença	500	532	540	6,5%	1,5%
Incêndio e Outros Danos	744	765	769	2,8%	0,5%
Automóvel	1.666	1.672	1.659	0,4%	-0,8%
Transportes, RC Geral e Diversos	368	375	383	1,8%	2,3%
<b>TOTAL</b>	<b>14.516</b>	<b>16.340</b>	<b>11.666</b>	<b>12,6%</b>	<b>-28,6%</b>

Fonte: APS - Panorama do mercado segurador 09/10 e APS Prémios de Seguro Directo 2011 (Provisórios)

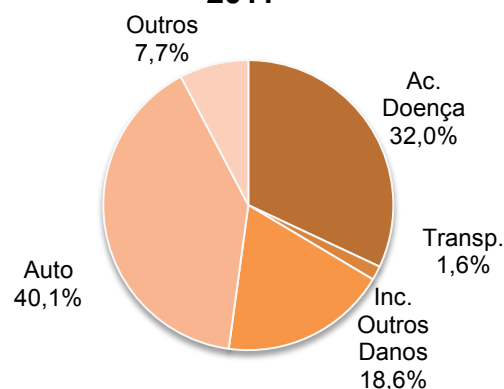
Registe-se o crescimento no ramo Doença, reflectindo o interesse dos particulares e empresas por esta protecção, bem como a manutenção dos prémios no ramo de Incêndio e Outros Danos que reflectem uma maior preocupação de protecção de bens em momentos de maior incerteza e vulnerabilidade.

Como resultado da evolução do mercado, a carteira por segmentos, em 2011 (Vida: 64,6% e Não-Vida: 35,4%), foi alterada, tendo sido reduzida a quota do ramo Vida em cerca de 10 p.p..

**Composição da carteira Vida 2011**



**Composição da carteira Não Vida 2011**



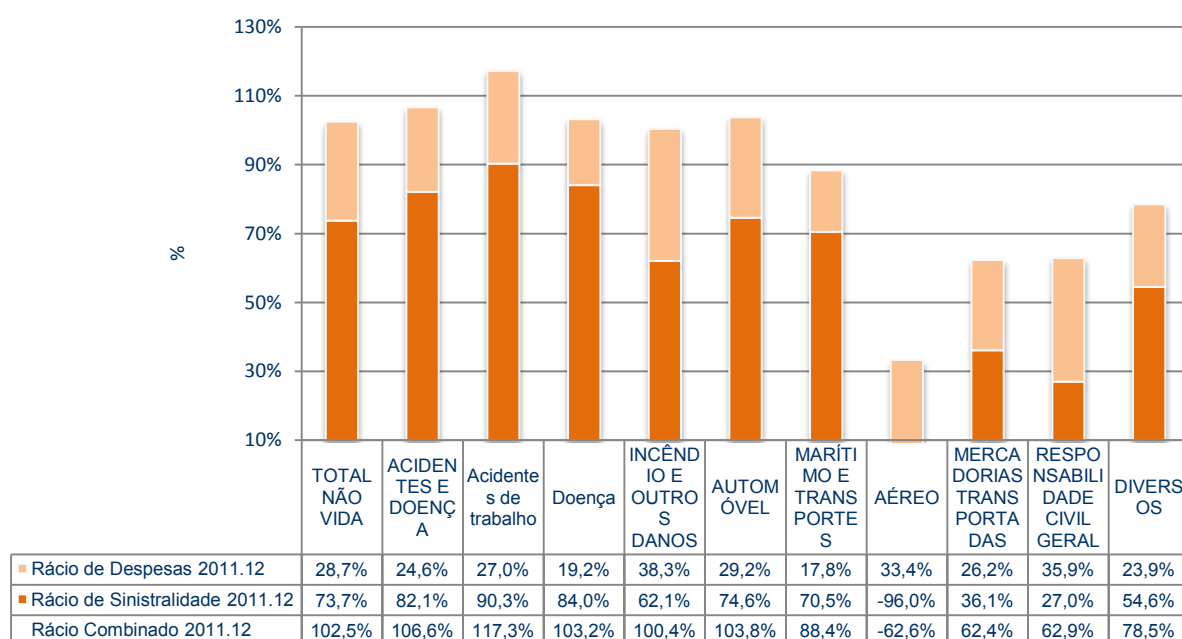
Fonte: APS - Prémios de Seguro Directo 2011 (Provisórios)

Relativamente à sinistralidade, de acordo com dados provisórios da Associação Portuguesa de Seguradores para os ramos Não-Vida, a taxa de sinistralidade<sup>1</sup> diminuiu em 2011, situando-se nos 73,7%, contra os 75,4% no ano de 2010.

Contudo, para as empresas de seguros a explorar exclusivamente o ramo Não-Vida, a taxa de sinistralidade aumentou ligeiramente, de 76,3%, em 2010, para os 76,6%, em 2011. O rácio combinado para estes operadores registou uma ligeira redução, de 103,5% em 2010, para os 103,4% em 2011.

Os principais ramos que contribuíram para o aumento da sinistralidade no segmento Não-Vida foram o Acidentes de Trabalho e Doença. Em relação ao ramo Acidentes de Trabalho, a sinistralidade subiu dos 83,5%, verificados em 2010, para 90,3%, em 2011. O rácio de sinistralidade em Doença subiu ligeiramente, de 82,9% em 2010, para 84,0%, em 2011.

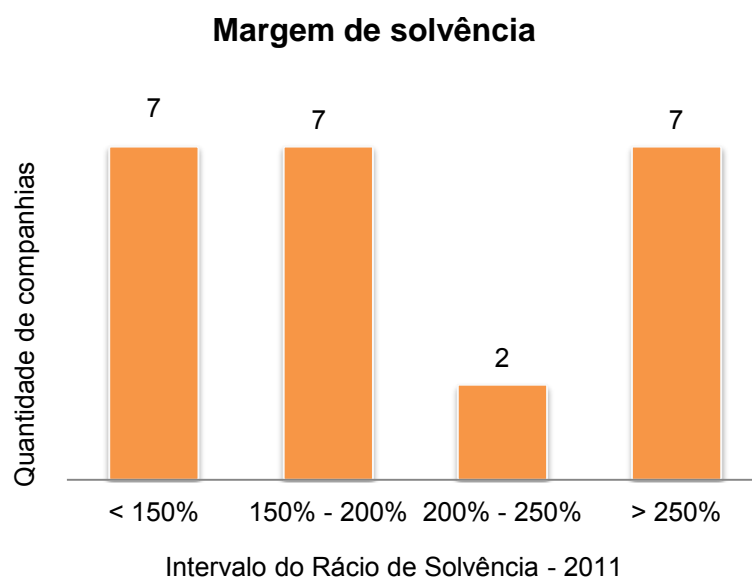
O ramo Automóvel apresenta um rácio de sinistralidade estável, situando-se nos 74,6%. O ramo Incêndio e Outros Danos registou uma redução relevante no rácio de sinistralidade, tendo diminuído de 77,7%, em 2010, para os 62,1%, em 2011.



O segmento Não-Vida, pressionado pela sinistralidade, continuou a evidenciar um nível de rentabilidade modesto, tendo apresentado um resultado técnico consolidado (da amostra da APS) acima de 66 milhões de euros. Alguns ramos de maior expressão, como os

<sup>1</sup> Taxa de sinistralidade corresponde ao rácio entre custos com sinistros e prémios adquiridos, líquidos de resseguro.

Acidentes de Trabalho e Doença, apresentaram valores negativos de 18,4 e 19,3 milhões de euros, respectivamente.



Fonte : APS – Dados provisórios de 2011

Relativamente à solvência, para as empresas que exploram exclusivamente os ramos Não-Vida, em 2011, o rácio de solvência do mercado situou-se em 263%, melhorando face ao ano de 2010, em que o rácio apresentou um valor de 245%. Regista-se, contudo, uma elevada dispersão entre as várias empresas.

### III. O ENQUADRAMENTO DO NEGÓCIO

#### A. ESTRATÉGIA DA LUSITANIA

##### 1. Execução do plano estratégico

Ao longo de 2011, a gestão da Companhia foi orientada pelos objectivos estabelecidos pela estratégia a médio prazo do Programa “Consolidar para Ganhar” 2011-2013. No final do ano, a Lusitania alcançou um reforço substantivo no mercado segurador, com uma quota de mercado de 6%. Foram vectores orientadores a preservação da produtividade e a melhoria da eficiência.

A dimensão e a persistência da crise económica e financeira, os mencionados efeitos da integração da Real e da Mutuamar e a forte sinistralidade em ramos críticos, acompanhada de um acréscimo substancial nas fraudes, penalizaram os resultados da Companhia quanto à rentabilidade. Registou-se, por isso, um desvio importante quanto à meta de rentabilidade estabelecida para 2011.

A Lusitania conseguiu um crescimento na actividade de 4,8%, face a 2010, apresentando um volume de prémios de 243,5 milhões de euros, antecipando os objectivos de crescimento que estavam estabelecidos para 2012, o 2º ano de execução do Programa “Consolidar para Ganhar”. Reforçou a 8.ª posição no ranking do sector segurador com actividade em Portugal e, em termos consolidados com a N Seguros, os prémios ultrapassaram os 255 milhões de euros a que correspondeu uma quota de 6,3%.

Face a uma conjuntura difícil para a actividade seguradora, com o mercado Não-Vida a registar uma redução de prémios de quase 1% e a manter a elevada competitividade baseada nos preços, este crescimento da actividade de seguros do Grupo Montepio reflecte as sinergias resultantes da maior dimensão da Lusitania.

O número de apólices em vigor em 2011 também aumentou, 5,7%, face a 2010, situando-se próximo de 831 mil contratos. O número de clientes aumentou de cerca de 494,5 mil para 535,2 mil.

Ao nível da oferta de produtos, manteve-se o carácter inovador com o desenvolvimento de soluções integradas, como o Plano E+, com novas protecções, ao nível da Responsabilidade Civil Ambiental, e, também, soluções adequadas às diferentes redes de distribuição.

O aprofundamento da relação entre a Lusitania e o Montepio constituiu um dos vectores de desenvolvimento da estratégia da Companhia, em particular no que respeita ao aproveitamento das respectivas redes de distribuição e à complementaridade dos seus produtos. Neste âmbito, foi consolidado o projecto de *assurfinance* e reforçada a *bancassurance*, com a constituição de uma equipa de consultores de seguros da Lusitania dedicada exclusivamente à dinamização das redes comerciais do Montepio.



No último trimestre de 2011, de modo a retomar os objectivos estratégicos, em particular ao nível do risco, foi iniciado um conjunto de actividades com vista ao saneamento da carteira e melhoria da rendibilidade, cujos efeitos serão registados ao longo de 2012.

## **2. Inovação e gestão de projectos**

Os projectos e actividades integrados nos planos de acção do Programa Estratégico 2011-2013 foram executados, globalmente, em conformidade com os calendários previstos, tendo sido realizadas acções de melhoria dos processos de negócio, de aperfeiçoamento do controlo interno e de aumento de eficiência. Encontra-se, ainda, em desenvolvimento um conjunto de iniciativas, envolvendo diversas áreas de negócio.

A Lusitania manteve um nível de investimento importante, com vista ao aumento da qualidade dos serviços prestados a mediadores e clientes, melhorando os meios e as acessibilidades. Em particular, os projectos em tecnologias de informação centraram-se no aperfeiçoamento dos sistemas operacionais, dos sistemas informacionais e das infra-estruturas, tendo sido dada particular atenção à segurança e à continuidade do negócio.

## **3. Lusitania Centro de Conhecimento**

Sabendo-se que o conhecimento é a essência da inovação e sendo o capital intelectual o mais importante e duradouro dos activos, a Lusitania criou, a partir da empresa Mutuamar Formação, a Lusitania – Centro de Conhecimento (LCC).

A LCC posiciona-se como uma área estratégica dedicada à identificação e partilha do saber individual e ao enriquecimento das competências, contribuindo para o sucesso da actividade no seio do Grupo Montepio.

A LCC é uma unidade de negócio autónoma, dotada de personalidade jurídica própria, que actua no mercado como entidade certificada pela Direcção Geral do Emprego e das Relações de Trabalho (DGERT) e pelo Instituto de Seguros de Portugal (ISP), visando o desenvolvimento de formação regulamentada, para efeitos de progressão em determinadas carreiras profissionais e outras situações previstas em normativo específico.

Está vocacionada para dar resposta a um vasto público, nomeadamente a colaboradores e mediadores da Lusitania Seguros, o seu público alvo preferencial, não descurando outros mercados, de modo a permitir a criação de sinergias susceptíveis de se traduzirem em oportunidades de negócio, decorrentes da credibilidade do seu accionista.

# **B. GOVERNAÇÃO DA EMPRESA**

## **1. Estrutura de governação**

A governação da Lusitania baseia-se no princípio da criação sustentável de valor. Os principais objectivos são a garantia da confiança dos seus clientes, o apoio aos seus mediadores, a satisfação dos seus colaboradores e parceiros e o reconhecimento dos seus accionistas.

As regras de boa governação assentam em boas práticas, claramente definidas no código de conduta, cujos princípios de correcção, honestidade, profissionalismo, transparência e cooperação são os alicerces de todas as relações contratuais. Este código estabelece, igualmente, os princípios de conformidade e a forma como são aplicadas as políticas globais da Companhia.

A Lusitania atribui uma importância primordial à satisfação do cliente e à preservação de elevados padrões de qualidade nos seus serviços. Os procedimentos internos e as tecnologias adoptadas suportam estes objectivos e permitem o controlo da execução.

Os órgãos sociais e a sua composição são os seguintes:

---

**Assembleia Geral**

Presidente	Dr. Vitor José Melícias Lopes
Secretário	Eng. José Joaquim Fragoso
Secretário	António Ferreira Carvalho

---

**Conselho de Administração**

Presidente	Dr. António Tomás Correia
Administrador-Delegado	Dr. José António de Arez Romão
Administrador	Dr. Jorge José da Conceição Silva
Administrador	Dr. Virgílio Manuel Boavista Lima

---

**Conselho Fiscal**

Presidente	Coronel Manuel da Costa Braz
Vice-Presidente	Dr. José Augusto Perestrello Alarcão Troni
Vogal	Dr. Fernando Vassalo Namorado Rosa

---

**Revisor Oficial de Contas**

KPMG & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, SA	Representada pelo Dr. Fernando Gustavo Duarte Antunes
--	--

---

**Comissão de Vencimentos**

Dr. Vitor José Melícias Lopes
Dr. Eduardo José da Silva Farinha
Dr. Norberto Pilar

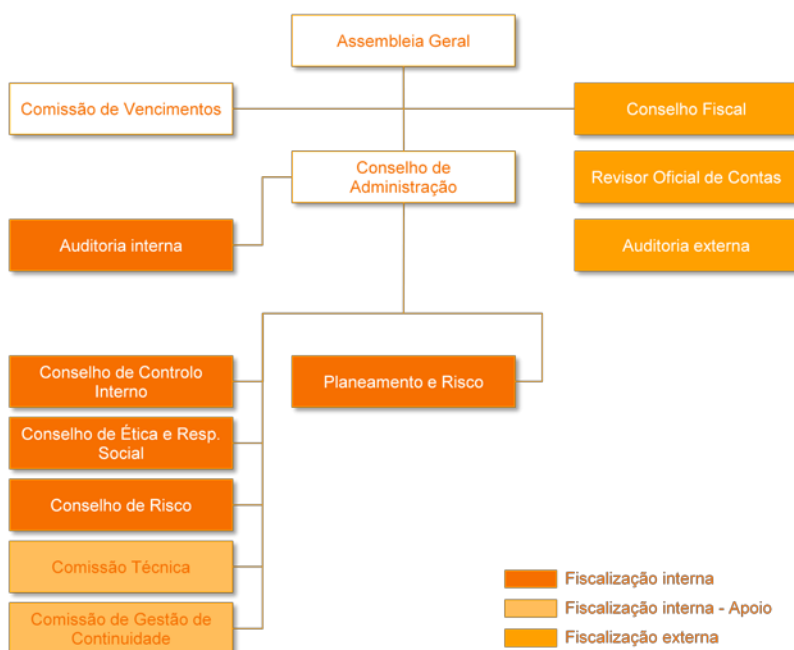
A condução dos negócios é assegurada pelo Conselho de Administração, a quem compete a implementação da estratégia da companhia, apoiado numa estrutura hierárquica e flexível, baseada em estruturas com competências específicas e transversais que, em cada momento, se procura que sejam as mais adequadas aos objectivos a atingir.

A estrutura da Lusitania procura responder às necessidades da execução da estratégia e dos planos de negócio apoiada num adequado controlo interno, garantindo os princípios de melhoria contínua na gestão de riscos e sua minimização de conflitos de interesses. Trata-se de um modelo baseado na sustentabilidade empresarial, assente numa elevada transparência e responsabilidade e na gestão eficiente de recursos, construído sobre correctos padrões de comportamento ético, de modo a responder aos desafios de

competitividade e rigor exigidos pelo mercado, pelos órgãos de supervisão e pela cultura do grupo empresarial em que se insere – o Montepio Geral.



Destacamos, pela sua relevância no controlo da actividade, os órgãos de Controlo de Gestão e de Fiscalização:



Para uma análise mais detalhada das características do Governo Societário, poderá consultar-se o Anexo 1.

## 2. Estrutura de capital e principais accionistas

O capital da Lusitania está fixado em 26.000.000 Euros (vinte e seis milhões de euros), distribuídos por 5.200.000 acções (cinco milhões e duzentas mil acções), maioritariamente concentradas no grupo Montepio (95.2%).

Instituições	Nº acções	%	Valor (€)
Montepio Geral - Associação Mutualista	3.339.317	64,22%	16.696.585
Caixa Económica Montepio Geral	1.333.928	25,65%	6.669.640
Lusitania Vida Companhia de Seguros	281.145	5,41%	1.405.725
Restantes accionistas	245.610	4,72%	1.228.050
TOTAL	5.200.000	100,00%	26.000.000

## 3. Gestão de riscos e controlo interno

A gestão de riscos é um factor chave do modelo de governação da Lusitania. A gestão integrada de riscos desempenha um papel indispensável na cultura e na orientação estratégica da Companhia. O perfil de risco é definido pelo Conselho de Administração, reflectido no plano de negócios e integrado na gestão das operações.

No âmbito do novo regime de solvência, a Lusitania desenvolveu com uma entidade externa um processo de *gap analysis* com vista à identificação das medidas necessárias ao cumprimento do futuro enquadramento regulamentar. Após esta análise, foi definido um Plano Director Solvência II, com o apoio de consultores externos, tendo sido concluído no final do 1º semestre de 2011.

Após avaliação ao Plano Director foi decidida a implementação de um *framework* que permita o cumprimento dos objectivos estratégicos da Lusitania nestas matérias. Foi também estabelecida uma abordagem para o desenvolvimento do Sistema de Controlo Interno e Gestão do Risco da Companhia. Esta abordagem consubstancia-se na sistematização e formalização de metodologias, técnicas e processos, materializadas através dos seguintes blocos que compõem o plano de implementação:

- i. **Visão e Estratégia** – definição dos mecanismos de gestão ao mais alto nível, de acordo com o perfil estabelecido pelo Conselho de Administração, garantindo a incorporação do posicionamento definido para a adaptação a Solvência II nos mecanismos já existentes para o planeamento estratégico;
- ii. **Sistema de Controlo Interno** – sistematização de mecanismos que permitam a monitorização da implementação da estratégia, tendo presente o perfil de negócio/risco objectivo;
- iii. **Gestão do Risco** – sistematização dos processos e mecanismos que permitem operacionalizar as políticas e directrizes definidas pelo Conselho de Administração e assegurar a identificação, avaliação/mensuração e monitorização/controlo dos riscos de negócio;

- iv. **Gestão da Informação** – desenvolvimento da arquitectura de Sistemas de Informação e Comunicação, para apoiar a gestão do risco e do negócio, assegurando a resposta aos requisitos de suficiência, fiabilidade e tempestividade.

A execução desta etapa do projecto, que se estima em cerca de 18 meses, vai implicar, para além da participação de todas as áreas chave da Companhia, o envolvimento directo e prolongado de elementos das áreas de gestão de risco, actuariado, controlo de gestão, financeira, planeamento estratégico, auditoria, *compliance*, desenvolvimento e organização e tecnologias de informação.

Encontra-se em desenvolvimento um processo de selecção para a escolha da entidade externa que irá apoiar a Lusitania nesta importante etapa de implementação do *framework*. Está projectado o início desta etapa durante o 1º semestre de 2012.

#### **4. Conformidade**

Os processos e procedimentos da Companhia estão em conformidade com os requisitos exigidos e com as directivas internas, sendo o garante da gestão de risco e do controlo interno da Companhia.

Face à profusão de regulamentação publicada, a gestão do risco e o controlo interno constituem cada vez mais uma preocupação para os órgãos de supervisão e, naturalmente, para os responsáveis da Lusitania. Neste contexto, os requisitos das mais recentes normas publicadas pela entidade reguladora foram integrados no sistema de governação da Companhia.

O Instituto de Seguros de Portugal deu relevância a um conjunto de matérias que, no seu entender, requeriam maior supervisão, como o estabelecimento de novas regras para a determinação da solvência das seguradoras, os princípios gerais a seguir pelas empresas de seguros na definição, implementação e controlo das políticas de investimento ou a definição de novos procedimentos que respondem à preocupação com o funcionamento contínuo do negócio.

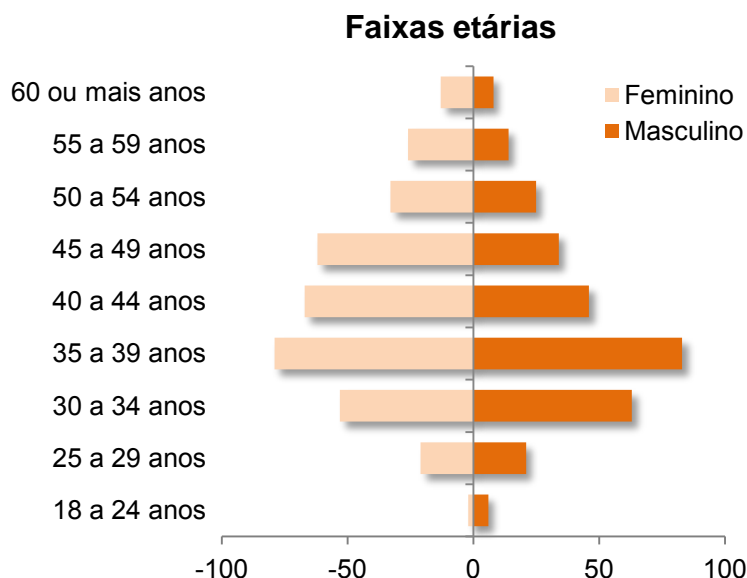
### **C. CAPITAL HUMANO**

No ano de 2011 consolidou-se a reorganização que resultou do processo de integração com a Real Seguros e a Mutuamar, tendo-se procedido a uma ligeira alteração da estrutura funcional, visando o aumento da eficácia operacional.

Foi também dado um passo importante na redefinição da cadeia de valor da empresa, permitindo uma maior racionalização na gestão dos recursos humanos e uma resposta mais adequada das operações, de modo a contribuir para o aumento da qualidade de serviço.

## 1. Efectivo

O quadro de pessoal, em 31 de Dezembro, era de 656 pessoas, contra 645 colaboradores em 2010. Salienta-se que 54.3% pertencem ao sexo masculino e 45.7% ao sexo feminino.



A antiguidade média dos colaboradores da Lusitania é superior a 13 anos, o que demonstra a existência de um quadro de pessoal experiente.

Indicadores	2007	2008	2009	2010	2011
Nº Trabalhadores	353	360	673	645	656
Prémios por Trabalhador	438.802	381.161	344.441	360.267	371.150
Apólices por Trabalhador	1.480	1.276	1.149	1.220	1.257

Estes indicadores são reveladores de uma capacidade disponível que se pretende indutora de qualidade na prestação de serviços e de crescimento no volume de negócios.

## 2. Formação

Sendo um dos objectivos prioritários na gestão de recursos humanos da Lusitania, a actividade de formação contou com 735 participantes, em 51 cursos e ações formativas presenciais, num total de 5.693 horas.

Para além da formação ministrada a colaboradores da empresa, realizaram-se também 21 acções destinadas a mediadores da Companhia, envolvendo 384 pessoas e totalizando 1670 horas.

Indicadores Formação	2007	2008	2009	2010	2011
Nº de Ações ou Cursos	71	62	107	153	53
Nº Participantes	355	810	907	1.034	734
Nº Horas	6.840	8.337	7.610	7.783	5.716
Custos de Formação	175.614	174.427	205.554	160.473	84.491
C.Formação/C.Pessoal	1,31%	1,33%	1,46%	0,66%	0,41%

Neste âmbito, também foram realizados exames presenciais a 213 colaboradores do Montepio, que efectuaram o Curso para PDEAMS Mediador Ligado (Pessoas Directamente Envolvidas na Actividade de Mediação de Seguros), num total de 3.475 horas.

Já no âmbito do funcionamento da nova unidade de formação, a Lusitania Centro de Conhecimento, teve início o primeiro “Curso Avançado de Seguros”, destinado a cerca de 80 colaboradores e mediadores da Lusitania.

Para o exercício de 2012, está prevista a realização de mais de 91.000 horas de formação *e-learning*, *blended learning* e presencial.

### **3. Medicina, higiene e segurança no trabalho**

No decurso do ano 2011, foram realizados 459 Check Up's no âmbito da medicina no trabalho, tendo sido visitados 32 balcões por técnicos de higiene e segurança, para análise das condições de trabalho.

### **4. Fundo de pensões**

O fundo de pensões da Lusitania atingiu em 31 de Dezembro de 2011 o valor de 9.261.044,50 euros, continuando a garantir a cobertura da totalidade das responsabilidades.

## **D. PARCERIAS**

### **1. Mediadores**

A actividade de mediação caracterizou-se pelo dinamismo e crescimento acentuado, muito suportado no ramo Automóvel.

Com o objectivo de diversificar a carteira, foi reforçado o conceito do jogo de dinamização comercial, particularmente focalizado em ramos com menor massa crítica, tendo-se lançado a “Liga Lusitania”. Tratou-se de um incentivo, cujo processo foi dividido em etapas, permitindo somar “golos” em função da quantidade de apólices subscritas em cada jornada. Abrangia uma diversidade de produtos: saúde, multirriscos, acidentes de trabalho, pack férias, entre outros. Esta iniciativa foi amplamente acolhida pela rede de mediação e pela rede comercial da Companhia.

Reforçando a premissa de garantir um bom nível de serviço no acto de subscrição, potenciando a capacidade de concretização do negócio no ponto de venda, foram lançadas várias iniciativas de apoio à rede de vendas: reformularam-se os simuladores *on-line*, garantindo funcionalidades de multi-tarifação; criaram-se condições para o envio directo de propostas para a Companhia, em caso de necessidade de aceitação; as Condições Particulares passaram a ser disponibilizadas ao cliente no momento em que adquire os seus produtos.

Para melhorar o processo de aceitação, foi criado um novo mecanismo de controlo *on-line*, que permite a validação automática da delegação de competências atribuída a cada

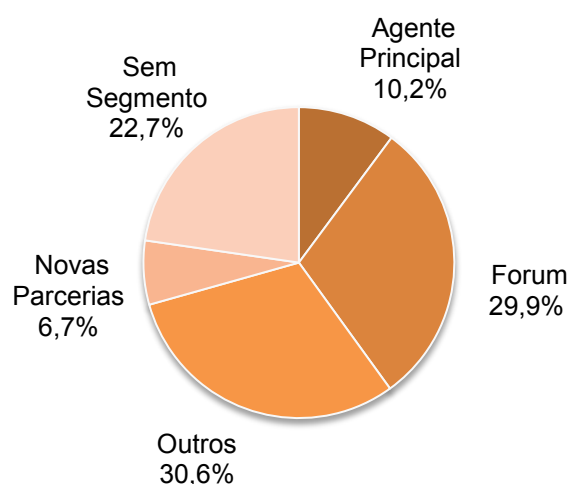
mediador. Em caso de incumprimento, esta gestão passa a ser realizada automaticamente pelos serviços da Companhia.

<b>Categoria</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>Variação</b>
Mediadores Ligados	637	581	501	-13,8%
Agentes (individuais)	2.970	2.994	2.714	-9,4%
Agentes (sociedades)	790	849	995	17,2%
Corretores	92	93	88	-5,4%
<b>Total</b>	<b>4.489</b>	<b>4.517</b>	<b>4.298</b>	<b>-4,8%</b>

Para reforçar a imagem comum e evidenciar a parceria com os mediadores, foi reformulado o *lay-out* das cotações que, de forma clara, transparente e apelativa, coloca em destaque a informação sobre o mediador.

Foi reformulada e melhorada a oferta de valor aos mediadores, diferenciando os mediadores que trabalham em estreita parceria com a Lusitania, proporcionando-lhes melhores condições de autonomia e assistência comercial.

### Segmentação dos mediadores



Durante o ano de 2011, redefiniu-se o quadro de distribuição dos balcões da Companhia, encerrando-se o processo de integração das empresas adquiridas, num quadro de optimização de custos. Deste modo, libertaram-se as instalações de Torres Vedras, localizadas numa região com grande concentração de balcões, tendo os seus serviços sido distribuídos pelos restantes pontos de venda.

A actual rede de balcões tem a seguinte imagem e localização:





01. Almada  
02. Amadora  
03. Aveiro  
04. Braga  
05. Bragança  
06. Caldas da Rainha  
07. Castelo Branco  
08. Coimbra  
09. Évora  
10. Faro

11. Funchal  
12. Gondomar  
13. Guarda  
14. Guimarães  
15. Lamego  
16. Leiria  
17. Lisboa (Amoreiras)  
18. Lisboa (Lapa)  
20. Lisboa (Pq. das Nações)  
20. Lisboa (Paço de Arcos)

21. Maia  
22. Matosinhos  
23. Oliveira de Azeméis  
24. Paredes  
25. Ponta Delgada  
26. Portimão  
27. Porto (Júlio Dinis)  
28. Santa Maria da Feira  
29. Santarém  
30. Setúbal

31. Sintra  
32. Torres Novas  
33. Viana do Castelo  
34. Vila Franca de Xira  
35. Vila Nova de Famalicão  
36. Vila Nova de Gaia  
37. Vila Real  
38. Viseu

Para além disso, os serviços da Maia e de Évora transitaram para instalações definitivas, na sequência de obras de ampliação, permitindo integrar os novos colaboradores que transitaram da ex-Real Seguros.

## 2. Bancasseguros

No âmbito da ligação à rede bancária, o ano de 2011 destaca-se pela menor produção de seguros associados à concessão de crédito, importante dinamizador dos ramos Incêndio e Outros Danos, particularmente de Multiriscos Habitação e Comércio, e dos Acidentes Pessoais, nomeadamente nas coberturas de “Desemprego” e “Incapacidade”. A redução do crédito bancário também teve impacto na venda cruzada ao cliente bancário, colocando em evidência as dificuldades das famílias e das empresas, sentidas durante o ano. O resultado final deu origem a uma perda de receita superior a 2 milhões de euros, cerca de -7%, face a 2010.

Pese embora o contexto da actividade, o ano de 2011 fica marcado pela criação de equipas de consultores de seguros Lusitania, com o objectivo específico de formação e acompanhamento das redes comerciais do Montepio. Trata-se de um projecto estruturante para a própria companhia, reposicionando o canal bancário, aumentando a capacidade de penetração e distribuição da Companhia na rede bancária do Grupo, de acordo com o defendido nas linhas de orientação estratégica, visando o incremento nas vendas junto do cliente bancário e procurando o melhor ajustamento da oferta às suas necessidades de protecção. Desta forma, o canal dotou-se de uma importante estrutura de dinamização comercial e de um acrescido *know-how* junto do cliente.

Ao nível da melhoria da oferta, destaca-se:

- O lançamento do novo seguro de saúde Montepio Salutare VIT, em formato de apólice individual, permitindo uma maior flexibilidade na gestão da oferta ao segurado, bem como ganhos ao nível de eficiência;
- O prolongamento, por mais um ano, da campanha “Oferta 1ª Anuidade do Conteúdo” para as novas apólices subscritas e associadas ao crédito à habitação Montepio.

A plena integração das estruturas comercial e operacional do ex-Finibanco no Montepio, recentemente concluída, veio aumentar a capacidade de produção da rede da bancasseguros, que conta agora com mais de 500 balcões. A este facto acresce um conjunto de redes especializadas, como o segmento de clientes Top Premium e a especificidade da rede de Relações Institucionais para o Terceiro Sector, colocando novos desafios à organização da Companhia.

Potenciando a ligação entre as duas redes de vendas, propiciando a maior partilha de informação, bem como uma presença sistemática da Lusitania numa vertente mais comercial, manteve-se a aposta na *newsletter* Lusitania/Montepio. Trata-se de um suporte de informação digital, que comunica a posição do Montepio face às vendas realizadas nos seus balcões.

No âmbito do terceiro pilar da economia, materializando a política de Responsabilidade Social do Grupo Montepio, prosseguiu o apoio à rede de gestores, privilegiando o acompanhamento das IPSS, dando continuidade à solução global e integrada dos últimos anos.

### 3. Resseguradores

O ano de 2011 foi considerado pela generalidade dos resseguradores internacionais como o pior das últimas décadas, em resultado dos importantes eventos catastróficos verificados: o tremor de terra no Japão, as inundações na Austrália, na Nova Zelândia e finalmente na Tailândia, caracterizaram este ano como o cúmulo das perdas resultantes de violentas catástrofes naturais.

Em *press release* de 4 de Janeiro de 2012, sobre os resultados de 2011, Torsten Jeworrek, responsável máximo da área de resseguro da Munich Re, o maior ressegurador internacional, refere: “Uma sequência devastadora de abalos sísmicos e um grande número de catástrofes da natureza tornaram 2011 no pior ano da história da Munich Re, em termos deste tipo de eventos catastróficos. Os cerca de 380 mil milhões de dólares de prejuízos económicos excederam em praticamente dois terços, os 220 mil milhões registados em 2005. Só os abalos sísmicos no Japão, em Março, e na Nova Zelândia, em Fevereiro, causaram prejuízos que atingiram mais de metade destas perdas. Os prejuízos seguros de 105 mil milhões excederam também o anterior recorde de 2005 (101 mil milhões de dólares)”.

Os resultados registados pelo conjunto da atividade resseguradora foram devastadores, provocando acentuadas reduções dos capitais próprios de várias empresas e consequentes descidas de *rating*. A globalização mostrou o seu lado mais negativo, levando também a um aumento exponencial das perdas.

A nível nacional, o panorama não se alterou significativamente. Os resultados do mercado português a nível de resseguro foram positivos, embora as perdas técnicas e financeiras globais do mercado português tenham já provocado aumentos de preços nas coberturas catastróficas negociadas para 2012.

Na Lusitania, o programa negociado respondeu positivamente às exigências, tendo confirmado a sua importância na protecção do capital, mantendo o nível de defesa das responsabilidades.

O painel de resseguradores da Companhia é o que abaixo se reproduz, que mostra o elevado grau de capacidade financeira que detêm, a par da sua reputação.

#### **Painel de resseguradores e respectivo *rating***

<b>Ressegurador</b>	<b>Rating</b>
Swiss Re (leader)	A+
Axis Re	A+
Hannover Ruck	AA-
Mapfre Re	AA
Mitsui Sumitomo	AA
MMA - Groupe Covea*	Api
Münchener Rück	AA-
Nacional Reaseguros	A+
Odyssey Re	A-
PartnerRe	AA-
R+V Versicherungs	A+
SCOR	A
Secura	A
Sirius	A-
Trans Re	A+

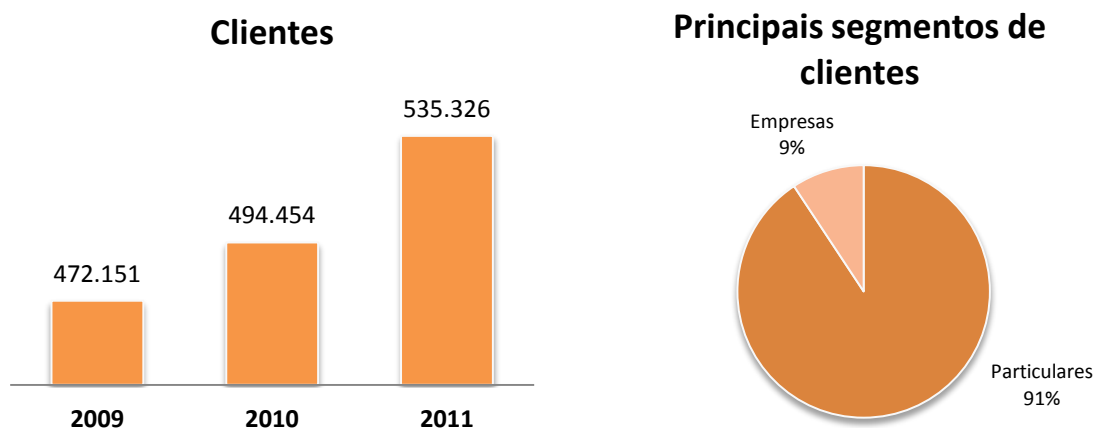
\* Empresa mútua não cotada em bolsa

## **E. CLIENTES**

Com a reorganização da estrutura de informação sobre clientes, levada a cabo em 2010, e da consequente segmentação, foram dados os primeiros passos para desenhar, com alicerces sólidos, uma estratégia de acção cada vez mais orientada para o cliente.

Neste âmbito e no decurso do desenvolvimento do novo *site*, foi criada uma área exclusiva de acesso aos clientes que permite a consulta de sinistros, recibos a pagamento, apólices em vigor, entre outras funcionalidades.

A Companhia viu aumentar o número de clientes em 8,3% e ultrapassou o limite do meio milhão, mantendo-se a distribuição entre particulares e empresas.



No desenvolvimento de novos produtos e por ocasião da presença da marca LusitaniaMar na Nauticampo, foi ainda lançado o seguro de embarcações de Recreio “Dinghy – *Tudo o que precisa para chegar a bom porto*”, um produto reduzido ao essencial e com um prémio único total de 50 euros.

Em 2011, foram introduzidas novas funcionalidades nos produtos que permitem, no âmbito de uma estratégia de diferenciação, incentivar o negócio e a subscrição directamente pelo mediador, com uma revisão de processos assente na eficácia e na optimização de recursos.

Neste caso, destaca-se o Plano E+, que atribui descontos em função da diversidade de produtos adquiridos, tendo como suporte o Extracto de Cliente, um conceito inovador, simples, cómodo e transparente, que agrega num só documento, os vários recibos a liquidar, permitindo que o Cliente faça a sua própria gestão de pagamentos.

## F. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Os sistemas de informação assumem, na Lusitania, um papel fundamental na prossecução dos objectivos estratégicos e surgem como a face mais visível da inovação na Companhia, testemunhando o compromisso de toda a organização na procura das respostas mais adequadas aos desafios de uma actividade cada vez mais regulamentada.

De modo a responder à necessidade de produzir informação fiável, de qualidade, suficiente, atempada e relevante, dos compromissos assumidos e dos riscos a que a se encontra exposta, a Lusitania reforçou, durante o ano de 2011, a monitorização de todas as infraestruturas e sistemas, estando apta a realizar medições e procedimentos de controlo integral.

O ano também foi marcado pela implementação de uma nova solução Oracle, EXADATA, pioneira na forma como agiliza o tratamento dos dados, estando a Lusitania entre as

primeiras empresas a adoptar esta tecnologia em Portugal. Esta inovadora solução permitiu melhorar a performance dos sistemas, diminuir a janela de *batch* e melhorar drasticamente o processo de ETL (extração, transformação e carregamento dos dados) dos sistemas de informação de gestão.

Adicionalmente, manteve-se o reforço do *servicing* disponível nas plataformas usadas pelos nossos parceiros, como os mediadores, os prestadores de serviços e os peritos, entre outros.

Na vertente de segurança, manteve-se o forte apoio aos meios físicos de controlo, através dos centros de processamento de dados (CPD) existentes na Companhia, em Lisboa e na Maia, com o que melhor se pratica no mercado, fortalecendo a redundância nas estruturas de segurança.

Ainda neste domínio e na sequência da criação do gabinete de segurança de informação, foram dados os primeiros passos para promover a certificação da norma ISO 27001 que possibilita a implementação de um Sistema de Gestão da Segurança da Informação (SGSI), que responde aos requisitos para o estabelecimento, implementação, operação, monitorização, revisão, manutenção e melhoria de um sistema documentado de gestão da segurança da informação, no contexto dos riscos de negócio/actividade da Companhia. Prevê-se a sua conclusão para o final do corrente ano.

De modo a garantir a continuidade do negócio, também durante o corrente ano foram realizados testes de *disaster recovery*, em Setembro e em Novembro, com resultados muito positivos.

## G. COMUNICAÇÃO

### 1. Aniversário da Lusitania

O ano 2011 constituiu um marco assinalável para a História da Lusitania e para a sua comunicação no mercado.

Sendo a única seguradora de capitais privados totalmente nacionais, com comprovada robustez financeira ao longo destes 25 anos e integrada no seio de um grupo mutualista, foi promovido um plano de comunicação a todos os seus *stakeholders* e divulgado ao longo de todo o ano, de modo a celebrar o aniversário da Companhia. Num almoço comemorativo, em Junho, estiveram presentes as Administrações do Montepio, da Lusitania e da Lusitania Vida, bem como todos os colaboradores de ambas as Seguradoras.

Para homenagear com um acto simbólico os 25 anos da Lusitania, reuniu-se, ainda, na sede, a equipa fundadora da Companhia, onde foi inaugurado, no dia 6 de Junho, no Auditório António da Costa Leal, um painel da autoria do escultor António Quina, alusivo aos dezoito trabalhadores que integraram os quadros da Lusitania em 1986.

Foi ainda encomendada ao compositor Jorge Salgueiro uma obra sinfónica denominada “Lusitania”, destinada a ser interpretada por 80 executantes. Esta obra destinava-se a ser doada ao Exército Português, no âmbito da sua cooperação com o Grupo Montepio que passará, desta forma, a ser incluída no repertório da Banda Sinfónica do Exército e que, oportunamente será estreada num concerto a promover pela Lusitania por ocasião do encerramento das comemorações do 25º Aniversário.

Materializando a comunicação dos 25 anos de actuação no mercado nacional segurador, a Lusitania adoptou um logo comemorativo, em 2011, em todos os seus suportes de comunicação e documentos, quer ao nível interno, quer externo.

## **2. LusitaniaMar**

Decorrido um ano desde o seu lançamento, a 23 de Junho de 2010, a LusitaniaMar ocupa já o 2º lugar do *ranking* nacional do ramo Transportes, sendo uma referência nesta área de negócio, quer a nível nacional quer a nível internacional.

Paralelamente, desenvolvendo sinergias de mercado, a LusitaniaMar tornou-se parte integrante do Fórum Empresarial da Economia do Mar, resultado de uma associação de empresas, prevista no estudo “Hypercluster da Economia do Mar”, elaborado pelo Professor Ernâni Lopes, que visa colocar Portugal como importante agente da economia do mar, a nível global.

Mantendo uma política de comunicação sustentada, a LusitaniaMar marcou presença em dois eventos de 2011 que contribuíram, em muito, para a sua diferenciação institucional no mercado: em Março, na Nauticampo 2011, salão de lazer dos mais antigos da Europa e o maior de Portugal, com *stand* próprio e em Novembro, na Lisbon Atlantic Conference, com o alto patrocínio de S.E. o Presidente da República, Prof. Dr. Aníbal Cavaco Silva, subordinada ao tema “Economia e Ciência Marítimas para um Desenvolvimento Sustentável da Europa”.

## **3. Aniversário da Moçambique Companhia de Seguros**

Em 2011, foi ainda registado o 10º aniversário da Moçambique Companhia de Seguros, S.A.R.L., a quarta seguradora privada de direito moçambicano a ser constituída após a abertura do sector à iniciativa privada.

## **4. Distinções**

Durante o ano, continuou a desenvolver-se o novo *site* da Lusitania, lançado no final de 2010 e num concurso com participação de outras empresas de referência no mercado, a Lusitania foi distinguida com o Prémio de Excelência na Comunicação pela Associação Portuguesa de Comunicação Empresarial (APCE) na categoria de melhor Website.

Na sequência do novo *site* em 2010, e no qual se lançou a campanha “Viagem Segura”, a Lusitania foi novamente premiada, em 2011, com o prémio prata na categoria Sector Financeiro. Esta distinção, enquadrada no âmbito do concurso Prémios Sapo 2011, reconheceu a criatividade da campanha *online* “*É bom condutor?*” baseada num jogo, onde os utilizadores foram desafiados a provar serem bons condutores. O bom

desempenho beneficiava o “condutor”, com descontos no seguro Automóvel, que podiam atingir um máximo de 15%.

Em 2011, a Lusitania concorreu, ainda, ao Grande Prémio de Excelência na Comunicação promovido pela Associação Portuguesa de Comunicação Empresarial (APCE) alcançando a máxima distinção com o Prémio de Excelência com o seu Museu de Numária de Ouro Portuguesa, na categoria de Responsabilidade Histórica e Memória Empresarial.

A Lusitania viu ainda reconhecidos com menções honrosas mais 3 trabalhos da sua autoria. A APCE atribuiu o Diploma de Mérito do Grande Prémio de Excelência na Comunicação, designadamente na categoria de *Webletter* com o Breves Instantes, *newsletter* diária de comunicação interna, e na categoria Vídeo e *Webcast* com os seus filmes institucionais “*Actualidades*” e “*LusitaniaMar*”.

## H. RESPONSABILIDADE SOCIAL

### 1. Apoio à comunidade

Partilhando o DNA do Grupo em que se insere, que ao longo destes 25 anos tem vindo a cimentar, a Lusitania assume-se como uma companhia que mantém uma forte componente de apoio à Comunidade, valorizando a ética empresarial e a responsabilidade social como pilares no universo corporativo.

Nestes termos, a Companhia assumiu o seu apoio a várias entidades, nas quais se destacam:

- 1) Acreditar – Associação de Pais e Amigos de Crianças com Cancro;
- 2) Cercica, Projecto Terapia com Cães na Deficiência Mental;
- 3) Projecto Brinco com Asma, organizado pelo Departamento de Imunoalergologia do Hospital D. Estefânia;
- 4) III Exposição Solidária “20 Anos contra a Sida”, promovida pela Liga Portuguesa Contra a Sida;
- 5) Residência dos Velhinhos de Campolide;
- 6) Auxílio à Aporvela, associação sem fins lucrativos de utilidade pública, através do apoio à Caravela Vera Cruz;
- 7) Grande Prémio APCE 2011 “Excelência em Comunicação” – Associação Portuguesa de Comunicação Empresarial;
- 8) Museu do Caramulo, Fundação Abel de Lacerda;
- 9) Congresso Anual da ANMP, Associação Nacional de Municípios Portugueses.

O ano de 2011 foi escolhido pela Lusitania para dar início à sua política de voluntariado junto da comunidade e, aproveitando os 25 anos de vida, encetou a primeira de uma série de acções de voluntariado.

Integrada numa acção do Grupo Montepio, a Companhia apoiou a Frota Solidária, numa parceria com a Associação Mutualista Montepio Geral.



Esta iniciativa, com forte cariz social e ambiental, traduziu-se numa acção de jardinagem da zona envolvente ao Centro Interpretação Ambiental – Pedra do Sal, em S. Pedro do Estoril, na qual participaram mais de 30 colaboradores da Lusitania e do Montepio, aos quais se juntaram 15 elementos da CERCICA (Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados de Cascais).

Durante o ano, foi realizada uma nova acção de voluntariado, na região Norte, no âmbito do Programa GIRO do GRACE (Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial), ao qual se veio a associar, em parceria com a Habitat for Humanity International.

## **2. Mecenato**

Em 2011, a Companhia renovou o Protocolo com o Museu da Presidência da República, mantendo-se o estatuto de seguradora oficial do Instituto dos Museus e da Conservação.

## **3. Patrocínios**

Mantiveram-se, em 2011, os apoios desportivos nas modalidades de vela, atletismo, ténis, automobilismo e hipismo.

No atletismo, destaca-se o apoio à atleta olímpica Ana Cabecinha, bi-campeã da modalidade. Este apoio é um motivo de orgulho e satisfação para a Companhia, não só pela dedicação e perseverança da atleta, como pela sua vontade de vencer, em consonância com o lema da Lusitania, "*Consigo mais, Consigo Melhor*".

Destaca-se, ainda, a sua presença como patrocinadora oficial da Federação Portuguesa de Ténis e seguradora oficial do Concurso Hípico Internacional de Lisboa (CSIO), concurso internacional de saltos que atrai cavaleiros e equipas de mais de 20 países.

A relevância do ramo Automóvel nos negócios da Companhia voltou a justificar a sua presença no Salão Motorclássico, um salão de automóveis antigos, bem como o apoio ao Campeão Mundial de Produção de Rally Armindo Araújo, alavancando esta decisão na estratégia de consolidação do crescimento, associado à imagem da nova Lusitania, de modo a reforçar o seu posicionamento de Companhia de *pole position*, bem como associar aos valores da empresa a defesa do talento português.

Destaca-se ainda o apoio ao Clube de Golfe dos Economistas.

## **4. Defesa do património histórico e cultural**

Mantendo a sua política de defesa e contributo para a conservação do património cultural português, a Lusitania edificou em sede própria um museu destinado a acolher a colecção de medalhas inerentes à actividade seguradora portuguesa, gentilmente cedida pelo seu coleccionador, Dr. Giacomo Landi. Esta colecção de medalhas encerra em si mesma a História e os valores de cada uma das empresas representadas em cada uma destas insígnias.



## IV. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

Numa conjuntura económica e financeira particularmente difícil, a Lusitania apresentou um um resultado líquido que reflecte o impacto do agravamento da taxa de sinistralidade do ramo Automóvel e a evolução dos mercados de capitais, tendo atingido um valor de 104 milhares de euros, a que corresponde uma variação de -96,6%.

### A. ANÁLISE DA CARTEIRA DE NEGÓCIOS

O mercado segurador continua a assistir a uma forte competitividade empresarial baseada nos preços, agravada por uma conjuntura económica desfavorável, com elevados níveis de desemprego e redução da actividade em muitas unidades produtivas. Neste contexto, foi o seguinte o desempenho da Lusitania:

#### 1. Apólices

No final de 2011, a Lusitania apresentou uma carteira com 831.423 apólices, incluindo os contratos temporários emitidos no ano, significando mais 44.630 apólices que em 2010, o que correspondeu ao acréscimo de 5,7%. O nº de novas entradas atingiu um valor superior a 246 mil novos contratos, mais 8,6% que no ano anterior. O ramo Automóvel teve o maior desempenho com 72% das apólices novas, seguido do ramo Multirriscos, com 10,4% e de Acidentes Pessoais, com 5,6%.

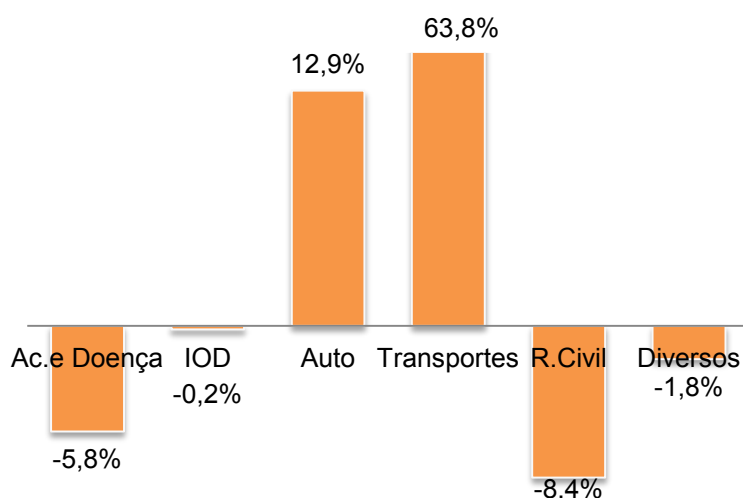
O volume de apólices anuladas reduziu a sua expressão, com -3,3% que no ano anterior, com especial destaque para os ramos Acidentes de Trabalho, Automóvel e Multirriscos, embora a tendência se tenha manifestado nos restantes ramos. Em volume, o ramo Automóvel teve o maior valor, com 65,1% de rescisões, seguido dos Multirriscos com 15,7% e Acidentes de Trabalho, com 8,5%.

#### 2. Prémios

O prémio médio apresentou uma redução de -2,1%, tendo sido nos ramos Acidentes de Trabalho, Acidentes Pessoais, Automóvel e Responsabilidade Civil que a tendência mais se manifestou. Nos restantes ramos, com particular destaque para os ramos de Incêndio e Outros Danos e Saúde, o prémio médio cresceu, com o Multirriscos a aumentar 3,6% e a Saúde 3,4%.

Fruto do efeito destes movimentos, observou-se um aumento do volume de negócios, de 4,8%, relativamente ao ano anterior, pelo que o exercício encerrou com um volume de prémios de seguro directo de 243.475 milhares de euros, em comparação com 232.372 milhares de euros, em 2010.

### Taxas de crescimento por ramos

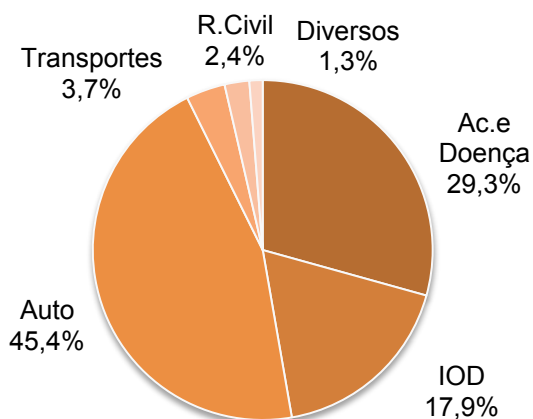


O ramo Acidentes de Trabalho registou uma perda de -4,4% face ao ano anterior, os Acidentes Pessoais reduziram os prémios em -23,3% e a Responsabilidade Civil diminuiu -8,4%. Em contrapartida, o ramo Automóvel aumentou a receita em 12,9% e a Saúde evidenciou um crescimento de 2,5%. Fruto da dinâmica empreendida com a marca LusitaniaMar, os Transportes continuam a crescer acima dos 63%, para 9,1 milhões de euros, posicionando a Lusitania no 2º lugar do *ranking* deste segmento, como já foi referido.

### 3. Composição da carteira

A carteira de prémios brutos emitidos de seguro directo, em 31 de Dezembro de 2011, distribuía-se nos termos seguintes:

#### Composição da Carteira 2011



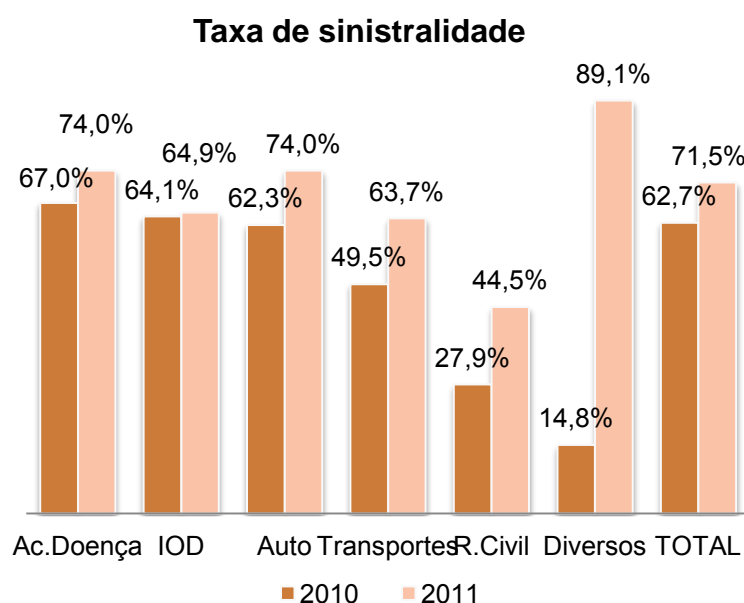
Face a 2010, a composição da carteira sofreu alterações por efeito da redução do peso de alguns ramos. Os Acidentes e Doença, o Incêndio e Outros Danos e a Responsabilidade Civil perderam quotas de, respectivamente, 3,3 p.p., 0,9 p.p. e 0,3 p.p.; em contrapartida, o Automóvel ganhou uma quota de 3,3 p.p. e os Transportes 1,3 p.p..

## B. GESTÃO DOS SINISTROS

Em 2011, a taxa de sinistralidade<sup>2</sup> sofreu um aumento em relação ao ano anterior, 70,3% contra 62,8%.

Para este resultado muito contribuiu o aumento da sinistralidade dos principais ramos da Companhia, os Acidentes de Trabalho, com um acréscimo de 7,7 p.p., o Automóvel, com mais 11,7 p.p., os Transportes com mais 14,2 p.p. e a Responsabilidade Civil com mais 16,6 p.p., face a 2010. Por outro lado, os Multirriscos e os Acidentes Pessoais apresentaram melhorias de, respectivamente, -2,2 p.p. e -0,9 p.p..

Nos ramos IOD, o decréscimo de sinistralidade registado é explicado pela redução do impacto das intempéries observadas que, apesar de tudo, continuam a assolar o País.



Importa realçar o elevado número de fraudes detectadas, que atingiu 12% do total de averiguações, uma subida de 2 p.p. face a 2010.

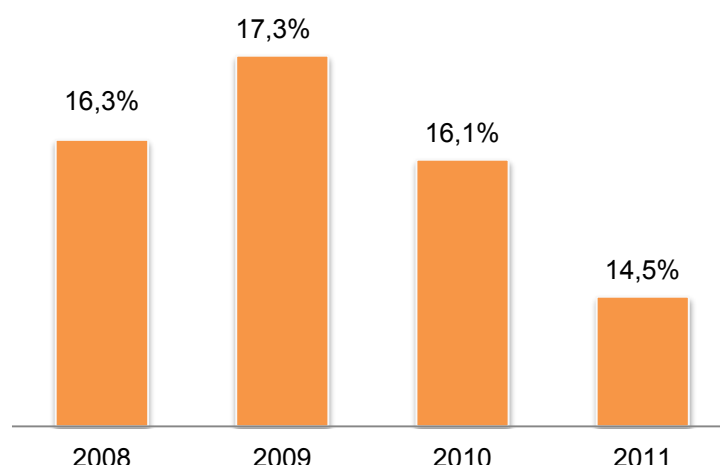
<sup>2</sup> Taxa de sinistralidade corresponde ao rácio entre custos com sinistros antes da imputação e os prémios brutos emitidos de seguro directo.

## C. ANÁLISE DO RESSEGURO

### 1. Resseguro cedido

O rácio de cedência<sup>3</sup> desceu 1,6 p.p., relativamente a 2010. Esta descida, embora beneficiando da alteração da estrutura de carteira pós-fusão, confirma a adequação do programa à realidade actual da empresa.

**Evolução do rácio de cedência de resseguro cedido**



A rubrica de comissões de resseguro cedido registou uma redução, em consequência da alteração da estrutura do programa e da substituição de contratos proporcionais por não-proporcionais.

<i>Resseguro cedido</i>	<i>2010</i>			<i>2011</i>		
	<i>Prémios</i>	<i>%</i>	<i>Cedência</i>	<i>Prémios</i>	<i>%</i>	<i>Cedência</i>
<b>Prémios resseguro cedido</b>	<b>37.333</b>	<b>100,0%</b>	<b>16,1%</b>	<b>35.290</b>	<b>100,0%</b>	<b>14,5%</b>
Resseguro proporcional	30.803	82,5%	13,3%	28.130	79,7%	11,6%
Tratados	21.188	56,8%	9,1%	16.751	47,5%	6,9%
Assistência	6.093	16,3%	2,6%	7.685	21,8%	3,2%
Facultativo	1.884	5,0%	0,8%	2.507	7,1%	1,0%
Facultativo negócio intern	1.639	4,4%	0,7%	1.187	3,4%	0,5%
Resseguro não-proporcional	6.530	17,5%	2,8%	7.160	20,3%	2,9%
por risco	2.832	7,6%	1,2%	3.269	9,3%	1,3%
protecções retenções	3.698	9,9%	1,6%	3.892	11,0%	1,6%

(milhares de euros)

A análise da distribuição dos prémios de resseguro cedido, relativamente aos prémios de seguro directo, mostra claramente o peso relativo de cada tipo de resseguro e a sua evolução. As coberturas não proporcionais ganham significado na estrutura, em detrimento das proporcionais e a cobertura de assistência destaca-se por registar um crescimento

<sup>3</sup> O rácio de cedência é o quociente entre prémios de resseguro cedido e prémios brutos emitidos de seguro directo.

constante, 2,6% dos prémios de seguro directo em 2010, contra 3,2% em 2011, em resultado do enriquecimento dos produtos oferecidos, tendo já atingido um peso percentual superior ao do programa não-proporcional.

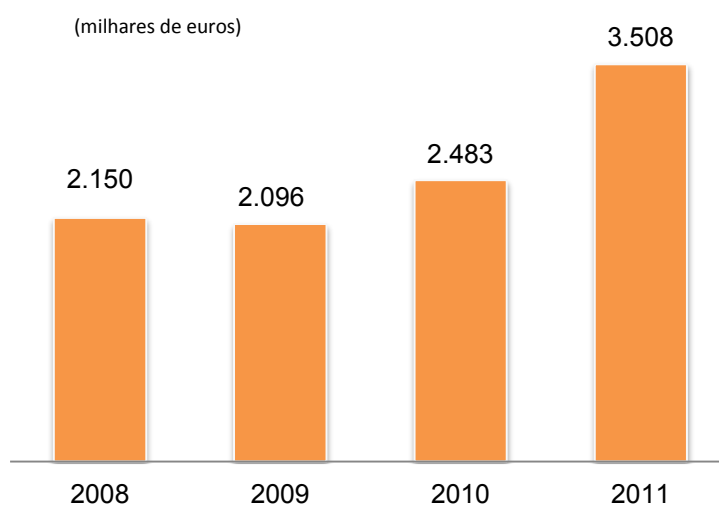
## 2. Resseguro aceite

Na área do resseguro aceite, a Lusitania manteve a sua política de aceitação exclusiva de participações com carácter especial ou em companhias com interesse para o Grupo Montepio. Assim, renovaram-se as participações no denominado *Pool* CIAR, na Impar, de Cabo Verde e na Moçambique, Companhia de Seguros.

Estas aceitações, para além do suporte aos nossos parceiros, têm proporcionado à Companhia um conhecimento privilegiado de outros mercados, troca de experiências a nível técnico e aceitações com resultados equilibrados e estáveis ao longo do tempo.

Os prémios de resseguro aceite registaram um acréscimo de 41,3% e o resultado global foi positivo, embora percentualmente inferior ao do ano anterior, mercê das catástrofes naturais sofridas pelo *Pool* CIAR.

### Evolução resseguro aceite



## D. ANÁLISE DOS CUSTOS

### 1. Custos de exploração

Os custos de exploração sofreram um aumento em 2011, tendo passado a representar 13,0% dos prémios brutos emitidos de seguro directo, que compararam com 13,2% no ano anterior.

Por ramos, com excepção dos Transportes e dos Acidentes Pessoais, todos os restantes sofreram um agravamento na taxa de comissionamento.

## 2. Custos por natureza

Os custos por natureza passaram a representar 17,2% dos prémios brutos emitidos de seguro directo, em 2011, face a 20,5%, em 2010. Esta redução, que representa cerca de 6 milhões de euros, ficou a dever-se à política de contenção de custos, às sinergias das aquisições e à revisão dos processos, aumentando a eficácia das operações sem comprometer os objectivos, conforme constava no programa estratégico para 2011.

(euros)	2008	2009	2009 (*)	2010	2011
<b>Custos Por Natureza</b>	<b>24.127.517</b>	<b>25.371.032</b>	<b>48.553.073</b>	<b>47.656.080</b>	<b>41.876.898</b>
Var.	-6,1%	5,2%	91,4%	-1,8%	-12,1%
<b>Gastos com Pessoal</b>	<b>13.158.615</b>	<b>14.178.814</b>	<b>25.068.159</b>	<b>24.706.494</b>	<b>20.753.463</b>
Var.	-1,5%	7,8%	76,8%	-1,4%	-16,0%
<b>Fornecimento e Serviços Externos</b>	<b>8.583.131</b>	<b>8.598.505</b>	<b>19.152.171</b>	<b>17.094.832</b>	<b>13.268.424</b>
Var.	16,6%	0,2%	122,7%	-10,7%	-22,4%
<b>Impostos e Taxas</b>	<b>599.748</b>	<b>552.702</b>	<b>1.430.860</b>	<b>1.237.539</b>	<b>1.788.940</b>
Var.	-71,3%	-7,8%	158,9%	-13,5%	44,6%
<b>Depreciações e Amortizações do Exercício</b>	<b>1.400.096</b>	<b>1.654.386</b>	<b>2.177.164</b>	<b>3.364.241</b>	<b>4.540.704</b>
Var.	-45,3%	18,2%	31,6%	54,5%	35,0%
<b>Juros Suportados</b>	<b>183.080</b>	<b>153.173</b>	<b>155.049</b>	<b>665.756</b>	<b>994.908</b>
Var.	54,7%	-16,3%	1,2%	329,4%	49,4%
<b>Comissões</b>	<b>202.846</b>	<b>233.452</b>	<b>569.670</b>	<b>587.217</b>	<b>530.459</b>
Var.	-4,4%	15,1%	144,0%	3,1%	-9,7%
<b>PRÉMIOS DO SEGURO DIRECTO</b>	<b>137.217.934</b>	<b>130.240.801</b>	<b>232.372.675</b>	<b>232.372.675</b>	<b>243.474.651</b>
Rácio	17,6%	19,5%	20,9%	20,5%	17,2%

(\*) Valores consolidados com a Real Seguros e a Mutuamar

Na análise às principais rubricas, verificamos que os Gastos com Pessoal tiveram um decréscimo significativo, com uma quebra de 16%. Os Fornecimentos e Serviços Externos reduziram quase 4 milhões de euros, equivalente a -22,4%, face a igual período do ano anterior, considerando que já nesse ano se havia assistido a um decréscimo superior a 10%. Este desempenho revela o efeito das sinergias que resultaram das operações de aquisição. Os Impostos e Taxas aumentaram 44,6%, fruto do crescimento da carteira Automóvel. As Depreciações e Amortizações sofreram um incremento com algum significado, por efeito das alterações realizadas ao valor das carteiras adquiridas da Real Seguros e da Mutuamar no processo de ajustamento à valorização daqueles activos, cuja amortização se cifrou em mais de 1.1 milhões de euros. Por seu lado, os Juros Suportados cresceram mais de 300 mil euros, correspondendo ao pagamento do primeiro ano integral dos encargos com o empréstimo subordinado. As Comissões sofreram uma ligeira descida, reflectindo o comportamento da carteira de activos.

## E. GESTÃO DE ACTIVOS

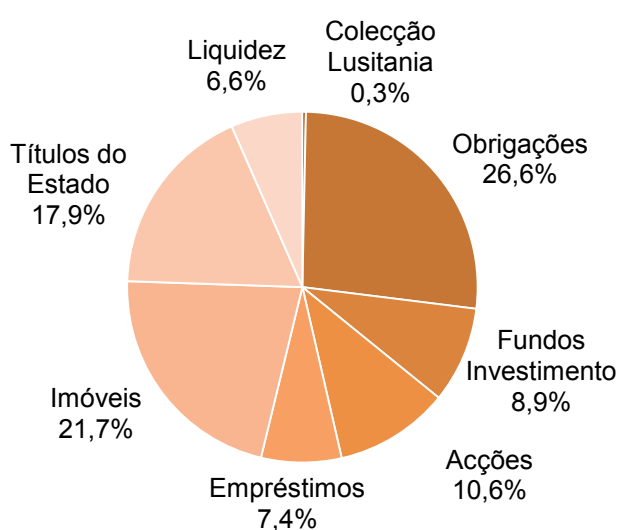
A política de investimentos manteve-se inalterada e enquadrada por critérios de prudência e selecção de activos próprios da actividade seguradora, devidamente balizada quer pelo

normativo em vigor, quer pela ordem de serviço que regulamenta a política interna de investimentos.

Assim, a carteira da Companhia ultrapassou o valor de 357 milhões de euros e é, essencialmente, constituída, por obrigações de taxa fixa, de taxa variável e por imóveis. Os activos de risco representam apenas cerca de 10,6% do total, enquanto os fundos de investimento representam 8,9%.

Registe-se, ainda, o peso relativo dos valores de liquidez, correspondentes aos saldos de depósitos à ordem e caixa e aos depósitos a prazo, que ascendem a 6,6% da carteira.

### Estrutura dos activos financeiros



O investimento líquido de desinvestimento, a preços de aquisição, foi de -14.400.646 euros. Este desinvestimento é reflexo da conjuntura económica actual e do efeito que as medidas de austeridade adoptadas em Portugal têm na situação económica e financeira das empresas e dos particulares. O esforço de integração dos activos e passivos das sociedades Real, Companhia de Seguros e Mutuamar, que ocorreu em Dezembro de 2009 e cujos efeitos se fizeram sentir no decurso de 2010 e de 2011, também contribuiu para o desinvestimento global. Em relação à carteira a preços de inventário, é de salientar que a variação do total dos activos, face a 2010, foi inferior em 19,28 milhões de euros, em parte devido à contracção dos mercados financeiros e, em parte, devido ao desinvestimento efectuado.

A estrutura da carteira, em 2010 e em 2011, é a que se apresenta no quadro abaixo.

## Composição da carteira por tipo de activo

	2010		2011		
	Valor	%	Valor	%	Var.
Acções Nacionais	26.405.802	7,0%	25.237.518	7,1%	-4,4%
Acções Estrangeiras	12.006.847	3,2%	12.555.220	3,5%	4,6%
Dívida Pública Nacional	18.402.847	4,9%	56.251.710	15,7%	205,7%
Dívida Pública Estrangeira	15.063.138	4,0%	7.680.936	2,1%	-49,0%
Outras Obrigações Nacionais	78.500.314	20,8%	59.363.786	16,6%	-24,4%
Outras Obrigações Estrangeiras	66.062.103	17,5%	35.973.520	10,1%	-45,5%
FIM Nacionais	8.265.621	2,2%	7.581.017	2,1%	-8,3%
FIM Estrangeiros	6.504.031	1,7%	4.938.491	1,4%	-24,1%
FII Nacionais	21.791.245	5,8%	19.217.045	5,4%	-11,8%
Imóveis	73.759.990	19,6%	77.803.762	21,7%	5,5%
Liquidez de curto e médio prazo	19.304.556	5,1%	23.586.829	6,6%	22,2%
Empréstimos	25.587.246	6,8%	26.402.844	7,4%	3,2%
Outros Activos	5.346.922	1,4%	1.167.381	0,3%	-78,2%
<b>Valor da carteira</b>	<b>377.000.662</b>	<b>100,0%</b>	<b>357.760.059</b>	<b>100,0%</b>	<b>-5,1%</b>

O risco da carteira encontra-se localizado, essencialmente, em território português ou na União Europeia. No entanto, com a integração, em 2009, das carteiras da ex-Real Seguros e da Mutuamar, a concentração dispersou-se por outros países, entre os quais os Estados Unidos e “Outros”, onde se incluem 5.640.370 euros referentes a investimentos localizados no Bahrein e o restante em países europeus, mas cujo valor por país não excede um milhão de euros. À exceção destes casos, não se verificou nenhuma outra alteração significativa quanto à concentração dos investimentos noutros países da Europa ou do mundo. À exceção de um título moçambicano, a totalidade da carteira da companhia está denominada em euros.

## Composição da carteira por País

	2010		2011	
	Valor	%	Valor	%
Portugal	277.275.300,78	73,55%	290.536.554	81,2%
Espanha	20.293.625,95	5,38%	15.800.293	4,4%
França	11.429.150,34	3,03%	6.254.422	1,8%
Alemanha	14.851.903,86	3,94%	3.598.575	1,0%
Estados Unidos	6.975.635,26	1,85%	3.344.283	0,9%
Países Baixos	3.107.265,93	0,82%	2.303.591	0,6%
Reino Unido	17.669.234,59	4,69%	6.278.470	1,8%
Itália	7.702.421,82	2,04%	8.137.596	2,3%
Áustria	620.837,98	0,16%	615.569	0,2%
Luxemburgo	2.058.360,09	0,55%	7.726.020	2,2%
Outros	15.016.925,21	3,98%	13.164.686	3,7%
<b>TOTAL</b>	<b>377.000.661,82</b>	<b>100,00%</b>	<b>357.760.059</b>	<b>100,0%</b>



O total da carteira de obrigações sob gestão ascendeu a mais de 159 milhões de euros, dos quais cerca de 58,4% são títulos de taxa fixa. Os títulos de taxa variável representam, portanto, cerca de 39,7% destes activos.

As restantes categorias representam cerca de 2% da carteira de obrigações.

O quadro abaixo caracteriza a carteira de obrigações quanto ao tipo de taxa de juro dos activos, quer em 2011, quer em 2010.

### Tipo de taxa da carteira de obrigações

	2010		2011	
	Valor	%	Valor	%
Fixa	114.220.023	50,4%	92.937.857	58,4%
Variável	60.154.710	49,5%	63.250.968	39,7%
Cupão Zero	3.651.117	0,1%	3.033.992	1,9%
Defaulted	2.551	0,1%	47.077	0,0%
<b>TOTAL</b>	<b>178.028.402</b>	<b>100,0%</b>	<b>159.269.894</b>	<b>100,0%</b>

A qualidade dos títulos que compõem a carteira de obrigações pode constatar-se através da análise dos *ratings* das emissões, tal como apresentados, no quadro a seguir.

### Rating da carteira de obrigações

	2010		2011	
	Valor	%	Valor	%
AAA	13.331.295	7,5%	-	-
AA+	2.688.424	1,5%	152.920	0,1%
AA	7.090.230	4,0%	332.938	0,2%
AA-	5.727.947	3,2%	1.630.848	1,0%
A+	9.582.493	5,4%	4.368.055	2,7%
A	12.127.236	6,8%	12.656.023	8,0%
A-	43.381.175	24,4%	42.706.575	26,8%
BBB+	5.407.208	3,0%	6.387.213	4,0%
BBB	5.491.807	3,1%	4.049.736	2,5%
BBB-	6.825.006	3,8%	1.418.466	0,9%
BB+	-	-	4.843.306	3,0%
BB	135.673	0,1%	58.221.936	36,6%
BB-	1.400.644	0,8%	9.599.071	6,0%
B+	-	-	945.458	0,6%
B	3.694.529	2,1%	1.735.841	1,1%
B-	-	-	-	-
CCC	297.404	0,2%	1.417.291	0,9%
CC	-	-	-	-
C	40.645	0,0%	-	-
D	-	-	-	-
Desconhecido	60.806.686	34,2%	8.804.217	5,5%
<b>TOTAL</b>	<b>178.028.402</b>	<b>100,0%</b>	<b>159.269.894</b>	<b>100,0%</b>

A degradação dos *ratings* da carteira está intimamente relacionada com a degradação do *rating* da dívida soberana dos Estados Europeus e das emissões das principais empresas do espaço europeu. Contudo, e apesar desta conjuntura, cerca de 38,8% da carteira tem uma notação de A- ou superior, embora não haja qualquer activo de *rating* AAA. Refira-se que nos activos anteriormente incluídos na rubrica com *rating* desconhecido e que neste exercício se encontram classificados com a notação da respetiva empresa mãe, cerca de 47 milhões de euros, se referem a activos emitidos pelo Grupo Montepio Geral, cujo *rating* é BB.

Quanto à maturidade da carteira de obrigações, cerca de 64,4% da carteira tem uma maturidade entre 2012 e 2016, valor que compara com cerca de 61,8% do exercício anterior.

### Maturidade da Carteira de Obrigações

	2010		2011	
	Valor	%	Valor	%
2010-2011	37.271.036	20,9%	n.a.	n.a.
2012-2016	72.800.898	40,9%	102.527.038	64,4%
2017-2020	53.635.602	30,1%	44.769.249	28,1%
2021-2030	5.833.703	3,3%	5.234.047	3,3%
2031	8.487.163	4,8%	6.739.560	4,2%
TOTAL	178.028.402	100,0%	159.269.894	100,0%

Por outro lado, em termos de duração da carteira, constata-se que cerca de 43,3% dos activos apresentam um valor igual ou superior a 3 anos e que cerca de 35,6% tem uma duração superior a cinco anos. Em 2010, estes rácios eram de cerca de 62,7% e 44,5%, respectivamente. Os activos com durações de curto prazo ascendem, assim, a cerca de um terço da carteira.

### Duração da Carteira de Obrigações

	2010		2011	
	Valor	%	Valor	%
< 6 meses	31.536.503	17,7%	49.195.156	30,9%
6 meses a 1 ano	5.734.533	3,2%	3.887.940	2,4%
1 ano a 3 anos	29.167.525	16,4%	37.305.090	23,4%
3 anos a 5 anos	32.374.017	18,2%	12.138.789	7,6%
5 anos a 10 anos	64.894.959	36,5%	44.627.867	28,0%
> 10 anos	14.320.866	8,0%	12.115.051	7,6%
TOTAL	178.028.402	100,0%	159.269.894	100,0%

## F. INDICADORES DE DESEMPENHO

Os resultados técnicos traduzem a consequência, já referida, do aumento da taxa de sinistralidade global e, muito particularmente, dos ramos Acidentes de Trabalho, Saúde, Automóvel e Responsabilidade Civil e do comportamento dos mercados financeiros.

Resultados e rentabilidades	2008	2009	2009 (1)	2010	2011
Resultados Técnicos	<b>3.572.537</b>	<b>6.408.368</b>	<b>6.408.368</b>	<b>-108.490</b>	<b>-7.507.566</b>
Var.	181,7%	79,4%	0,0%	-101,7%	-1143,1%
EBITDA	<b>4.939.515</b>	<b>8.062.754</b>	<b>8.062.754</b>	<b>3.255.752</b>	<b>-2.966.862</b>
Var.	29,0%	63,2%	0,0%	-59,6%	-172,6%
Margem EBITDA	<b>3,6%</b>	<b>6,1%</b>	<b>6,1%</b>	<b>1,4%</b>	<b>-1,2%</b>
Var. p.p.	1,1	2,5	0,0	-4,7	-3,0
Resultados Antes de Imposto	<b>3.690.300</b>	<b>7.832.341</b>	<b>7.271.377</b>	<b>4.991.365</b>	<b>-2.516.201</b>
Var.	4,9%	112,2%	-7,2%	-31,4%	-150,4%
Resultado Líquido	<b>2.392.450</b>	<b>4.292.429</b>	<b>3.731.036</b>	<b>3.034.497</b>	<b>104.452</b>
Var.	-4,9%	79,4%	-13,1%	-18,7%	-96,6%
Capitais próprios	<b>25.402.746</b>	<b>82.412.610</b>	<b>77.489.082</b>	<b>75.997.403</b>	<b>72.427.331</b>
Var.	-16,2%	224,4%	-6,0%	-1,9%	-4,7%
Rentabilidade das Vendas	<b>1,7%</b>	<b>3,3%</b>	<b>2,9%</b>	<b>1,3%</b>	<b>0,0%</b>
Var. p.p.	0,1	1,6	-0,4	-1,6	-1,3
ROE	<b>9,4%</b>	<b>5,2%</b>	<b>4,8%</b>	<b>4,0%</b>	<b>0,1%</b>
Var.	6,5	-4,2	-0,4	-0,8	-3,8

(1) Informação relativa às contas re-expressas, decorrentes da reavaliação do *goodwill*, resultante da aquisição da Real Seguros e da Mutuamar

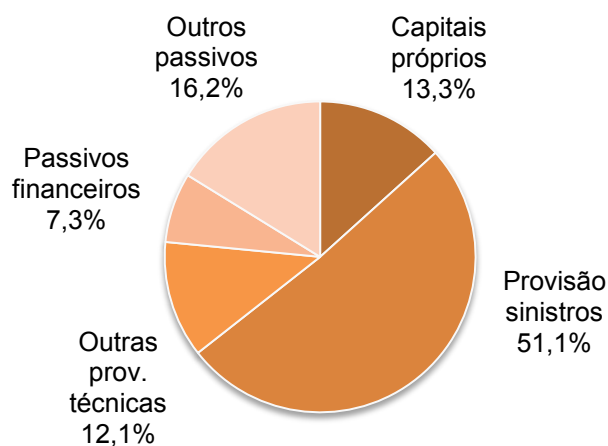
No exercício de 2011, a Lusitania apresentou um resultado líquido de impostos de 104.452 euros, o que representa uma variação de -96,6% em relação ao ano anterior.

## G. GESTÃO DO CAPITAL

### 1. Estrutura do capital

A estrutura de capital da Lusitania está orientada para a gestão da sua actividade, enquanto companhia de seguros. Os activos financeiros servem sobretudo para cobrir as responsabilidades assumidas, que constituem 63% do balanço. Os capitais próprios, juntamente com o empréstimo obrigacionista contraído em 2009, constituem as principais fontes de financiamento da actividade e representam 20,5% do total do balanço.

### Estrutura do capital

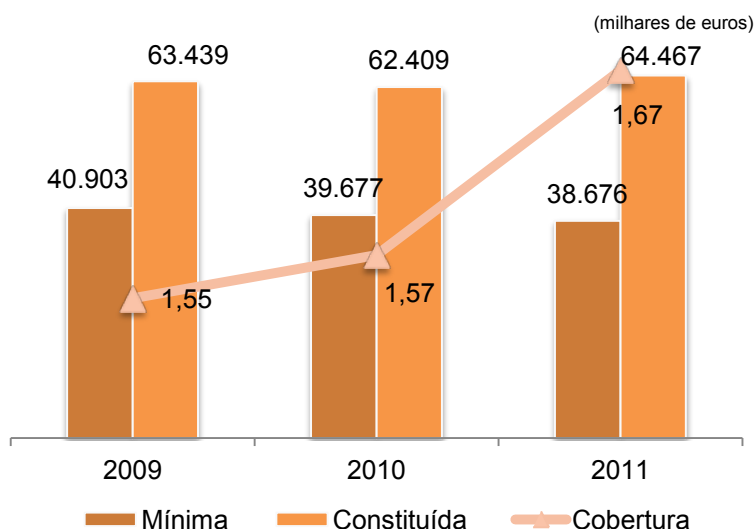


Os capitais próprios sofreram uma variação de -3.6 milhões de euros face a 2010, atingindo os 72.4 milhões de euros, por efeito dos ajustamentos no justo valor dos activos financeiros, que passaram de -5.7 milhões de euros para -9.9 milhões de euros. O resultado líquido também sofreu uma quebra de -2.9 milhões de euros.

### 2. Solvência

A margem de solvência da Lusitania, calculada de acordo com o normativo em vigor, era, em 31 de Dezembro de 2011, de 38.7 milhões de euros, com um capital disponível de 64.5 milhões de euros, equivalente a 166,7% da margem.

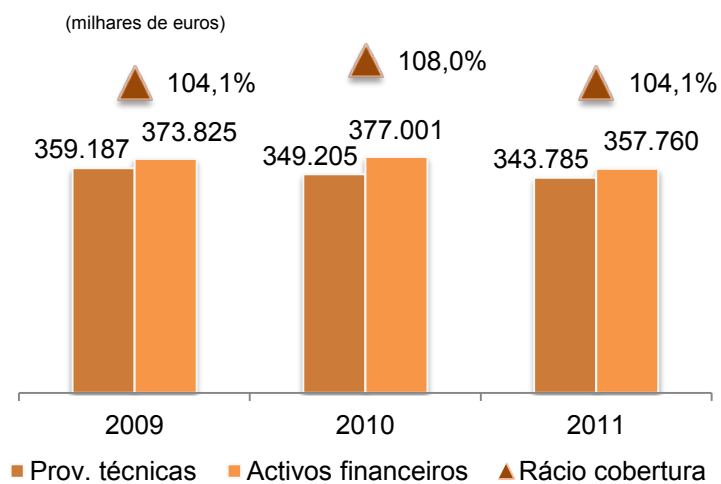
### Margem de solvência



As provisões técnicas atingiram um montante de 343.8 milhões de euros, -1,6% que o valor alcançado em 2010; para o mesmo período, os activos representativos tiveram uma

variação de -5,1%, fixando-se em 357.7 milhões de euros. Deste modo, o grau de cobertura das provisões técnicas passou de 108% para 104,1%.

### Margem de cobertura das provisões técnicas



## V. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Apresentado e discutido o Relatório de Gestão e as contas de 2011, a aprovar na próxima Assembleia Geral de 27 de Março, deliberou-se propor à Assembleia Geral a aprovação das contas e a seguinte distribuição de resultados:

	<b>Euros</b>
Reserva Legal:	10.445,17
Reserva Estatutária:	10.445,17
Reserva Livre:	83.561,39
<b>Total</b>	<b>104.451,73</b>

Com a aprovação da distribuição de resultados proposta à Assembleia Geral de Accionistas, o capital próprio fixar-se-á em 72.427.331 euros.

## VI. PERSPECTIVAS PARA 2012

### A. A ACTIVIDADE ECONÓMICA

As últimas projecções do Banco de Portugal publicadas no Boletim Económico de Inverno apontam para uma contracção da economia portuguesa em 2011 e 2012, seguida de uma virtual estagnação em 2013. Esta forte contracção da actividade económica, sem precedente na economia portuguesa, reflecte uma redução significativa da procura interna, tanto pública como privada, num quadro de ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos estabelecidos no Programa de Assistência Económica e Financeira. Embora com alguns ajustamentos, as previsões da Comissão Europeia apontam para uma evolução semelhante.

#### Previsões Económicas para Portugal e para a Zona Euro

(unidade: %)	2011						2012				2013			
	Portugal			Zona Euro			Portugal		Zona Euro		Portugal		Zona Euro	
	BdP	Efe.	CE	BCE	Efe.	CE	BdP	CE	BCE	CE	BdP	CE	BCE	CE
<b>PIB</b>	-1.6	-1.5	-1.6	1.6	1.5	1.5	-3.1	-3.0	0.3	0.5	0.3	0.7	1.3	1.3
Consumo Privado	-3.6	-	-3.8	0.4	-	0.5	-6.0	-5.8	0.1	0.4	-1.8	-1.1	0.9	1.0
Consumo Público	-3.2	-	-3.7	0.1	-	0.1	-2.9	-4.1	0.1	-0.2	-1.4	-2.4	0.5	0.2
Investimento (FBCF)	-11.2	-	-11.3	2.0	-	2.0	-12.8	-10.3	0.1	0.5	-1.8	0.6	1.9	2.8
Exportações	7.3	-	6.8	6.3	-	6.0	4.1	3.8	3.2	3.4	5.8	5.5	5.5	5.3
Importações	-4.3	-	-4.8	4.7	-	4.8	-6.3	-5.0	2.3	3.0	0.7	1.2	4.9	5.0
<b>Inflação</b>	3.6	3.6	3.6	2.7	2.7	2.6	3.2	3.3	2.0	1.7	1.0	1.3	1.5	1.6
<b>Taxa de Desemprego</b>	-	12.6	12.7	-	10.1	10.0	-	13.8	-	10.1	-	13.6	-	10.0

Fontes: Banco de Portugal (BdP), 10 de janeiro de 2012; Comissão Europeia (CE), 10 de novembro de 2011 para a Zona Euro e 21 de dezembro de 2011 para Portugal; e Banco Central Europeu (BCE), 8 de dezembro de 2011.

Notas: "Efe." corresponde aos dados efectivos já divulgados para 2011; A inflação é medida pela variação homóloga do IPCH.

A forte contracção da procura interna é acompanhada por um crescimento significativo das exportações, o qual não é, no entanto, suficiente para compensar o impacto do ajustamento dos níveis de procura por parte dos agentes residentes, num quadro de consolidação orçamental.

Estas medidas visam assegurar condições indispensáveis ao aumento do potencial de crescimento da economia portuguesa e permitir um padrão de crescimento sustentável, face ao novo quadro de funcionamento dos mercados financeiros internacionais. No entanto, no curto prazo, é generalizada a perspectiva dos inevitáveis efeitos contraccionistas na economia.

### B. ENQUADRAMENTO DO MERCADO SEGURADOR

Em 2011, registou-se uma conjuntura económica difícil, tendo sido agravada pela implementação das medidas estabelecidas ao abrigo do Programa de Assistência Económica e Financeira a Portugal. Pese embora este enquadramento, o mercado dos seguros Não-Vida voltou a evidenciar resiliência à recessão, mas em grande parte devido à gestão criteriosa dos diversos operadores.

A esperada contracção económica, com particular destaque na redução do consumo interno, na redução de emprego e na redução do rendimento disponível das famílias e

empresas, constitui factor muito negativo para a actividade seguradora. Contudo, parece emergir, nestes tempos de incerteza, uma cada vez maior preocupação das famílias e empresas na protecção de pessoas e bens, dada a maior dificuldade na reposição de património e, também, a evidente necessidade da salvaguarda do bem-estar das pessoas.

Os próximos dois anos constituem, assim, um período em que o sector enfrentará grandes desafios, tanto ao nível da pressão nos preços, por via da persistente crise, como na necessidade de gestão criteriosa dos seus capitais. Face a estas exigências, as empresas serão incentivadas a ganhar novos níveis de eficiência e qualidade para continuar a responder adequadamente às exigências de protecção e segurança dos seus clientes.

As medidas previstas no PAEF terão, também, indirectamente, efeitos na estrutura do próprio mercado segurador português, decorrentes da prevista reprivatização da área seguradora sob tutela do Estado português. Estas alterações poderão ser influenciadas, igualmente, pela excessiva pulverização de operadores. Previsivelmente, existirão movimentos de concentração interna e, também, deslocalizações das sedes locais das Companhias pertencentes a multinacionais (dada a optimização da gestão de capitais no âmbito na regulamentação europeia – Solvência II).

Desta forma, os indicadores do sector apontam para que os factores de dimensão, concentração de recursos e grau de penetração das novas tecnologias continuem determinantes para a melhoria da competitividade e rendibilidade das companhias de seguros.

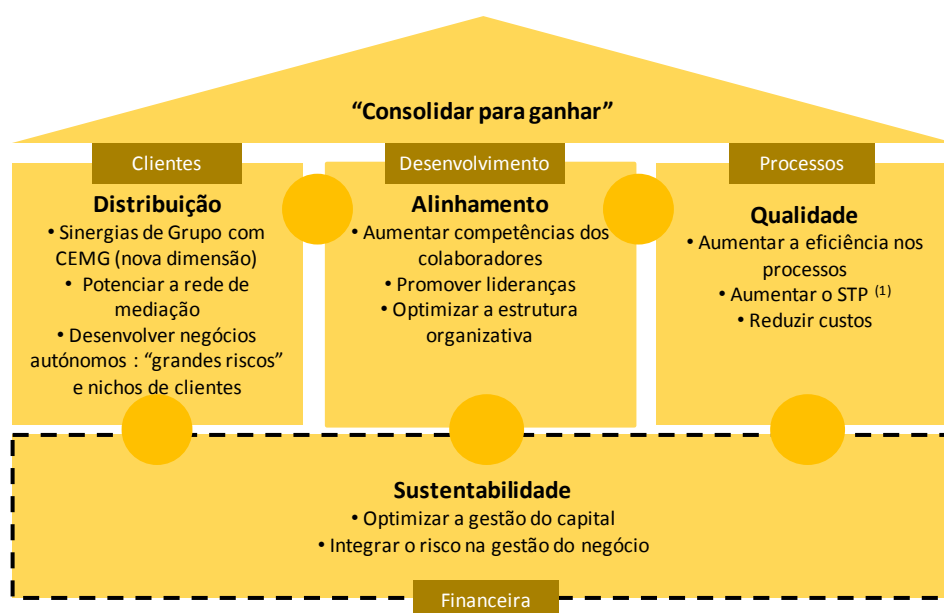
### **C. A ESTRATÉGIA DO TRIÉNIO 2011-2013**

Em 2010, foi definido um plano estratégico para o triénio 2011-2013, o Programa “Consolidar para Ganhar”, em que foram definidos objectivos de crescimento sustentável, aumento da rendibilidade, melhoria da qualidade e da eficiência. Os desafios identificados no plano são de natureza diferenciada, mas são hoje maiores, e obrigam a uma actuação muito determinada para os ultrapassar:

- Perspectivas de agravamento da crise económica e financeira
- Perspectivas de estagnação do mercado segurador Não-Vida
- Elevado nível de concentração dos ramos Não-Vida que apresentam perspectivas de crescimento (principalmente saúde)
- Seguros encarados como uma *commodity* (massificados)
- Quadro regulatório mais restritivo na gestão dos riscos – Solvência II
- Escassez de capital e maiores exigências de remuneração

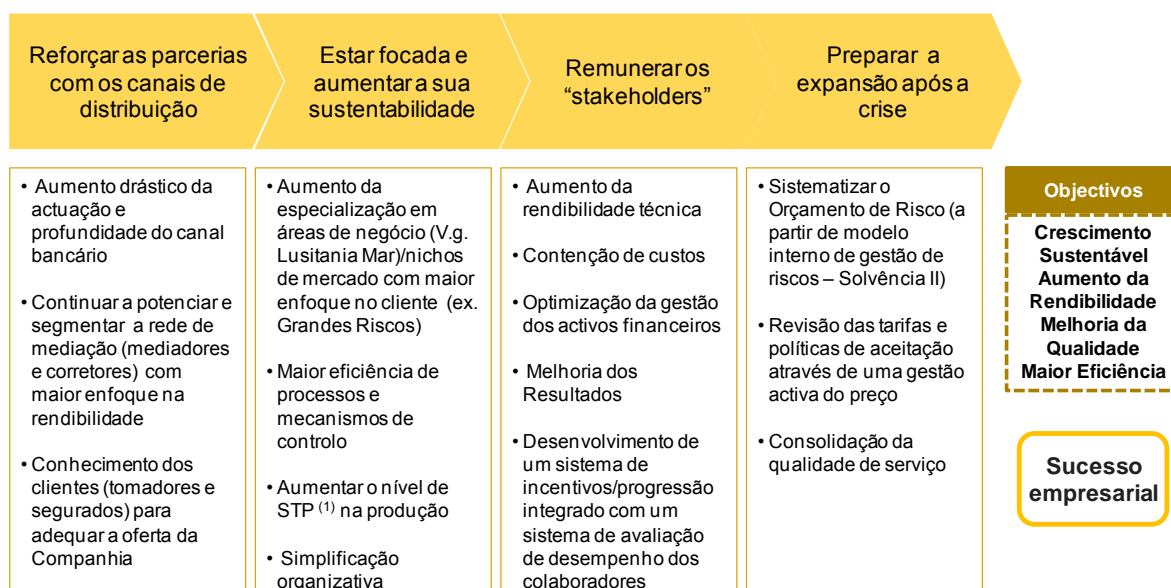
Para responder a estes desafios, e também às oportunidades de mercado, a Lusitania definiu as linhas estratégicas para o período 2011-2013:





(1) STP – Straight through processing

O Programa "Consolidar para Ganhar" 2011-2013 da Companhia é constituído por um conjunto de planos de acção integrados, com vista ao aprofundamento dos vectores de desenvolvimento. Estes planos estão a ser executados desde o início de 2011.



(1) STP – Straight through processing

A execução do programa, com os necessários ajustamentos em cada momento, em virtude de um ambiente com maiores graus de incerteza, está orientada para atingir as metas estratégicas estabelecidas para 2013:

Indicadores para os objectivos estratégicos		Metas 2013
Prémios Emitidos (€M)	>	260,0
Quota de Mercado	>	6,2%
<i>Taxa de rentabilidade líquida de imposto [ROE]</i>	≥	13,3%
Resultados Líquidos (€M)	≥	12,0
Rendibilidade técnica (EBITDA/PBE)	≥	4,4%
Taxa de sinistralidade (sinistros/PBE)	<	59,2%
Expense ratio	≤	29,0%
Custos por natureza/PBE	<	15,9%
Prémios por trabalhador (€m)	≥	400

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao finalizar saudamos a Associação Portuguesa de Seguradores, as Associações de Mediadores, os Sindicatos da actividade e expressamos os nossos agradecimentos:

- . Ao Instituto de Seguros de Portugal,
- . à Administração e aos trabalhadores da Lusitania Vida,
- . à Administração e aos trabalhadores da N Seguros
- . ao Conselho Fiscal e ao Revisor Oficial de Contas,
- . aos nossos Mediadores,
- . à José Mata, Lda,
- . aos nossos Resseguradores e
- . aos nossos Segurados.

O Conselho de Administração expressa, também, os seus agradecimentos aos Senhores Accionistas e, particularmente, ao Montepio, pelo apoio sempre recebido.

Lisboa, 24 de Fevereiro de 2012

O Conselho de Administração

António Tomás Correia  
*Presidente*

José António de Arez Romão  
*Administrador-Delegado*

Jorge José Conceição Silva  
*Administrador*

Virgílio Manuel Boavista Lima  
*Administrador*

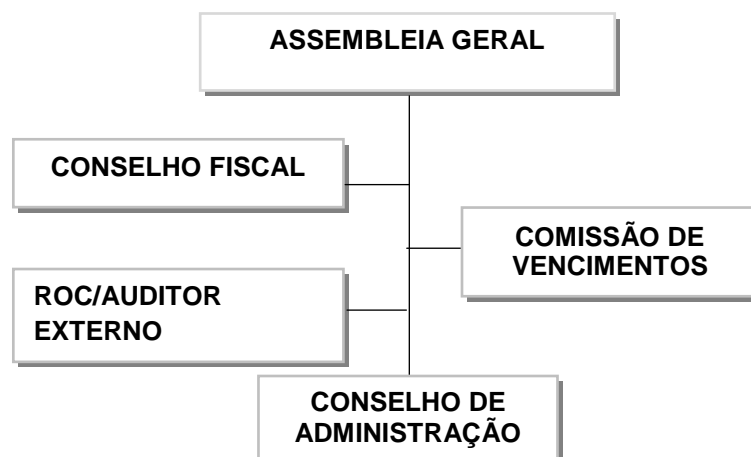


## **ANEXOS**



## ANEXO 1. RELATÓRIO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

### 1. Estrutura do Governo



Nos termos estatutários a gestão da sociedade é assegurada por um Conselho de Administração composto por três a sete membros eleitos quadrienalmente, sendo permitida a sua reeleição.

Actualmente o Conselho de Administração eleito para o quadriénio 2011/2014 é composto por quatro administradores, sendo um Presidente, um Administrador Delegado e dois Administradores.

Compete ao Conselho de Administração gerir os negócios da sociedade com os mais amplos poderes. A fiscalização dos actos da administração é exercida por um Conselho Fiscal composto por três membros efectivos e por um revisor oficial de contas eleitos quadrienalmente, sendo reelegíveis.

As remunerações dos membros do Conselho de Administração são fixadas por uma comissão composta por três membros eleitos quadrienalmente pelos accionistas, podendo ser reelegíveis.

### 2. Identificação e Composição dos Órgãos Sociais

#### Mesa da Assembleia Geral

Presidente	Vítor José Melícias Lopes
Vice-Presidente	José Joaquim Fragoso
Secretário	António Ferreira Carvalho

#### Conselho de Administração

Presidente	António Tomás Correia
Administrador-Delegado	José António de Arez Romão
Administrador	Jorge José da Conceição Silva
Administrador	Virgílio Manuel Boavista Lima

**Conselho Fiscal**

Presidente	Manuel da Costa Braz
Vice-Presidente	José Augusto Perestrello Alarcão Troni
Vogal	Fernando Vassalo Namorado Rosa

**Revisor Oficial de Contas**

KPMG & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, SA., representada por Fernando Gustavo Duarte Antunes

### **3. Qualificação Profissional dos membros do Conselho de Administração e Actividade exercida nos últimos anos**

#### António Tomás Correia, Presidente

Qualificação profissional: Licenciado em Direito pela Universidade Clássica de Lisboa.

Actividade nos últimos anos:

- Vogal do Conselho de Administração do Montepio Geral (2004 a 30 Abril 2008);
- Presidente do Conselho de Administração do Montepio Geral (a partir de 1 de Maio de 2008);
- Dentro do Grupo Montepio, Presidente da Lusitania Companhia de Seguros, S.A e da Lusitania Vida, SA, Administrador da Futuro e da Leacock;
- Administrador do Finibanco Angola e Finibanco Portugal.

#### José António de Arez Romão, Administrador Delegado

Qualificação profissional: Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa em 1967

Actividade nos últimos anos:

- Administrador-Delegado da LUSITANIA, Companhia de Seguros, SA, desde 6 de Junho de 1986 e Administrador da LUSITANIA-VIDA, Companhia de Seguros, SA, desde 15 de Maio de 1987;
- Administrador da SPA – Sociedade Portuguesa de Administrações, em representação da LUSITANIA, Companhia de Seguros, SA;
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da APS – Associação Portuguesa de Seguradores.

#### Jorge José da Conceição Silva, Administrador

Qualificação profissional: Licenciado em Economia pelo Instituto Superior de Economia.

Actividade nos últimos anos:

- Administrador da LUSITANIA, Companhia de Seguros, SA, desde 2004;
- Presidente do Conselho Fiscal da Futuro, Sociedade Gestora de Fundo de Pensões, SA, em representação da LUSITANIA, Companhia de Seguros, SA, entre 1988 e 1993;
- Administrador Delegado e mais tarde Presidente do Conselho de Administração da Clínica de Santa Maria de Belém, SA, entre 1989 e 1993;
- Administrador da empresa AG2S – Assistência e Gestão Social da Saúde, SA.



Virgílio Manuel Boavista Lima, Administrador

Qualificação profissional: Licenciado em Organização e Gestão de Empresas, pelo Instituto Superior de Economia, em 1985 e Mestre em Gestão, pelo mesmo Instituto.

Actividade nos últimos anos:

- Administrador da LUSITANIA, Companhia de Seguros, SA, desde 2008;
- Presidente do Conselho de Administração da N Seguros, SA, desde 2010;
- Administrador da SILVIP, Sociedade Gestora Fundos e Investimentos Prediais, SA;
- Membro do Conselho Geral do Montepio Geral e da Fundação Montepio Geral
- Administrador da “Société d’Investissement à Capitale Variable PVCi – Portugal Venture Capital Initiative”;
- Administrador da Caixa Económica de Cabo Verde;
- Administrador da “MG Fundos – Sociedade Gestora de Fundos”;
- Administrador da “MG Patrimónios – Sociedade Gestora de Patrimónios”.

#### **4. Política de remuneração**

A Comissão de Vencimentos eleita em Assembleia Geral determina a remuneração dos membros dos órgãos de Administração e Fiscalização.

A remuneração dos administradores executivos visa uma gestão sã e prudente e é estabelecida em função da dimensão, do desempenho e dos resultados alcançados.

Nos termos da Lei nº 28/2009, de 19 de Junho, a Comissão de Vencimentos submete anualmente à aprovação da Assembleia Geral uma declaração contendo a política de remuneração dos órgãos sociais.

As remunerações auferidas, em 2011, foram fixadas pela Comissão de Vencimentos nomeada na Assembleia Geral de 30 de Março de 2011, não tendo as remunerações do Conselho de Administração sofrido qualquer actualização salarial no exercício. Os Administradores renunciaram ao recebimento das gratificações correspondentes ao exercício de 2010 e que deveriam ter sido liquidadas em 2011.

O administrador não executivo do Conselho de Administração não auferir qualquer remuneração. Os administradores executivos que tenham funções em outras empresas do Grupo não auferem qualquer remuneração nessas empresas. Não são atribuídos aos administradores benefícios não pecuniários relevantes que sejam considerados como remuneração.

Na matéria de remunerações não existe recurso a consultores externos.

A proposta da política de remunerações para 2012, elaborada nos termos do estabelecido na circular nº 6/2010 de 1 de Abril do ISP, tal como será apresentada à Assembleia de 27 de Março de 2012, consta do anexo ao relatório.

## 5. Pensões de Reforma

Em Assembleia Geral realizada em 2006, foi deliberado que os membros do Conselho de Administração que possuíam contrato de trabalho como directores da Companhia antes da sua eleição para administradores teriam, nos termos do aludido contrato, direito a uma pensão complementar de reforma à atribuída pela Segurança Social para 80% da última remuneração base.

A pensão de reforma encontra-se financiada pelo Fundo de Pensões e será paga por este.

## 6. Composição da Comissão de Vencimentos

A Comissão de Vencimentos eleita para o quadriénio 2011/2014 é composta por:

Presidente	Vítor José Melícias Lopes
Vogal	Norberto da Cunha Junqueiro F. Félix Pilar
Vogal	Eduardo José da Silva Farinha

## 7. Remunerações auferidas pelos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização (nos termos do art. 2º da Lei nº 28/2009)

### a. Agregado

Conselho de Administração – 679.089,90 euros

Conselho Fiscal – 11.500,00 euros

### b. Individual

#### Conselho de Administração

António Tomás Correia – 0 euros

José António de Arez Romão – 234.309,90 euros<sup>4</sup>

Jorge José da Conceição Silva – 208.530,00 euros

Virgílio Manuel Boavista Lima – 27.720,00 euros<sup>5</sup>

José António Romão Eusébio – 64.517,79 euros<sup>6</sup> euros

#### Conselho Fiscal

Manuel da Costa Braz – 4.500,00 euros

José Augusto Perestrelo Alarcão Troni – 3.500,00 euros

Fernando Vassalo Namorado Rosa – 3.500,00 euros

<sup>4</sup> Não auferir qualquer outra retribuição por cargos desempenhados em empresas do Grupo, designadamente como Administrador da Lusitania Vida, Moçambique Companhia de Seguros, SA e Sociedade Portuguesa de Administrações.

<sup>5</sup> Valor que acresce ao montante recebido da Caixa Económica Montepio Geral, a cujo quadro de efectivos pertence, encontrando-se destacado na Lusitania, com função executiva. O valor global auferido corresponde à remuneração de vogal do Conselho de Administração da Lusitania (208.530,00 euros)

<sup>6</sup> Cessou funções com o termo do mandato, em 25 de Março de 2011.

**8. Remuneração do Auditor/Revisor Oficial de Contas**

O valor facturado pelos nossos auditores externos, KPMG, ascendeu, em 2011, a 34.440 euros (que inclui 6.440 euros de IVA) e compreende os trabalhos relacionados com a Auditoria Externa e com a emissão da Certificação Legal de Contas. Existe uma provisão no valor de 110.392,50 euros (que inclui 20.642,50 euros de IVA), relativa aos serviços prestados em 2011 e ainda não liquidados.

**9. Participação dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização no Capital da Lusitania (art. 447º do Código das Sociedades Comerciais)**

Membros do Conselho de Administração	Acções detidas em 31/12/2011	Acções detidas em 31/12/2010
José António de Arez Romão	6.600	6.600
Jorge José da Conceição Silva	6	6



## ANEXO 2. FUNDADORES E CONSELHOS DE ADMINISTRAÇÃO DA LUSITANIA

### Accionistas

Montepio Geral – Associação Mutualista  
 Caixa Económica Montepio Geral  
 Alves Ribeiro, Lda.  
 Empresa de Tráfego e Estiva, S.A.R.L.  
 Comendador João Francisco Justino  
 VICAIMA – Indústria de Madeiras e Derivados, Lda.  
 COLEP – Companhia Portuguesa de Embalagens, Lda.  
 FNAC – Fábrica Nacional de Ar Condicionado, União de Cooperativas de Responsabilidade Limitada  
 Francisco António Fernandes, Limitada  
 Filmes Lusomundo, S.A.R.L.  
 Engº João Firmino de Almeida Henriques  
 Dr. Carlos Alberto Bento de Oliveira  
 Dr. José António de Arez Romão  
 Dr. José Manuel Serrano de Ramos e Costa  
 EMPOR – Empreendimentos Comerciais e Financeiros, S.A.R.L.  
 Coronel António Pais Andorinho Romão  
 HOPALIS – Hospital Particular de Lisboa, Limitada  
 Engº Vítor Manuel da Silva Ribeiro  
 Caixa de Previdência de Profissionais da Imprensa de Lisboa – Casa da Imprensa – Associação de Socorros Mútuos  
 Associação de Socorros Mútuos de Empregados no Comércio de Lisboa  
 Associação de Socorros Mútuos Rainha Dona Leonor  
 Liga das Associações de Socorro Mútuo do Porto  
 Associação de Socorros Mútuos José Maria Correia, Legado do Caixeiro Alentejano  
 Mutualidade Popular, Associação de Socorros Mútuos

### Conselhos de Administração

#### Presidentes:

1986 / 1991	Vasco Ferreira César das Neves	(1929 – 2011)
1991 / 2004	António de Seixas da Costa Leal	(1921 – 2007)
2004 / 2005	António Tomás Correia	
2005 / 2008	José da Silva Lopes	
2008 até à data	António Tomás Correia	

Administradores-Delegados:

1986 / 1987	José Manuel Serrano de Ramos e Costa	(1936 – 1987)
1986 até à data	José António de Arez Romão	

Administradores:

1986 / 1998	António Luís Marques de Figueiredo	(1931 – 2010)
1995 / 2003	António Manuel Maldonado Gonelha	
1986 / 1995	Carlos Alberto Bento de Oliveira	
1994 / 1995	Fernando Ginja Mendes	(1928 – 2006)
1986 / 1990	João Francisco Justino	
2004 até à data	Jorge José da Conceição Silva	
2009 / 2011	José António Romão Eusébio	
1993 / 1995	José Joaquim Cordeiro Tavares	
1995 / 1996	José Joaquim Fragoso	
1990 / 1993	José Manuel Ferreira Neto	
1996 / 2002	José de Matos Torres	(1934 – 2004)
1993 / 1994	Maria do Carmo Ortigão Costa Guedes da Silva	
1992 / 1993	Rui Vasco da Silveira Preto Correia	(1928 – 1995)
2008 até à data	Virgílio Manuel Boavista Lima	
1989 / 1991	Vítor José Melícias Lopes	
1986 / 1995	Vítor Manuel da Silva Ribeiro	

**Colaboradores admitidos no primeiro ano de actividade da empresa**

José António Arez Romão	06-06-1986
José Manuel Ramos e Costa	06-06-1986
Jorge José Conceição Silva	18-06-1986
Aldina Antónia Costa Romaneiro	18-06-1986
Maria Teresa Chambel Matos Moradas	18-06-1986
Pedro Manuel Guerra Mascarenhas Valente	18-06-1986
Isabel Maria Queiroz Neves	23-06-1986
António Ferreira Carvalho	14-07-1986
Francisco Jose Marques Carvalho Guerra	01-08-1986
Maria Amélia Costa Jesus Rocha	01-08-1986
Jose Manuel Vieira Ramalho	01-08-1986
Manuel Almeida Correia	04-09-1986
João Manuel Santos Rosa	01-10-1986
Jose Nuno Firmo Botelho Andrade	01-10-1986
Luís Manuel Felício Gonçalves	01-10-1986
Carlos Manuel Dantas Araújo Marques	01-10-1986
Maria Jose Paulos Falcão	06-10-1986
Virgínia Maria Figueiredo Afonso Ribeiro	15-10-1986

Armando Teixeira de Sousa	01-01-1987
Dolores Conceição Cardoso Teixeira Sousa\	01-01-1987
Dinis Pereira Bernardes	01-01-1987
Augusto Marques Magalhães	01-01-1987
Jose Pedro Gaiola Pedroso	08-01-1987
Álvaro Manuel Azambuja Pereira	09-01-1987
Armanda Maria Costa Gonçalves Conceição Silva	01-04-1987





# **DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

## **Exercício de 2011**



LUSITANIA, COMPANHIA DE SEGUROS, SA  
31 DE DEZEMBRO DE 2011

Notas do anexo	ACTIVO	Valor Bruto	Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos	Valor Líquido	Exercício 31-12-2010 reexpresso	Exercício 1-1-2010 reexpresso
8	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	8.439.626,88	0,00	8.439.626,88	4.168.744,51	6.620.715,01
7	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	13.396.267,51	0,00	13.396.267,51	15.247.577,91	15.659.177,89
5	Activos financeiros detidos para negociação	3.085.303,01	0,00	3.085.303,01	6.693.786,14	7.991.596,54
6	Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	5.914.292,15	0,00	5.914.292,15	15.060.130,22	15.560.387,71
	Derivados de cobertura	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6	Activos financeiros disponíveis para venda	143.532.140,67	0,00	143.532.140,67	216.000.453,60	223.890.719,17
6	Empréstimos concedidos e contas a receber	42.025.769,40	0,00	42.025.769,40	40.951.909,37	50.860.172,11
	Depósitos junto de empresas cedentes	475.723,33	0,00	475.723,33	228.851,81	191.270,33
	Outros depósitos	15.147.202,09	0,00	15.147.202,09	15.135.811,48	25.482.924,47
	Empréstimos concedidos	26.402.843,98	0,00	26.402.843,98	25.587.246,08	25.185.977,31
	Contas a receber	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
6	Investimentos a deter até à maturidade	62.871.239,09	0,00	62.871.239,09	0,00	0,00
9	Terrenos e edifícios	77.756.109,86	3.009.552,92	74.746.556,94	71.326.320,07	59.724.005,43
	Terrenos e edifícios de uso próprio	48.202.947,95	3.009.552,92	45.193.395,03	45.808.141,21	39.610.343,03
	Terrenos e edifícios de rendimento	29.553.161,91	0,00	29.553.161,91	25.518.178,86	20.113.662,40
10	Outros activos tangíveis	20.645.631,14	16.896.767,71	3.748.863,43	7.887.724,20	12.874.895,34
	Inventários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
12	Goodwill	18.673.846,40	0,00	18.673.846,40	18.673.846,40	18.673.846,40
12	Outros activos intangíveis	21.191.575,43	4.112.664,05	17.078.911,38	18.632.171,50	19.190.169,78
4,1	Provisões técnicas de resseguro cedido	37.596.315,41	0,00	37.596.315,41	35.422.053,30	35.559.019,37
	Provisão para prémios não adquiridos	7.804.638,32	0,00	7.804.638,32	6.532.089,30	7.585.296,59
	Provisão matemática do ramo vida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Provisão para sinistros	29.791.677,09	0,00	29.791.677,09	28.889.964,00	27.973.722,78
	Provisão para participação nos resultados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Provisão para compromissos de taxa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Provisão para estabilização de carteira	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Outras provisões técnicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23	Activos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	169.100,72	0,00	169.100,72	0,00	443.463,44
37,2	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	96.406.746,03	4.877.204,70	91.529.541,33	87.928.882,12	63.861.677,69
	Contas a receber por operações de seguro directo	66.414.562,50	2.160.084,20	64.254.478,30	61.084.207,19	47.202.462,57
	Contas a receber por operações de resseguro	8.387.496,25	0,00	8.387.496,25	6.474.259,58	3.018.761,23
	Contas a receber por outras operações	21.604.687,28	2.717.120,50	18.887.566,78	20.370.415,35	13.640.453,89
24	Activos por impostos e taxas	16.907.754,70	0,00	16.907.754,70	13.868.446,46	14.338.582,79
	Activos por impostos (e taxas) correntes	0,00	0,00	0,00	1.029.515,00	1.756.232,29
	Activos por impostos diferidos	16.907.754,70	0,00	16.907.754,70	12.838.931,46	12.582.350,50
	Acréscimos e diferimentos	4.116.080,64	0,00	4.116.080,64	4.197.926,15	2.167.540,58
	Outros elementos do activo	0,00	0,00	0,00	5.667,12	149.788,43
	Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TOTAL ACTIVO	572.727.799,04	28.896.189,38	543.831.609,66	556.065.639,07	547.565.757,68

Técnico Oficial de Contas

Conselho de Administração

Albertino Soares

José António de Arez Romão

LUSITANIA, COMPANHIA DE SEGUROS, SA  
31 DE DEZEMBRO DE 2011

Notas do anexo	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	Valor	Exercício 31-12-2010 reexpresso	Exercício 1-1-2010 reexpresso
	<b>PASSIVO</b>			
4,1	Provisões técnicas	343.784.656,69	349.204.659,95	359.186.880,52
	Provisão para prémios não adquiridos	54.977.088,94	52.968.387,46	50.499.745,55
	Provisão matemática do ramo vida	0,00	0,00	0,00
	Provisão para sinistros	277.816.013,42	283.332.137,37	292.614.262,99
	De vida	0,00	0,00	0,00
	De acidentes de trabalho	125.577.987,91	129.225.371,97	135.792.991,95
	De outros ramos	152.238.025,51	154.106.765,40	156.821.271,04
	Provisão para participação nos resultados	0,00	0,00	0,00
	Provisão para compromissos de taxa	0,00	0,00	0,00
	Provisão para estabilização de carteira	0,00	0,00	0,00
	Provisão para desvios de sinistralidade	4.859.851,57	4.384.690,66	3.940.309,84
	Provisão para riscos em curso	6.131.702,76	8.519.444,46	12.132.562,14
	Outras provisões técnicas	0,00	0,00	0,00
	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguro e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	0,00	0,00	0,00
5, 6.3	Outros passivos financeiros	39.486.665,14	36.560.447,22	25.290.900,30
	Derivados de cobertura	0,00	0,00	0,00
	Passivos subordinados	20.500.000,00	18.000.000,00	18.000.000,00
	Depósitos recebidos de resseguradores	8.986.665,14	7.112.447,22	5.790.900,30
	Outros	10.000.000,00	11.448.000,00	1.500.000,00
23	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	0,00	59.611,94	0,00
37,3	Outros credores por operações de seguros e outras operações	26.194.758,48	28.969.789,61	39.107.172,05
	Contas a pagar por operações de seguro directo	16.975.706,57	11.712.948,00	14.321.205,66
	Contas a pagar por operações de resseguro	2.777.549,20	8.381.464,87	8.973.147,85
	Contas a pagar por outras operações	6.441.502,71	8.875.376,74	15.812.818,54
24	Passivos por impostos e taxas	11.683.951,87	11.742.570,04	13.034.461,96
	Passivos por impostos correntes	11.683.951,87	11.742.570,04	13.034.461,96
	Passivos por impostos diferidos	0,00	0,00	0,00
37,1	Acréscimos e diferimentos	45.659.901,46	47.530.905,77	26.533.085,59
13	Outras provisões	4.594.345,34	6.000.252,02	6.924.175,09
	Outros elementos do passivo	0,00	0,00	0,00
	Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda	0,00	0,00	0,00
	<b>TOTAL PASSIVO</b>	<b>471.404.278,98</b>	<b>480.068.236,55</b>	<b>470.076.675,51</b>
	<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>			
25	Capital	26.000.000,00	26.000.000,00	25.580.895,00
	(Acções Próprias)	0,00	0,00	0,00
29,2	Outros instrumentos de capital	46.546.001,00	46.546.001,00	46.546.001,00
26	Reservas de reavaliação	-9.728.187,86	-5.485.595,52	-797.907,93
	Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros	-9.900.836,89	-5.658.244,55	-970.556,96
	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	0,00	0,00	0,00
	Por revalorização de outros activos tangíveis	172.649,03	172.649,03	172.649,03
	Por revalorização de activos intangíveis	0,00	0,00	0,00
	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa	0,00	0,00	0,00
	Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira	0,00	0,00	0,00
	De diferenças de câmbio	0,00	0,00	0,00
26	Reserva por impostos diferidos	2.871.242,66	1.531.141,69	240.413,75
26	Outras reservas	6.633.823,15	4.371.358,55	2.188.214,63
	Resultados transitados	0,00	0,00	3.731.465,72
	Resultado do exercício	104.451,73	3.034.496,80	0,00
	<b>TOTAL CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>72.427.330,68</b>	<b>75.997.402,52</b>	<b>77.489.082,17</b>
	<b>TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO</b>	<b>543.831.609,66</b>	<b>556.065.639,07</b>	<b>547.565.757,68</b>

Técnico Oficial de Contas

Conselho de Administração

Albertino Soares

José António de Arez Romão

LUSITANIA, COMPANHIA DE SEGUROS, SA  
31 DE DEZEMBRO DE 2011

Notas do anexo	CONTA DE GANHOS E PERDAS	Técnica Não Vida	Não Técnica	Total	Exercício 31-12-2010 reexpresso
14	Prémios adquiridos líquidos de resseguro	211.231.805,57		211.231.805,57	194.210.925,91
	Prémios brutos emitidos	246.982.825,06		246.982.825,06	234.855.297,57
	Prémios de resseguro cedido	35.290.445,86		35.290.445,86	37.332.894,13
	Provisão para prémios não adquiridos (variação)	1.733.122,65		1.733.122,65	2.258.270,24
	Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	1.272.549,02		1.272.549,02	-1.053.207,29
	Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	0,00		0,00	0,00
	Custos com sinistros, líquidos de resseguro	167.744.114,84		167.744.114,84	143.968.166,28
	Montantes pagos	172.877.286,72		172.877.286,72	159.445.302,42
	Montantes brutos	189.869.061,72		189.869.061,72	173.033.456,95
	Parte dos resseguradores	16.991.775,00		16.991.775,00	13.588.154,53
	Provisão para sinistros (variação)	-5.133.171,88		-5.133.171,88	-15.477.136,14
	Montante bruto	-4.243.576,80		-4.243.576,80	-14.544.282,55
	Parte dos resseguradores	889.595,08		889.595,08	932.853,59
	Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro (variação)			0,00	0,00
	Montante bruto			0,00	0,00
	Parte dos resseguradores			0,00	0,00
	Participação nos resultados, líquida de resseguro	0,00		0,00	0,00
	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro (variação)	-1.912.580,79		-1.912.580,79	-3.168.736,86
	Custos e gastos de exploração líquidos	56.256.715,45		56.256.715,45	58.496.885,29
	Custos de aquisição	42.047.904,65		42.047.904,65	44.064.874,31
	Custos de aquisição diferidos (variação)	275.578,83		275.578,83	210.371,67
	Gastos administrativos	20.733.897,95		20.733.897,95	21.234.833,87
	Comissões e participação nos resultados de resseguro	6.800.665,98		6.800.665,98	7.013.194,56
16,2	Rendimentos	7.746.187,67	1.000.759,43	8.746.947,10	7.629.520,55
	De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	6.180.514,06	1.000.759,43	7.181.273,49	4.467.232,29
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	0,00	0,00	0,00	0,00
	Outros	1.565.673,61	0,00	1.565.673,61	3.162.288,26
21,1	Gastos financeiros	1.702.613,37	78.951,04	1.781.564,41	1.557.970,55
	De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	0,00	0,00	0,00	0,00
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	0,00	0,00	0,00	0,00
	Outros	1.702.613,37	78.951,04	1.781.564,41	1.557.970,55
17, 18	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	673.526,89	1.528.070,11	2.201.597,00	660.867,76
	De activos disponíveis para venda	-9.620,62	1.528.070,11	1.518.449,49	660.867,76
	De empréstimos e contas a receber	0,00	0,00	0,00	0,00
	De investimentos a deter até à maturidade	683.147,51	0,00	683.147,51	0,00
	De passivos financeiros valorizados a custo amortizado	0,00	0,00	0,00	0,00
	De outros	0,00	0,00	0,00	0,00
17, 18	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas	-229.273,95	0,00	-229.273,95	46.535,81
	De activos e passivos financeiros detidos para negociação	-341.275,95	0,00	-341.275,95	-254.784,19
	De activos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	112.002,00	0,00	112.002,00	301.320,00
	Diferenças de câmbio	0,00	0,00	0,00	0,00
	Ganhos líquidos pela venda de activos não financeiros que não estejam classificados como activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	0,00	0,00	0,00	0,00
	Perdas de imparidade (líquidas de reversão)	4.138.516,21	0,00	4.138.516,21	1.935.667,40
	De activos disponíveis para venda	4.138.516,21	0,00	4.138.516,21	1.861.086,99
	De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado	0,00	0,00	0,00	0,00
	De investimentos a deter até à maturidade	0,00	0,00	0,00	0,00
	De outros	0,00	0,00	0,00	74.580,41
37,4	Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	999.566,74	0,00	999.566,74	961.808,61
13,1	Outras provisões (variação)		-1.405.907,00	-1.405.907,00	-4.442.428,50
37,5	Outros rendimentos/gastos		1.135.579,71	1.135.579,71	-673.839,09
	Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas		0,00	0,00	0,00
	Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
	Ganhos e perdas de activos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda	0,00	0,00	0,00	0,00
	RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS	-7.507.566,16	4.991.365,21	-2.516.200,95	4.488.295,39
24,1	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	322.443,28	-214.374,69	108.068,59	376.364,61
24,1	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	-8.141.661,13	5.412.939,86	-2.728.721,27	1.077.433,98
	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO			104.451,73	3.034.496,80

Técnico Oficial de Contas

Conselho de Administração

Albertino Soares

José António de Arez Romão



LUSITANIA, COMPANHIA DE SEGUROS, SA  
31 DE DEZEMBRO DE 2011

Demonstração de Variações do Capital Próprio	Capital	Outros instrumentos de capital	Reservas de Reavaliação		Reserva por impostos diferidos	Outras reservas			Resultados transitados	Resultado do exercício	TOTAL
		Prestações suplementares	Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	Por revalorização de outros activos tangíveis		Reserva legal	Reserva estatutária	Outras reservas			
Balanço a 31 de Dezembro 2009 (balanço de abertura)	25.580.895,00	46.546.001,00	-970.556,96	172.649,03	240.413,75	2.342.430,77	490.914,83	214.205,03	0,00	3.731.465,72	78.348.418,17
Alterações políticas contabilísticas (IFRS 1 e IAS 8)								-859.336,00			-859.336,00
Balanço de abertura alterado	25.580.895,00	46.546.001,00	-970.556,96	172.649,03	240.413,75	2.342.430,77	490.914,83	-645.130,97	3.731.465,72	0,00	77.489.082,17
Aumentos/reduções de capital	419.105,00							-419.105,00			0,00
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda			-4.687.687,59								-4.687.687,59
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos					1.290.727,94						1.290.727,94
Aumentos de reservas por aplicação de resultados						429.242,94	429.242,94	2.410.707,75	-3.269.193,63		0,00
Distribuição de lucros/prejuízos									-1.023.235,80		-1.023.235,80
Outros ganhos/ perdas reconhecidos directamente no capital próprio								-105.981,00			-105.981,00
Transferências entre rubricas de capital próprio não incluídas noutras linhas								-560.963,71	560.963,71		0,00
Total das variações do capital próprio	419.105,00	0,00	-4.687.687,59	0,00	1.290.727,94	429.242,94	429.242,94	1.324.658,04	-3.731.465,72	0,00	-4.526.176,45
Resultado líquido do período										3.034.496,80	3.034.496,80
Balanço a 31 de Dezembro 2010 reexpresso	26.000.000,00	46.546.001,00	-5.658.244,55	172.649,03	1.531.141,69	2.771.673,71	920.157,77	679.527,07	0,00	3.034.496,80	75.997.402,52
Balanço a 31 de Dezembro 2010 reexpresso (balanço de abertura)	26.000.000,00	46.546.001,00	-5.658.244,55	172.649,03	1.531.141,69	2.771.673,71	920.157,77	679.527,07	0,00	3.034.496,80	75.997.402,52
Balanço de abertura alterado	26.000.000,00	46.546.001,00	-5.658.244,55	172.649,03	1.531.141,69	2.771.673,71	920.157,77	679.527,07	3.034.496,80	0,00	75.997.402,52
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda			-4.242.592,34								-4.242.592,34
Ajustamentos por reconhecimento de impostos diferidos					1.340.100,97						1.340.100,97
Aumentos de reservas por aplicação de resultados						303.449,68	303.449,68	1.387.597,44	-1.994.496,80		0,00
Distribuição de lucros/prejuízos									-1.040.000,00		-1.040.000,00
Outros ganhos/ perdas reconhecidos directamente no capital próprio								267.967,80			267.967,80
Total das variações do capital próprio	0,00	0,00	-4.242.592,34	0,00	1.340.100,97	303.449,68	303.449,68	1.655.565,24	-3.034.496,80	0,00	-3.674.523,57
Resultado líquido do período										104.451,73	104.451,73
Balanço a 31 de Dezembro 2011	26.000.000,00	46.546.001,00	-9.900.836,89	172.649,03	2.871.242,66	3.075.123,39	1.223.607,45	2.335.092,31	0,00	104.451,73	72.427.330,68

Técnico Oficial de Contas

Conselho de Administração

Albertino Soares

José António de Arez Romão





LUSITANIA, COMPANHIA DE SEGUROS, SA  
31 DE DEZEMBRO DE 2011

Demonstração do Rendimento Integral	2011	2010
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>104.451,73</b>	<b>3.034.496,80</b>
Ganhos no justo valor de imóveis e activos tangíveis	0,00	0,00
<b>Reserva de reavaliação</b>		
Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros	-4.242.592,34	-4.687.687,59
<b>Reserva por impostos diferidos</b>		
Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros	1.340.100,97	1.290.727,94
<b>Reserva de ganhos e perdas actuariais</b>	0,00	0,00
<b>Outros ganhos/ perdas reconhecidos directamente no capital próprio</b>	267.967,80	-105.981,00
<b>Resultado não incluído na conta de ganhos e perdas</b>	<b>-2.634.523,57</b>	<b>-3.502.940,65</b>
<b>Rendimento integral total do exercício</b>	<b>-2.530.071,84</b>	<b>-468.443,85</b>

Técnico Oficial de Contas

Conselho de Administração

Albertino Soares

José António de Arez Romão

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

	Exercício		Exercício Anterior	
<b>Actividades Operacionais</b>				
Recebimentos de prémios	166.066.791,08		171.541.259,77	
Recebimentos de reembolsos	2.569.826,24		2.939.280,36	
Recebimentos de operações de cosseguro	743.929,60		398.538,00	
Recebimentos de operações de resseguro	5.994.339,16		1.867.840,00	
Pagamentos de sinistros	-147.412.612,11		-127.067.774,11	
Pagamentos de comissões	-2.757.489,64		-2.713.871,35	
Pagamentos de estornos	-1.465.404,60		-1.681.022,83	
Pagamentos de operações de cosseguro	-429.565,96		-709.256,05	
Pagamentos de operações de resseguro	-22.063.848,78		-20.298.433,61	
Pagamentos a fornecedores	-13.111.255,85		-17.177.755,53	
Pagamentos ao pessoal	-12.209.628,33		-13.671.904,56	
Fluxo gerado pelas operações	-24.074.919,19		-6.573.099,91	
Pagamentos / Recebimentos do imposto sobre o rendimento	-43.163.018,08		-43.799.497,59	
Outros recebimentos / pagamentos relativos à actividade operacional	46.653.068,67		36.845.540,57	
Fluxo gerado antes das rubricas não correntes	-20.584.868,60		-13.527.056,93	
Recebimentos relacionados com rubricas não correntes	752.153,46		1.803,05	
Pagamentos relacionados com rubricas não correntes	-120.992,13		-381.555,09	
Fluxo das actividades operacionais	-19.953.707,27		-13.906.808,97	
<b>Actividades de Investimento</b>				
Recebimentos provenientes de:				
Investimentos financeiros	148.674.575,94		140.148.960,77	
Activos tangíveis	980.821,57		0,00	
Activos intangíveis	0,00		0,00	
Subsídios de investimento	0,00		0,00	
Rendas de propriedades de investimento	175.542,49		30.871,26	
Juros e proveitos similares	6.488.487,51		1.082.563,75	
Dividendos	974.494,64	157.293.922,15	4.613.260,46	145.875.656,24
Pagamentos respeitantes a:				
Investimentos financeiros	-129.478.873,95		-134.644.762,58	
Activos tangíveis	-2.439.054,48		-3.149.908,36	
Activos intangíveis	-533.930,39	-132.451.858,82	-910.545,88	-138.705.216,82
Fluxo das actividades de investimento	24.842.063,33		7.170.439,42	
<b>Actividades de financiamento</b>				
Recebimentos provenientes de:				
Empréstimos obtidos	22.500.000,00		9.948.000,00	
Aumentos de capital, prestações suplementares e prémios de emissão	0,00		0,00	
Subsídios e doações	0,00		0,00	
Venda de acções (quotas) próprias	0,00		0,00	
Cobertura de prejuízos	0,00	22.500.000,00	0,00	9.948.000,00
Pagamentos respeitantes a:				
Empréstimos obtidos	-21.500.000,00		-4.198.451,68	
Amortização de contratos de locação financeira	-17.238,24		-27.408,80	
Juros e custos similares	-559.054,85		-417.984,19	
Dividendos	-1.040.000,00		-1.023.235,80	
Reduções de capital e prestações suplementares	0,00		0,00	
Aquisição de acções (quotas) próprias	0,00	-23.116.293,09	0,00	-5.667.080,47
Fluxo das actividades de financiamento	-616.293,09		4.280.919,53	
Variação de caixa e seus equivalentes	4.272.062,97		-2.455.450,02	
Efeitos das diferenças de câmbio	-1.180,60		3.479,52	
Caixa e seus equivalentes no início do período	4.168.744,51		6.620.715,01	
Caixa e seus equivalentes no fim do período	8.439.626,88		4.168.744,51	

Técnico Oficial de Contas

Conselho de Administração

Albertino Soares

José António de Arez Romão

## **NOTAS AO BALANÇO E CONTA DE GANHOS E PERDAS**



# Notas ao Balanço e Conta de Ganhos e Perdas

## 1. Informações gerais

A Lusitania Companhia de Seguros, S.A. (adiante designada por Lusitania) foi constituída em 6 de Junho de 1986, sob a forma jurídica de Sociedade Anónima e dedica-se ao exercício da actividade de seguros e de resseguros para todos os ramos técnicos “Não Vida” (com excepção do ramo de seguros de crédito), para a qual obteve as devidas autorizações por parte do Instituto de Seguros de Portugal (ISP).

Em 2009, a Companhia adquiriu 85% das acções da Real Seguros, SA (adiante, Real Seguros) à Sociedade Lusa de Negócios e a carteira de activos e passivos da Mutuamar – Mútua de Seguros dos Armadores da Pesca do Arrasto (adiante, Mutuamar). A primeira operação compreendeu também a aquisição da N Seguros (da qual a Real Seguros detinha 100% das acções), uma seguradora que utiliza exclusivamente o canal directo, no segmento de particulares, comercializando apenas seguros Não Vida.

No caso da Real Seguros, obteve-se a autorização da Autoridade da Concorrência em 15 de Outubro de 2009, tendo-se procedido no dia 2 de Novembro de 2009 à aquisição de 85% das respectivas acções. Quanto à Mutuamar, foi obtida autorização do Instituto de Seguros de Portugal (ISP) para a compra dos seus activos e passivos em 23 de Dezembro de 2009. A fusão da Real Seguros com a Lusitania e a integração nesta última dos activos e passivos provindos da Mutuamar concretizou-se em 31 de Dezembro de 2009.

Tradicionalmente, os ramos mais importantes, em termos de volume de prémios, são os ramos Acidentes e Doença e Automóvel que representam, respectivamente, 29.3% e 45.4% dos prémios emitidos em 2011 do seguro directo (2010: 32.6% e 42.8%, respectivamente).

A Companhia tem a sua sede em Lisboa, tendo como principal canal de distribuição a sua rede de agentes.

As notas às contas incluídas neste anexo respeitam a ordem estabelecida no Plano de Contas para as empresas de seguros, sendo de referir que os números não indicados neste documento não têm aplicação, por irrelevância de valores ou de situações a reportar.

As demonstrações financeiras apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 24 de Fevereiro de 2012.

## 2. Informação por segmentos

### 2.1. Indicação dos tipos de produtos e serviços incluídos em cada segmento operacional relatado, referindo a composição de cada segmento geográfico relatado, quer principal quer secundário.

Um segmento operacional é um conjunto de activos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos operacionais.

Um segmento geográfico é um conjunto de activos e operações localizados num ambiente económico específico, que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos.

A Companhia considera como segmento principal o segmento operacional. Relativamente a este segmento, efectuar-se-á o relato da informação por ramos, tendo em consideração que os ramos mais significativos da Companhia são: automóvel, acidentes e doença e incêndios e outros danos.

No que concerne ao segmento geográfico, todos os contratos são celebrados em Portugal pelo que existe apenas um segmento.

## 2.2. Relato por segmentos operacionais

O relato por segmentos operacionados pode ser analisado como segue:

2011					
	Ramos Não Vida	Acidentes e doença	Incêndios e Outros Danos	Automóvel	Outros
Prémios brutos emitidos	246.982.825	71.378.483	47.180.100	110.576.751	17.847.491
Prémios de resseguro cedido	35.290.446	2.311.521	18.687.644	8.828.230	5.463.051
Prémios brutos adquiridos	245.249.702	71.201.881	46.699.525	109.792.353	17.555.943
Resultado dos investimentos	2.794.102	4.530.912	(417.308)	(1.135.291)	(184.211)
Custos com sinistros brutos	185.625.485	56.540.728	32.578.553	84.795.006	11.711.198
Custos de exploração brutos	63.057.382	19.330.295	12.359.900	28.046.781	3.320.406
Resultado técnico	(7.507.566)	898.551	209.035	(11.696.717)	3.081.565
Investimentos afectos à representação das provisões técnicas	319.872.669	138.219.604	131.076.522	47.288.758	3.287.785
Provisões técnicas	316.136.649	136.964.992	129.285.997	46.642.786	3.242.874

2010					
	Ramos Não Vida	Acidentes e doença	Incêndios e outros danos	Automóvel	Outros
Prémios brutos emitidos	234.855.298	75.786.294	46.245.350	97.923.927	14.899.727
Prémios de resseguro cedido	37.332.894	3.470.836	20.505.961	8.327.139	5.028.958
Prémios brutos adquiridos	232.597.027	76.901.936	46.455.514	93.676.734	15.562.843
Resultado dos investimentos	4.435.382	2.611.064	278.889	1.349.881	195.548
Custos com sinistros brutos	158.489.174	58.905.947	29.683.363	64.137.470	5.762.394
Custos de exploração brutos	65.510.080	25.556.214	11.433.686	21.833.909	6.686.271
Resultado técnico	(108.490)	(4.096.555)	(3.851.217)	7.797.135	42.147
Investimentos afectos à representação das provisões técnicas	365.120.352	144.701.364	44.939.108	153.340.969	22.138.911
Provisões técnicas	359.428.547	141.619.646	44.406.963	151.525.184	21.876.754

As provisões técnicas evidenciadas nos quadros acima encontram-se líquidas de resseguro e brutas de custos de aquisição diferidos (que estão incluídos na rubrica de Investimentos afectos à representação das provisões técnicas).

### **3. Base de preparação das demonstrações financeiras e das políticas contabilísticas**

#### **3.1. Descrição das bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras e das políticas contabilísticas, aplicáveis aos diversos activos, passivos e rubricas de capital próprio, relevantes para uma compreensão das demonstrações financeiras.**

##### Bases de preparação:

As demonstrações financeiras da Companhia agora apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 e foram preparadas de acordo com o Novo Plano de Contas para as Empresas de Seguros ("PCES 07") emitido pelo Instituto de Seguros de Portugal e aprovado pela Norma Regulamentar n. 4/2007 de 27 de Abril, e tendo em consideração as alterações subsequentes introduzidas pela Norma regulamentar nº 20/2007, de 31 de Dezembro e pela Norma regulamentar nº 22/2010, de 16 de Dezembro. Este Plano de Contas introduziu as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) em vigor tal como adoptados na União Europeia, excepto os critérios de mensuração definidos no IFRS 4 Contratos de Seguro. Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee ("IFRIC"), e pelos respectivos órgãos antecessores.

Em 2011, a Companhia adoptou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de Janeiro de 2011. Essas normas apresentam-se discriminadas na Nota 39. De acordo com as disposições transitórias dessas normas e interpretações, são apresentados valores comparativos relativamente às novas divulgações exigidas.

Até 31 de Dezembro de 2010, a Lusitania procedia ao diferimento dos desvios actuariais determinados de acordo com o método do corredor. De acordo com o método do corredor, os ganhos e perdas actuariais não reconhecidos que excedam 10% do maior entre o valor actual das responsabilidades e o justo valor dos activos do fundo eram registados por contrapartida de resultados pelo período correspondente à vida útil remanescente dos colaboradores no activo.

De acordo com uma das opções previstas no IAS 19 Benefícios a empregados, a Lusitania optou por proceder a uma alteração da política contabilística passando a reconhecer os desvios actuariais por contrapartida de reservas. De acordo com o IAS 8, esta alteração da política contabilística é apresentado para efeitos comparativos a partir de 1 de Janeiro de 2010, reconhecendo nessa data a totalidade dos desvios actuariais diferidos em reservas. Nessa base, conforme referido na nota 38, a rubrica Outras reservas inclui, com efeito a 1 de Janeiro de 2010, uma reexpressão resultante da referida alteração.

As políticas contabilísticas abaixo descritas, foram aplicadas de forma consistente para todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas mas que ainda não entraram em vigor e que a Lusitania ainda não aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras podem também ser analisadas na nota 39.

##### Bases de mensuração:

Os valores das demonstrações financeiras estão expressos em euros, arredondados à unidade.

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao justo valor, nomeadamente activos financeiros detidos para negociação, activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda.

A preparação de demonstrações financeiras requer que a Companhia efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, activos e passivos. Alterações em tais pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas encontram-se analisadas na Nota 3.3.

#### Políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são as que se apresentam a seguir:

##### **a) Contratos de seguro**

###### Classificação

Um contrato em que a Companhia aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico afectar adversamente o segurado é classificado como um contrato de seguro.

###### Reconhecimento e mensuração

Os prémios são registados no momento da sua emissão. O prémio é reconhecido como proveito adquirido numa base *pró-rata* durante o período de vigência do contrato. A provisão para prémios não adquiridos representa o montante dos prémios emitidos relativos aos riscos não decorridos.

##### **b) Princípio da especialização dos exercícios**

Os custos e os proveitos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento.

Uma vez que os prémios de seguro directo são reconhecidos como proveitos na data da transacção ou renovação da respectiva apólice e os sinistros são registados aquando da participação, a Companhia realiza no final de cada exercício determinadas especializações contabilísticas de custos e proveitos, como segue:

###### **i) Provisão para prémios não adquiridos**

Reflecte a parte dos prémios brutos emitidos contabilizados no exercício, a imputar a um ou vários exercícios seguintes. A provisão para prémios não adquiridos, foi calculada, contrato a contrato, por aplicação do método “*pró rata temporis*”, de acordo com a Norma nº 19/94-R (tendo em atenção as alterações introduzidas pela Norma nº 3/96-R do ISP).

Os custos de aquisição diferidos são amortizados ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos. De acordo com as Normas n.º 19/94-R e 3/96-R do ISP, o diferimento destes custos está limitado a 20% da provisão para prémios não adquiridos.



## **ii) Provisão para riscos em curso**

A provisão para riscos em curso corresponde ao montante necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor.

De acordo com o estipulado pelo ISP, o montante da Provisão para Riscos em Curso a constituir deverá ser igual ao produto dos prémios brutos emitidos imputáveis ao(s) exercício(s) seguinte(s) (prémios não adquiridos) e dos prémios exigíveis e ainda não processados relativos aos contratos em vigor, por um rácio, que tem por base o somatório dos rácios de sinistralidade, despesas e cedência, deduzidos pelo rácio de investimentos.

Esta provisão em 31 de Dezembro de 2011 ascende a Euros 6.131.703 (2010: Euros 8.519.444).

## **iii) Provisão para sinistros**

Esta provisão foi determinada como segue:

Pelo valor previsível dos encargos com sinistros ainda não regularizados ou já regularizados mas ainda não liquidados no final do exercício, com excepção dos ramos de acidentes de trabalho a qual foi calculada de acordo com o estipulado nas normas emitidas pelo ISP e elaborada por métodos actuariais;

Pela provisão matemática relativa a sinistros ocorridos até 31 de Dezembro de 2011 que envolvam pagamento de pensões, já homologadas pelo Tribunal de Trabalho ou com acordo de conciliação já realizado, e ainda para fazer face às responsabilidades por presumíveis incapacidades permanentes;

A Companhia calculou a provisão Matemática utilizando o disposto na Norma Regulamentar nº15/2000-R, ou seja, nas pensões em pagamento obrigatoriamente remíveis nos termos do artigo 74º do Decreto-Lei nº 143/99, de 30 de Abril, utilizou a tábua de mortalidade TD 88/90, à taxa técnica de juro de 5,25%, sem encargos de gestão, ajustando ao disposto no nº 2 da referida Norma. Nas restantes pensões, cumprindo também o disposto na citada Norma, optou pela tábua de mortalidade TD 88-90 aos pensionistas do género masculino e pela tábua de mortalidade TV 88-90 aos do género feminino, considerando uma taxa técnica de 4,50% e 1% de taxa de gestão;

A responsabilidade inerente ao incremento anual de pensões vitalícias, por efeito da inflação, pertence ao FAT – Fundo de Acidentes de Trabalho, fundo este que é gerido pelo ISP e cujas receitas são constituídas pelas contribuições efectuadas pelas companhias seguradoras e pelos próprios tomadores de seguro do ramo acidentes de trabalho. A Companhia efectua o pagamento integral das pensões, sendo, posteriormente, reembolsada pela parcela da responsabilidade do FAT;

O cálculo da provisão para encargos com assistência vitalícia a sinistrados com incapacidades permanentes já reconhecidas pelo Tribunal de Trabalho, assim como as responsabilidades semelhantes ainda não reconhecidas como tal – *IBNER (Incurred But Not Enough Reserved)* e as responsabilidades semelhantes emergentes de sinistros não participados à Lusitania em 31 de Dezembro de 2011 – *IBNR (Incurred But Not Reported)*, foram calculadas por métodos actuariais e, quando aplicável, utilizadas bases técnicas semelhantes às aplicadas no cálculo da provisão Matemática.

Em linha com o exercício anterior, a percentagem aplicada foi de 4% do valor dos custos do exercício, relativos a sinistros declarados, de forma a fazer face à responsabilidade com sinistros declarados após o encerramento do exercício, para todos os ramos, com a excepção dos ramos saúde e acidentes de trabalho. O ramo saúde inclui uma reserva, apurada pela aplicação de métodos de cálculo actuarial sobre a totalidade dos sinistros pagos, englobando, assim, os sinistros não declarados e os declarados que

ainda não estejam suficientemente provisionados. No ramo de acidentes de trabalho é calculado pela extrapolação por *run-off* semelhante ao supra exposto, com vista a apurar o número de sinistros por participar. Multiplicando esta cifra pelo custo médio apurado para o ano de ocorrência em causa, obtendo-se a provisão actuarial para sinistros não declarados.

#### **iv) Provisão para desvios de sinistralidade**

A provisão para desvios de sinistralidade é constituída quando o resultado técnico dos ramos de seguros de caução e risco atómico é positivo. Esta provisão é calculada com base em taxas específicas estabelecidas pelo ISP aplicadas ao resultado técnico.

Esta provisão é também constituída para o ramo fenómenos sísmicos, sendo neste caso calculada através da aplicação de um factor de risco, definido pelo ISP para cada zona sísmica, ao capital retido pela Companhia.

#### **v) Provisões técnicas de resseguro cedido**

São determinadas aplicando os critérios descritos acima, para o seguro directo, tendo em consideração as percentagens de cessão, bem como outras cláusulas existentes nos tratados em vigor.

#### **vi) Remunerações de mediação**

A remuneração de mediação é a remuneração atribuída ao mediador pela angariação de contratos de seguros. As remunerações contratadas com corretores, agentes e angariadores são registadas como custos no momento do processamento dos respectivos prémios.

Os custos de aquisição que estão directa ou indirectamente relacionados com a venda de contratos de seguro, pelo período de vida dos contratos. Os custos de aquisição diferidos são amortizados ao longo do período em que os prémios associados a esses contratos vão sendo adquiridos.

#### **c) Ajustamentos de recibos por cobrar e de créditos de cobrança duvidosa**

Os ajustamentos de recibos por cobrar têm por objectivo reduzir o montante dos prémios em cobrança ao seu valor estimado de realização. Os recibos emitidos e não cobrados em 31 de Dezembro de 2011 são reflectidos na rubrica Devedores – por Operações de Seguro Directo. O cálculo destes ajustamentos é efectuado com base no valor dos prémios por cobrar, segundo a aplicação dos critérios estabelecidos pelo ISP, de base económica.

O montante dos ajustamentos de recibos por cobrar em 31 de Dezembro de 2011 não diverge significativamente do risco envolvido na cobrança dos valores relativos a prémios a receber naquela data.

O ajustamento para dívidas de cobrança duvidosa foi calculado tendo por base o valor estimado de realização dos saldos de natureza duvidosa, incluídas na rubrica de Outros devedores.

## **d) Activos financeiros**

### **i) Classificação**

A Companhia classifica os seus activos financeiros, no momento da sua aquisição, considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

#### Activos financeiros ao justo valor através dos ganhos e perdas, que inclui:

- Os activos financeiros de negociação, que são aqueles adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo;
- Os activos financeiros designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas em resultados, nomeadamente quando: (i) tais activos financeiros são geridos, avaliados e analisados internamente com base no seu justo valor; (ii) tal designação elimina uma inconsistência de reconhecimento e mensuração (accounting mismatch); e (iii) tais activos financeiros contêm derivados embutidos.

#### Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que (i) a Companhia tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) que são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) que não se enquadrem nas categorias anteriormente referidas.

#### Empréstimos concedidos e contas a receber

Esta categoria inclui os valores a receber relacionados com operações de seguro directo, resseguro cedido e transacções relacionadas com contratos de seguro e outras transacções.

#### Investimentos a deter até à maturidade

São os activos financeiros sobre os quais exista a intenção e a capacidade de detenção até à maturidade, apresentando uma maturidade e fluxos de caixa fixos ou determináveis. Em caso de venda antecipada, a classe considera-se contaminada e todos os activos da classe têm de ser reclassificados para a classe, disponíveis para venda.

### **ii) Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento**

Aquisições e alienações de activos financeiros são reconhecidos na data da negociação ("trade date"), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar os activos. Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, excepto nos casos de activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transacção são directamente reconhecidos em resultados.

Estes activos são desreconhecidos quando (a) expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (b) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (c) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Companhia tenha transferido o controlo sobre os activos.

### **iii) Mensuração subsequente**

Após o reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor através resultados, são valorizados ao justo valor, sendo as variações de justo valor registadas na conta de resultados.

Os investimentos disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados.

As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos activos financeiros cotados é determinado utilizando o seu preço de compra corrente (bid-price) publicado pela Bloomberg ou, na falta destas pela bolsa onde os activos estão cotados. Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado e técnicas de fluxos de caixa descontados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor e as acções não cotadas são registados ao custo de aquisição.

Os activos financeiros a deter até à maturidade são reconhecidos ao seu justo valor no momento inicial do seu reconhecimento e mensurados subsequentemente ao custo amortizado. O juro é calculado através do método da taxa de juro efectiva.

### **iv) Imparidade**

A Companhia avalia, regularmente, se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

A Companhia considera que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, se encontra em imparidade sempre que, após o seu reconhecimento inicial, exista evidência objectiva de:

(a) para os títulos de rendimento variável:

uma desvalorização continuada (pelo menos 12 meses) e em que o valor de mercado se encontre abaixo do valor de aquisição; ou

uma desvalorização significativa na valorização (mais de 30% do respectivo valor de aquisição), e a Companhia efectua ainda uma análise casuística, título a título, pelo que, independentemente de não se verificarem os critérios referidos acima, pode ser reconhecida uma imparidade.

Deve ser reconhecida a imparidade a todos os títulos que tenham sido objecto de imparidade anteriormente, sempre que se verifique uma quebra relativamente ao seu valor de custo, desde a última data de imparidade.

(b) para os títulos de rendimento fixo:

existência de um evento (ou eventos) que tenha impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, deduzida de qualquer perda de imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para os resultados.

Relativamente aos títulos de rendimento variável, a imparidade terá que ser reforçada, sempre que a perda potencial em reservas aumente.

No caso dos títulos de rendimento fixo, se num período subsequente o montante da perda potencial diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo de aquisição, sempre que o aumento for, objectivamente, relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade.

#### **v) Transferências entre categorias**

Em Outubro de 2008 o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros (Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures).

Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira de activos financeiros ao justo valor através de resultados para as carteiras de activos financeiros disponíveis para venda, Empréstimos e contas a receber ou para activos financeiros detidos até à maturidade, desde que esses activos financeiros obedeçam às características de cada categoria.

Adicionalmente, as transferências de activos financeiros reconhecidas na categoria de Activos financeiros disponíveis para venda para a categoria de Activos financeiros detidos até à maturidade são permitidas.

A Companhia adoptou esta possibilidade para um conjunto de activos financeiros, conforme descrito na nota 6.

#### **e) Outros instrumentos financeiros – derivados embutidos**

Os instrumentos financeiros com derivados embutidos são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente em resultados do período.

O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, e na ausência de cotação (inexistência de mercado activo) é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação disponibilizadas por entidades especializadas, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade.

## **f) Passivos financeiros**

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros não derivados incluem, empréstimos, credores por operações de seguro directo e resseguro e outros passivos. Estes passivos financeiros são registados (i) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transacção incorridos, e (ii) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva.

## **g) Activos fixos tangíveis e intangíveis**

### **i) Activos fixos tangíveis**

Estes bens estão contabilizados ao respectivo custo histórico de aquisição e as suas depreciações foram calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, com base nas seguintes taxas anuais, as quais reflectem, de forma razoável, a vida útil estimada dos bens:

	<u>Taxas Anuais</u>	<u>Vida útil estimada</u>
Instalações	10%	10 anos
Máquinas e aparelhos	10 - 25%	4 a 10 anos
Equipamento informático	25 - 33.33%	3 a 4 anos
Mobiliário e equipamento	10 - 33%	3 a 10 anos
Material de transporte	25%	4 anos

Os custos subsequentes com os activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo.

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, o IAS 36 exige que o seu valor recuperável seja estimado, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável.

As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração dos resultados.

O valor recuperável é determinado tendo por base o mais elevado entre o justo valor deduzido dos custos de venda o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

## ii) Terrenos e Edifícios de Uso Próprio

Os terrenos e edifícios são registados ao custo de aquisição deduzido das depreciações e de perdas por imparidade. As depreciações são efectuadas de acordo com a sua vida útil esperada, como segue:

	<u>Taxas Anuais</u>	<u>Vida útil estimada</u>
Imóveis	2% - 4%	25 a 50 anos

## iii) Activos intangíveis

O software e as despesas em edifícios arrendados são contabilizados ao respectivo custo histórico de aquisição / investimento e as suas amortizações foram calculadas através da aplicação do método das quotas constantes, com base nas seguintes taxas anuais, as quais reflectem, de forma razoável, a respectiva vida útil estimada:

	<u>Taxa anual</u>	<u>Vida útil estimada</u>
Software	33%	3 anos
Despesas em edifícios arrendados	33%	3 anos

Como resultado da aquisição da Real Seguros (ver nota 1) e decorrendo da aplicação da IFRS 3, a Companhia reconheceu o valor da carteira adquirida à Real Seguros, por referência à respectiva data de tomada de controlo daquela Companhia (2 de Novembro de 2009). O valor da carteira foi determinado através da actualização dos "cash-flows" futuros associados às apólices em vigor à data da aquisição, incluindo um ajustamento que reflecte o custo do capital investido no negócio adquirido. O valor da carteira é sujeito a testes de recuperabilidade no final de cada período de reporte por forma a apurar que o valor capitalizado não excede o valor presente dos lucros futuros. A Companhia amortiza o valor da carteira durante a vida útil dos contratos (apólices) adquiridos, na proporção dos lucros futuros esperados.

Como resultado da aquisição da Real Seguros em 2009, a Companhia reconheceu um goodwill, decorrente do excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos activos líquidos adquiridos, o qual foi adicionado àqueles que transitaram do passado (anterior plano de contas), relativos às aquisições das carteiras da Genesis e da Royal Sun Alliance. A Companhia testa a recuperabilidade do goodwill reconhecido anualmente, ou com maior frequência, se eventos ou circunstâncias indicarem uma perda de valor do novo negócio adquirido.

## iv) Imparidade de activos não financeiros

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, de acordo com IAS 36, é estimado o seu valor recuperável, sendo reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável.

De acordo com o IAS 36, o valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o justo valor deduzido dos custos de venda o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados para os activos registados.

## **h) Imposto sobre o rendimento**

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada.

Os impostos diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, com excepção das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, na medida em que provavelmente não serão revertidas no futuro.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as referidas diferenças. Ver, a este propósito, o explicitado na nota 24, Imposto sobre o rendimento.

## **i) Responsabilidades por férias e subsídios de férias**

Este passivo corresponde a cerca de dois meses de remunerações e respectivos encargos, baseados nos valores do exercício, e destinam-se a reconhecer as responsabilidades legais existentes no final de cada período perante os empregados, pelos serviços prestados até aquela data, a pagar posteriormente.

## **j) Benefícios aos empregados**

Pensões - Plano de benefício definido

Em conformidade com o Contrato Colectivo de Trabalho vigente até 31/12/2011 para o sector de seguros, a Companhia concede aos trabalhadores que compõem o quadro de pessoal permanente da Lusitania, admitidos até 31/10/2009, a todos os trabalhadores pré-reformados que se encontrem a receber uma pensão de pré-refoma e ainda, aos trabalhadores integrados no quadro permanente da Lusitania após 31/12/2009, com contratos de trabalho em vigor na actividade seguradora em 22/06/1995, prestações pecuniárias para o complemento de reformas atribuídas pela Segurança Social. Para este efeito constituiu um fundo de pensões que se destina a cobrir as responsabilidades com pensões de reforma por velhice, invalidez ou sobrevivência relativamente ao seu pessoal no activo e pré-reformados, calculados em função dos salários projectados, e adquiriu rendas temporárias e/ou vitalícias.



As contribuições para o Fundo são determinadas de acordo com o respectivo plano técnico actuarial e financeiro, o qual é revisto anualmente, de acordo com a técnica actuarial, e ajustado em função da actualização das pensões, da evolução do grupo de participantes e das responsabilidades a garantir e, ainda, de acordo com a política prosseguida pela Companhia, de cobertura total das responsabilidades actuarialmente determinadas

A cobertura das responsabilidades com os complementos de pensões de reforma do pessoal no activo e dos reformados, é assegurada pelo Fundo de Pensão Lusitania, gerido pela Lusitania Vida e por apólices de seguro contratadas junto da Alico e da Victória.

Em 23 de Dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Colectivo de Trabalho dos Seguros que vem alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos.

As alterações decorrentes do novo Contrato Colectivo de Trabalho, sendo de salientar as seguintes (i) no que respeita a benefícios pós-emprego, os trabalhadores no activos admitidos até 22 de Junho de 1995 deixam de ser abrangidos por um plano de benefício definido, passando a estar abrangidos por um plano de contribuição definida, (ii) compensação de 55% do salário base mensal a pagar em 2012 por perda de benefícios e (iii) prémio de permanência equivalente a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia.

Relativamente à alteração do plano e tendo em consideração que o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no activo será convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respectivo plano individual de reforma, de acordo com o IAS 19, a Companhia irá proceder à liquidação da responsabilidade ("settlement").

Conforme referido acima, a Companhia, de acordo com as opções permitidas pelo IAS 19 Benefícios a empregados, optou por uma alteração da política contabilística associada ao reconhecimento dos desvios actuariais passando a reconhecer os desvios actuariais por contrapartida de reservas.

Os custos do serviço corrente em conjunto com o retorno esperado dos activos do plano deduzidos do unwinding dos passivos do plano são registados por contrapartida de custos operacionais.

As responsabilidades da Companhia com complementos de pensões de reforma são calculadas com base no Método da Unidade de Crédito Projectada, através da estimativa do valor dos benefícios futuros que cada empregado deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor actual e o justo valor de quaisquer activos do plano deve ser deduzido. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de rating de boa qualidade, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

Os encargos com reformas antecipadas são reconhecidos nos resultados no momento em que a reforma antecipada é aprovada e anunciada.

#### Prémio de permanência

O prémio de permanência equivale a 50% do seu ordenado sempre que o trabalhador complete um ou mais múltiplos de 5 anos na Companhia. O prémio de permanência é determinado utilizando a mesma metodologia e pressupostos dos benefícios pós-emprego.

Os desvios actuariais determinados são registados por contrapartida de resultados quando incorridos.

## Bónus

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas como custo do exercício a que respeitam.

### **k) Provisões, activos e passivos contingentes**

São reconhecidas provisões apenas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação. As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a reflectirem a melhor estimativa a essa data. Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

### **l) Reconhecimento de juros e dividendos**

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares utilizando o método da taxa efectiva. Os juros dos activos financeiros ao justo valor através dos resultados são igualmente incluídos na rubrica de juros e proveitos similares.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro.

Relativamente aos rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos.

### **m) Relato por segmentos**

Ver nota 2.

### **n) Caixa e equivalentes de caixa**

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

### **o) Terrenos e edifícios de rendimento**

A Companhia classifica como propriedades de investimento os imóveis detidos para arrendamento ou para valorização do capital ou ambos.

As propriedades de investimento são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, incluindo os custos de transacção directamente relacionados, e subsequentemente ao seu justo valor. Variações de justo valor determinadas a cada data de balanço são reconhecidas em resultados. As propriedades de investimento não são amortizadas.

Dispêndios subsequentes relacionados são capitalizados quando for provável que a Companhia venha a obter benefícios económicos futuros em excesso do nível de desempenho inicialmente estimado.

#### **p) Transacções em moeda estrangeira**

As conversões para euros das transacções em moeda estrangeira são efectuadas ao câmbio em vigor na data em que ocorrem.

Os valores dos activos expressos em moeda de países não participantes na União Económica Europeia (UEM) foram convertidos para euros utilizando o último câmbio de referência indicado pelo Banco de Portugal.

As diferenças de câmbio entre as taxas em vigor na data da contratação e as vigentes na data de balanço, são contabilizadas na conta de ganhos e perdas do exercício.

#### **q) Investimentos em Subsidiárias e Associadas**

As participações em Subsidiárias e Associadas são registadas ao custo de aquisição, sujeitas a testes de imparidade.

##### **Subsidiárias**

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais a Companhia exerce controlo, que normalmente é presumido quando a Companhia detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto.

Poderá ainda existir controlo quando a Companhia detém o poder, directa ou indirectamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas actividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

##### **Associadas**

São classificadas como associadas, todas as empresas sobre as quais a Companhia detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo.

Normalmente é presumido que a Companhia exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, poderá a Companhia exercer influência significativa através da participação na gestão da associada ou na composição dos Conselhos de Administração com poderes executivos.

#### **r) Empréstimos concedidos**

Os empréstimos concedidos aos mediadores são efectuados através de contratos mútuos e com garantias reais.

Relativamente a empréstimos de outra natureza são concedidos com garantia hipotecária.

#### **s) Locações**

A Companhia classifica as operações de locação como locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações.

São classificadas como locações financeiras as operações em que os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um activo são transferidas para o locatário. Todas as restantes operações de locação são classificadas como locações operacionais.

##### *Locações operacionais*

Os pagamentos efectuados pela Companhia à luz dos contratos de locação operacional são registados em custos nos períodos a que dizem respeito.

##### *Locações financeiras*

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

#### **t) Outros devedores e credores por operações de seguros e outras operações**

Em todos os devedores os créditos encontram-se valorizados ao custo histórico líquido dos ajustamentos efectuados nos termos de normas específicas do ISP sobre recibos por cobrar e créditos de cobrança duvidosa – créditos já vencidos e em mora relevados em contas de terceiros e sem garantia real adequada.

#### **u) Acréscimos e diferimentos**

A aplicação do princípio da especialização dos exercícios conduz à existência de activos e passivos que são perdas ou ganhos por reconhecer e já liquidados, ou perdas ou ganhos já reconhecidos e ainda por liquidar.

#### **v) Compensação de instrumentos financeiros**

Activos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes já reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente.

#### **x) Gastos por natureza imputados às funções**

Em conformidade com o n.º 2.2. do Plano de Contas para as Empresas de Seguros, e em cumprimento da alínea c) do ponto 1 Artigo 3.º da Norma Regulamentar 21/2003-R, de 26 de Dezembro.

### **Imputação dos custos por funções**

Na medida do possível, todos os custos são imputados directamente às funções na fase da contabilização por natureza.

Todos os casos em que não seja possível a imputação directa à função são enquadrados numa função genérica.

Periodicamente, para o acumulado de custos da função genérica, é feita uma imputação indirecta às funções definidas, na proporção dos custos que, no período em análise, tenham sido imputados directamente às referidas funções.

### **Imputação dos custos por ramos**

A imputação aos ramos é feita após a imputação às funções, ou seja, aquando da entrada nas contas de custos por funções.

Em cada ramo é levada em consideração a componente directa evidente e a componente indirecta que resulta da aplicação de determinados critérios ao montante de custos não directamente imputados.

Esses critérios são os seguintes:

- função sinistros – proporcionalmente ao número de processos de sinistro abertos no período;
- função aquisição – proporcionalmente à produção (receita) nova;
- função administrativa – proporcionalmente à receita;
- função investimentos – proporcionalmente à média das provisões técnicas no início e no fim do período.”

### **3.2. Descrição da natureza, impacto e justificação das alterações nas políticas contabilísticas.**

Durante o exercício a Companhia procedeu à alteração da política contabilística associada ao reconhecimento dos desvios actuariais associados a benefícios pós-emprego, ver nota 3.1.

### **3.3. Descrição das principais estimativas contabilísticas e julgamentos relevantes utilizados na elaboração das demonstrações financeiras, com indicação dos principais pressupostos relativos aos exercícios seguintes, e outras principais fontes de incerteza das estimativas à data do balanço, que apresentem um risco significativo de provocar um ajustamento material nas quantias escrituradas de activos e passivos durante os próximos exercícios financeiros.**

#### **a) Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda**

A Companhia determina que existe imparidade nos seus activos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo face ao respectivo custo de aquisição. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efectuado, a Companhia avalia entre outros factores, a volatilidade normal dos preços das acções. Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderiam resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Companhia.

#### **b) Provisões técnicas e passivos financeiros relativos a contratos de seguro**

As provisões técnicas, incluindo provisões para sinistros, correspondem às responsabilidades futuras decorrentes dos contratos de seguro.

As provisões matemáticas de Acidentes de Trabalho foram determinadas tendo por base vários pressupostos nomeadamente mortalidade, longevidade e taxa de juro, aplicáveis a cada uma das coberturas incluindo uma margem de risco e incerteza.

Os pressupostos utilizados foram baseados na experiência passada da Companhia e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação.

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem (i) provisão para prémios não adquiridos, (ii) provisão para riscos em curso, e (iii) provisão para sinistros reportados e não reportados, incluindo as despesas de regularização respectivas.

Quando existem sinistros provocados ou contra os tomadores de seguro, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Companhia é reconhecido como perda nos resultados.

A Companhia estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro. Na determinação das provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro, a Companhia avalia periodicamente as suas responsabilidades utilizando metodologias actuariais e tomando em consideração as coberturas de resseguro respectivas.

As provisões são revistas periodicamente. A Companhia regista provisões para sinistros do ramo não vida para cobrir a estimativa do custo último dos sinistros reportados e não reportados no final de cada data de balanço.

As provisões para sinistros não representam um cálculo exacto do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa resultante da aplicação de técnicas de avaliação actuariais. Estas provisões estimadas correspondem à expectativa da Companhia de qual será o custo último de regularização dos sinistros.

Variáveis na determinação da estimativa das provisões podem ser afectadas por eventos internos e/ou externos nomeadamente alterações nos processos de gestão de sinistros, inflação e alterações legais. Muitos destes eventos não são directamente quantificáveis, particularmente numa base prospectiva.

#### **c) Cálculo da vida útil estimada para activos fixos tangíveis, incluindo imóveis, e activos intangíveis.**

A vida útil dos activos fixos tangíveis e intangíveis é revista em cada período de relato. No âmbito destas rubricas, a Companhia concede um grau particular de monitorização à vida útil dos imóveis de serviço próprio e da carteira de apólices adquirida à Real Seguros. Alterações à vida útil destes activos são tratadas prospectivamente.

**d) Determinação de responsabilidades com benefícios pós-emprego-pressupostos utilizados.**

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões. Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

**e) Impostos sobre os lucros**

O cálculo dos impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas podem conduzir a um diferente nível de imposto calculado, reconhecido no período, quer corrente quer diferido. De acordo com a legislação fiscal em vigor, existe a possibilidade de as Autoridades Fiscais, poderem rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela Empresa durante um período de quatro anos.

Assim sendo, é possível que haja correcções á matéria colectável, resultante principalmente de diferenças de interpretação da legislação fiscal em vigor. Contudo, é convicção do Conselho de Administração da Companhia, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

**4. Natureza e extensão das rubricas e dos riscos resultantes de contratos de seguro e activos de resseguro**

**4.1. Prestação de informação que permita identificar e explicar as quantias indicadas nas demonstrações financeiras resultantes de contratos de seguro**

O desenvolvimento da provisão relativa a sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos é analisado como segue:

Ramos / Grupos de ramos	Provisão para sinistros em 31/12/2010 (1)	Custos com sinistros * montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros * em 31/12/2011 (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
<b>VIDA</b>	0	0	0	0
<b>NÃO VIDA</b>				
ACIDENTES E DOENÇA	134.345.693	33.003.638	104.307.314	2.965.258
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	21.482.681	9.549.703	11.981.197	48.220
AUTOMÓVEL				
-RESPONSABILIDADE CIVIL	93.868.206	30.466.672	56.356.367	-7.045.167
-OUTRAS COBERTURAS	15.370.938	9.240.956	4.204.348	-1.925.634
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	2.982.373	2.493.716	1.695.207	1.206.550
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	13.429.747	2.384.388	11.882.299	836.940
CRÉDITO E CAUÇÃO	865.510	-19.341	896.702	11.851
PROTECÇÃO JURÍDICA	15.304	8.861	9.077	2.634
ASSISTÊNCIA	1.765	42	373	-1.350
DIVERSOS	969.921	158.735	881.119	69.933
<b>TOTAL</b>	<b>283.332.137</b>	<b>87.287.370</b>	<b>192.214.003</b>	<b>-3.830.764</b>
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>283.332.137</b>	<b>87.287.370</b>	<b>192.214.003</b>	<b>-3.830.764</b>

\* Sinistros ocorridos no ano 2010 e anteriores

As provisões incluem 14.284.329 euros (2010:13.360.384 euros) para sinistros abertos posteriormente ao seu exercício de ocorrência e 1.754.226 euros (2010:1.631.541 euros) para custos a imputar no futuro a sinistros pendentes.

Os custos com sinistros por ramos são analisados como segue:

2011				
Ramos/Grupos de Ramos	Montantes Pagos - prestações (1)	Montantes Pagos - Custos de Gestão de Sinistros Imputados (2)	Variação da Provisão para Sinistros (3)	Custos com Sinistros (1)+(2)+(3)=(4)
<b>SEGURO DIRECTO</b>				
ACIDENTES E DOENÇA	56.192.894	3.717.344	(3.369.509)	56.540.729
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	26.201.049	2.518.064	2.156.403	30.875.516
AUTOMÓVEL				
- RESPONSABILIDADE CIVIL	58.829.627	1.959.832	(4.905.778)	55.883.681
- OUTRAS COBERTURAS	27.806.523	1.037.088	67.714	28.911.325
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	5.370.885	280.765	395.478	6.047.128
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	2.738.900	349.410	(189.649)	2.898.661
CRÉDITO E CAUÇÃO	7.177	774	36.780	44.731
PROTECÇÃO JURÍDICA	635	23.540	(2.615)	21.560
ASSISTÊNCIA	-	42	(1.392)	(1.350)
DIVERSOS	1.126.473	4.175	1.568.991	2.699.639
<b>TOTAL</b>	<b>178.274.163</b>	<b>9.891.034</b>	<b>(4.243.577)</b>	<b>183.921.620</b>
RESSEGURO ACEITE	1.702.120	1.745	-	1.703.865
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>179.976.283</b>	<b>9.892.779</b>	<b>(4.243.577)</b>	<b>185.625.485</b>
2010				
Ramos/Grupos de Ramos	Montantes Pagos - prestações (1)	Montantes Pagos - Custos de Gestão de Sinistros Imputados (2)	Variação da Provisão para Sinistros (3)	Custos com Sinistros (1)+(2)+(3)=(4)
<b>SEGURO DIRECTO</b>				
ACIDENTES E DOENÇA	59.614.026	8.122.745	(8.817.831)	58.918.940
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	26.712.930	841.181	1.336.631	28.890.742
AUTOMÓVEL	-	-	-	-
- RESPONSABILIDADE CIVIL	45.847.403	1.368.379	(8.315.279)	38.900.503
- OUTRAS COBERTURAS	22.125.368	806.123	2.307.919	25.239.410
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	2.667.857	32.817	69.416	2.770.090
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	2.813.958	800.441	(1.072.054)	2.542.345
CRÉDITO E CAUÇÃO	407.587	1.135	(207.886)	200.836
PROTECÇÃO JURÍDICA	2	22.741	7.353	30.096
ASSISTÊNCIA	-	111	154	265
DIVERSOS	108.645	1.891	147.294	257.830
<b>TOTAL</b>	<b>160.297.776</b>	<b>11.997.564</b>	<b>(14.544.283)</b>	<b>157.751.057</b>
RESSEGURO ACEITE	734.105	4.012	-	738.117
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>161.031.881</b>	<b>12.001.576</b>	<b>(14.544.283)</b>	<b>158.489.174</b>

Em 31 de Dezembro de 2011, a actividade da Companhia pode ser analisada como segue:

2011					
Ramos / Grupos de ramos	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos*	Custos de exploração brutos*	Saldo de resseguro
<b>SEGURO DIRECTO</b>					
ACIDENTES E DOENÇA	71.378.483	71.201.881	56.540.728,	19.330.295	-180.211
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	43.671.927	43.560.550	30.875.515	11.086.271	-1.604.122
AUTOMÓVEL					
- RESPONSABILIDADE CIVIL	71.653.086	70.864.577	55.883.681	19.147.366	-579.508
- OUTRAS COBERTURAS	38.923.666	38.927.776	28.911.325	8.899.414	-7.150.951
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	9.055.555	8.897.996	6.047.128	1.002.476	-1.038.221
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	5.722.716	5.694.543	2.898.662	1.670.400	-804.628
CRÉDITO E CAUÇÃO	296.517	220.137	44.731	43.367	-25.185
PROTECÇÃO JURÍDICA	1.784.675	1.760.875	21.561	403.558	0
ASSISTÊNCIA	403.725	403.723	-1.350	58.911	-180.986
DIVERSOS	584.301	578.668	2.699.637	141.691	2.227.951
<b>TOTAL</b>	<b>243.474.651</b>	<b>242.110.727</b>	<b>183.921.619</b>	<b>61.783.750</b>	<b>-9.335.861</b>
RESSEGURO ACEITE	3.508.174	3.138.975	1.703.866	1.273.632	0,00
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>246.982.825</b>	<b>245.249.702</b>	<b>185.625.485</b>	<b>63.057.382</b>	<b>-9.335.861</b>

\* Sem dedução da parte dos resseguradores

(em euros)



#### **4.2. Prestação de informação que permita avaliar a natureza e a extensão dos riscos específicos de seguros, nomeadamente:**

##### **a) Objectivos, políticas e processos de gestão dos riscos resultantes de contratos de seguro e os métodos usados para gerir esses riscos, incluindo uma descrição do processo de aceitação, avaliação, monitorização e controlo desses riscos;**

As empresas de seguros assumem riscos através dos contratos de seguros, os quais classificamos na categoria do Risco Específico de Seguros.

Os riscos específicos de seguros são os riscos inerentes à comercialização de contratos de seguro, associados ao desenho de produtos e respectiva tarificação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro. São aplicáveis a todos os ramos de actividade e podem subdividir-se em diferentes sub-riscos:

- **Risco de Desenho dos Produtos:** risco de a empresa de seguros assumir exposições de risco decorrentes de características dos produtos não antecipadas na fase de desenho e de definição do preço do contrato.
- **Risco de Prémios:** relacionado com sinistros a ocorrer no futuro, em apólices actualmente em vigor, e cujos prémios já foram cobrados ou estão fixados. O risco é o de os prémios cobrados ou já fixados poderem vir a revelar-se insuficientes para a cobertura de todas as obrigações futuras resultantes desses contratos (subtarificação).
- **Risco de Subscrição:** risco de exposição a perdas financeiras relacionadas com a selecção e aprovação dos riscos a segurar.
- **Risco de Provisionamento:** é o risco de as provisões para sinistros constituídas se venham a revelar insuficientes para fazer face aos custos com sinistros já ocorridos.
- **Risco de Sinistralidade:** é o risco de que possam ocorrer mais sinistros do que o esperado, ou de que alguns sinistros tenham custos muito superiores ao esperado, resultando em perdas inesperadas.
- **Risco de Retenção:** é o risco de uma maior retenção de riscos (menor protecção de resseguro) poder gerar perdas devido à ocorrência de eventos catastróficos ou a uma sinistralidade mais elevada.
- **Risco Catastrófico:** resulta de eventos extremos que implicam a devastação de propriedade, ou a morte/ferimento de pessoas, geralmente devido a calamidades naturais (terramotos, furacões, inundações). É o risco de que um evento único, ou uma série de eventos de elevada magnitude, normalmente num período curto (até 72 horas), implique um desvio significativo no número e custo dos sinistros, em relação ao que era esperado.

O Risco Específico de Seguros pode ser mitigado pela política de resseguro, através da qual, uma parte dos riscos assumidos pela Companhia de Seguros, são transferidos para uma resseguradora (ou um conjunto de resseguradoras).

Um dos riscos mais relevantes é o de subscrição. Representa os vários tipos de riscos que estão directa ou indirectamente associados às bases técnicas de cálculo dos prémios e das provisões, cujo efeito, aumento da frequência de sinistralidade ou acréscimo excessivo das despesas de gestão, pode gerar incapacidade na garantia das obrigações. Podem assumir a forma de subtarificação, traduzindo o cálculo insuficiente de prémios, de resseguro, que derivam da aquisição de coberturas que se manifestam limitadas face às responsabilidades assumidas ou de riscos associados a grandes perdas, como os riscos catastróficos.

O risco de prémios, ou de subtarifação, é controlado por modelos actuariais que, por um lado, calculam o valor dos prémios, nos termos da política de aceitação, desenvolvendo linhas de orientação para a subscrição dos novos contratos e, por outro, monitorizam o padrão de provisionamento, mitigando o risco das provisões. A exposição aos maiores riscos está devidamente assegurada pela protecção dos respectivos tratados de resseguro, a cargo de um conjunto de resseguradores líderes de mercado.

A concentração de riscos pode levar a perdas potenciais consideráveis, pelo que a Lusitania tem feito um esforço, nos últimos anos, em diversificar o seu negócio, não apenas ao nível dos clientes, mas também ao nível dos produtos.

O peso da carteira Automóvel fixou-se, em 2011, em 45% do total, reflecte a estratégia de dispersão de riscos, com maior peso dos particulares. A evolução verificada traduz uma transferência de grandes riscos, associados a grandes empresas, para uma carteira *risk mix*, reduzindo o impacto da respectiva volatilidade. Para o efeito, foram criadas novas soluções orientadas para estes segmentos e mais adequadas ao perfil de cliente.

**b) Sobre o risco específico de seguros (antes e após resseguro), incluindo informações acerca das análises de sensibilidade efectuadas, concentrações de risco e sinistros efectivos comparados com estimativas anteriores.**

Com o intuito de verificar o ajustamento das estimativas de sinistros não declarados efectuadas em 2010 aos valores efectivamente verificados, apurou-se:

Quadros ilustrativos com informação sobre o risco específico de seguros (informação de gestão):

**Quadro 1 – Número de sinistros reais versus estimados por ramo**

**Resumo dos sinistros IBNR Verificados Vs. Estimados**

		2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	Total
Acidentes de Trabalho	Previstos para 2011	0	65	52	71	44	56	1.179	1.467
	Abertos 2011	1	2	2	3	16	44	557	625
	Diferença	-1	63	50	68	28	12	622	842
Automóvel	Previstos para 2011	0	0	6	11	63	118	3.250	3.448
	Abertos 2011	1	8	6	10	67	284	4.787	5.163
	Diferença	-1	-8	0	1	-4	-166	-1.537	-1.715
Saúde - cashflow previsto e realizado	Previstos para 2011	0	0	0	0	10.582	41.750	1.864.150	1.916.482
	Verificado 2011	5	643	-745	14.462	-15	59.521	1.804.501	1.878.372
	Diferença	-5	-643	745	-14.462	10.597	-17.771	59.649	38.110
MR Habitação	Previstos para 2011	1	2	3	3	10	33	1.232	1.284
	Abertos 2011	1	0	0	0	5	15	640	661
	Diferença	0	2	3	3	5	18	592	623
MR Comércio	Previstos para 2011	41	1	7	21	7	16	327	420
	Abertos 2011	1	0	0	1	2	28	151	183
	Diferença	40	1	7	20	5	-12	176	237

**Notas:**

O número de Sinistros de Saúde não é facilmente extrapolável pelo que se optou pela comparação do *cashflow* da provisão para IBNR e IBNER, previsto para 2011, comparado com o fluxo real

O Número de sinistros do ramo Automóvel abertos em 2011, relativos a anos anteriores, estão fortemente influenciados com resolução tardia de sinistros de reduzido montante oriundos, predominantemente, de Quebra Isolada de Vidros

Entendeu-se como relevante efectuar testes de sensibilidade que se passam a descrever:

- A diminuição da taxa técnica implícita ao cálculo das provisões matemáticas das pensão não obrigatoriamente removíveis, assim como da provisão com encargos futuros com assistência vitalícia a sinistrados com incapacidade permanente, em 10 pontos base, provoca uma variação das mesmas em 956 mil euros.
- Na análise de sensibilidade ao ramo Acidentes de Trabalho, a variação da taxa sinistralidade do exercício em metade do desvio padrão dos últimos cinco anos, provoca uma alteração ao próprio custo/proveito de 22.7% do resultado face às alterações aos sinistros ocorridos no exercício do ramo.
- Elaborada análise semelhante em relação ao ramo Automóvel observa-se uma variação de 46 % do resultado em relação às alterações aos sinistros ocorridos no exercício.

A evolução da provisão para sinistros pode ser analisada como segue:

Ano	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
2003	35.423.484	16.060.483	13.673.098	11.777.465	10.119.236	8.803.462	8.081.443	13.262.473	12.432.903
2004		34.265.407	11.947.623	8.921.867	6.645.608	6.103.632	5.323.584	13.367.770	11.624.767
2005			40.709.167	19.820.791	13.040.321	10.511.579	9.240.994	15.548.154	12.233.074
2006				55.393.184	25.971.066	18.020.173	14.655.677	23.884.492	20.416.490
2007					50.084.872	23.758.984	15.951.726	23.101.932	19.614.212
2008						44.686.803	19.371.473	27.787.386	20.683.780
2009							40.372.340	41.031.932	22.721.717
2010								82.713.823	33.485.554
2011									85.602.010
Montantes Pagos Para os anos de corréncia	33.292.448	55.003.813	53.623.270	79.182.791	91.057.228	83.786.936	83.652.625	167.870.071	181.978.274

#### 4.3. Prestação de informação quantitativa e qualitativa acerca do risco de mercado, risco de crédito, risco de liquidez e risco operacional. A informação qualitativa deve incluir, nomeadamente, a exposição ao risco e a origem dos riscos, objectivos, políticas e procedimentos de gestão de riscos e os métodos utilizados para mensurar os riscos, assim como, alterações face ao período anterior.

A Lusitania está exposta a uma variedade de riscos através dos seus activos financeiros, activos de resseguro e passivos, podendo mesmo considerar-se, num sentido lato, que todos os riscos a que a Companhia está exposta são financeiros, por se poderem traduzir em perdas económicas e numa deterioração nos níveis de solvência. Paralelamente a esta consideração resulta o facto de o risco financeiro a que a Companhia está exposta corresponde à potencial incapacidade de cumprir com as suas responsabilidades em consequência de os rendimentos gerados pelos activos não conseguirem cobrir as obrigações decorrentes dos contratos de seguros.

Existe um conjunto de riscos directamente relacionados com a gestão financeira da Companhia, abrangendo as funções investimento, financiamento e a gestão integrada dos activos e passivos financeiros, e não directamente relacionados com a gestão dos contratos de seguro ou dos sinistros, e incluem, entre outros, os riscos de mercado, de crédito e de liquidez.

Os principais riscos financeiros a que a Companhia está exposta são:

#### • Risco de Mercado

O risco de mercado deriva do nível ou da volatilidade dos preços de mercado dos instrumentos financeiros relacionados com variações dos mercados cambiais, dos mercados de acções, das taxas de juro, do valor do imobiliário e do nível de concentração. O risco de mercado inclui ainda os riscos associados ao uso de instrumentos derivados e está fortemente relacionado com o risco de *mismatching* entre activos e passivos.

Na Lusitania, a gestão do risco de mercado respeita as regras de afectação de activos por classe e tipo de emitente e pauta-se por prudentes níveis de aceitação de risco e diversificação de carteira, atendendo à evolução dos mercados financeiros.

#### Composição da carteira por país emitente

	2011		2010	
	Valor	%	Valor	%
Portugal	290.536.554	81,2%	277.275.301	73,5%
Espanha	15.800.293	4,4%	20.293.626	5,4%
França	6.254.422	1,7%	11.429.150	3,0%
Alemanha	3.598.575	1,0%	14.851.904	3,9%
Estados Unidos	3.344.283	0,9%	6.975.635	1,9%
Países Baixos	2.303.591	0,6%	3.107.266	0,8%
Reino Unido	6.278.470	1,8%	17.669.235	4,7%
Itália	8.137.596	2,3%	7.702.422	2,0%
Áustria	615.569	0,2%	620.838	0,2%
Luxemburgo	7.726.020	2,2%	2.058.360	0,5%
Outros	13.164.686	3,7%	15.016.925	4,0%
<b>TOTAL</b>	<b>357.760.059</b>	<b>100,0%</b>	<b>377.000.662</b>	<b>100,0%</b>

#### Tipo de taxa da carteira de obrigações

	2011		2010	
	Valor	%	Valor	%
Fixa	92.937.857	58,4%	114.220.023	64,2%
Variável	63.250.968	39,7%	60.154.710	33,8%
Cupão Zero	3.033.992	1,9%	3.651.117	2,1%
Defaulted	47.077	0,0%	2.552	0,0%
<b>TOTAL</b>	<b>159.269.894</b>	<b>100,0%</b>	<b>178.028.402</b>	<b>100,0%</b>

O risco da carteira encontra-se localizado, essencialmente, em território português ou da União Europeia. No entanto, com a integração, em 2009, das carteiras da ex-Real Seguros e da Mutuamar, a concentração dispersou-se por outros países, entre os quais os Estados Unidos e "Outros", onde se incluem 5.640.370 euros referentes a investimentos localizados no Bahrein e o restante noutros países europeus, mas cujo valor por país não excede um milhão de euros. À exceção destes casos, não se verificou nenhuma outra alteração significativa quanto à concentração dos investimentos noutros países da Europa ou do mundo. À exceção de um título moçambicano, a totalidade da carteira da companhia está denominada em euros.

#### • Risco de Crédito

O risco de crédito está associado a uma possível alteração da situação creditícia dos emitentes de valores mobiliários, contrapartes ou quaisquer devedores a que a Companhia se encontra exposta. A exposição ao risco de crédito advém, assim, das transacções financeiras da Companhia com emitentes de valores mobiliários, devedores, mediadores, tomadores de seguros, co-seguradoras e resseguradoras.

O risco de crédito é gerido essencialmente com base na política de gestão de investimentos em vigor na Companhia, sendo efectuada uma gestão e monitorização permanente das carteiras de títulos conjunta entre a Direcção Financeira e a Sociedade Gestora de Activos Financeiros do Grupo Montepio.

Esta abordagem é complementada pela introdução de melhorias contínuas quer no plano das metodologias de ferramentas de avaliação e controlo dos riscos quer ao nível dos procedimentos e circuitos de decisão.

### **Rating da carteira de obrigações**

	2011		2010	
	Valor	%	Valor	%
AAA	-	0,0%	13.331.295	7,5%
AA+	152.920	0,1%	2.688.424	1,5%
AA	332.938	0,2%	7.090.230	4,0%
AA-	1.630.848	1,0%	5.727.947	3,2%
A+	4.368.055	2,7%	9.582.493	5,4%
A	12.656.023	7,9%	12.127.236	6,8%
A-	42.706.575	26,8%	43.381.175	24,4%
BBB+	6.387.213	4,0%	5.407.208	3,0%
BBB	4.049.736	2,5%	5.491.807	3,1%
BBB-	1.418.466	0,9%	6.825.006	3,8%
BB+	4.843.306	3,0%	-	-
BB	58.221.936	36,6%	135.673	0,1%
BB-	9.599.071	6,0%	1.400.644	0,8%
B+	945.458	0,6%	-	-
B	1.735.841	1,1%	3.694.529	2,1%
B-	-	0,0%	-	-
CCC	1.417.291	0,9%	297.404	0,2%
CC	-	0,0%	-	-
C	-	0,0%	40.645	0,0%
D	-	0,0%	-	-
Desconhecido	8.804.217	5,5%	60.806.686	34,1%
<b>TOTAL</b>	<b>159.269.894</b>	<b>100,0%</b>	<b>178.028.402</b>	<b>100,0%</b>

A degradação dos *ratings* da carteira está intimamente relacionada com a degradação do *rating* da dívida soberana dos Estados Europeus e das emissões das principais empresas do espaço europeu. Contudo, e, apesar desta conjuntura, cerca de 39% da carteira tem uma notação de A- ou superior, embora não haja qualquer activo de *rating* AAA. Refira-se que aos activos anteriormente incluídos na rubrica com *rating* desconhecido e que neste exercício se encontram classificados com a notação da respetiva empresa mãe, cerca de 33 milhões de euros se referem a activos emitidos pelo Grupo Montepio Geral, cujo *rating* é BB.

No que se refere aos resseguradores, estes são seleccionados criteriosamente, em função não somente da respectiva capacidade de suporte técnico e geração de valor para a Companhia, como também da solidez económico-financeira que evidenciam.

### **Painel de resseguradores e respectivo *rating***

<b>Ressegurador</b>	<b>Rating</b>
Swiss Re (leader)	A+
Axis Re	A+
Hannover Ruck	AA-
Mapfre Re	AA
Mitsui Sumitomo	AA
MMA - Groupe Covea*	Api
Münchener Rück	AA-
Nacional Reaseguros	A+
Odyssey Re	A-
PartnerRe	AA-
R+V Versicherungs	A+
SCOR	A
Secura	A
Sirius	A-
Trans Re	A+

\* Empresa mútua não cotada em bolsa

Relativamente aos mediadores, a selecção dos nossos parceiros é efectuada de acordo com os pressupostos definidos na proposta de valor para a rede de mediação. De igual modo a atribuição da capacidade de cobrança depende da avaliação da capacidade, competência e idoneidade do mediador, sendo objecto de acompanhamento permanente e realização de auditorias pelo Departamento de Auditoria a Agentes, sob o comando da Direcção da Gestão de Contas.

#### **• Risco de Liquidez**

Risco que advém da possibilidade da Companhia não deter activos com liquidez suficiente para fazer face aos requisitos de fluxos monetários para cumprir com responsabilidades para com os tomadores de seguros, credores e outras contrapartes, quando elas forem devidas.

A Lusitania tem definidos processos regulares de gestão das necessidades de liquidez que permitem assegurar o cumprimento das obrigações previstas e a aplicação financeira dos excedentes verificados nas contas bancárias. Estes processos tiveram particular destaque nos últimos anos que foram bastante atribulados nos mercados financeiros com a crise a originar uma reduzida liquidez dos mercados.

## Composição da carteira por tipo de activo

	2011		2010		Var. 11/10
	Valor	%	Valor	%	
Acções Nacionais	25.237.518	7,1%	26.405.802	7,0%	-4,4%
Acções Estrangeiras	12.555.220	3,5%	12.006.847	3,2%	4,6%
Dívida Pública Nacional	56.251.710	15,7%	18.402.847	4,9%	205,7%
Dívida Pública Estrangeira	7.680.936	2,1%	15.063.138	4,0%	-49,0%
Outras Obrigações Nacionais	59.363.786	16,6%	78.500.314	20,8%	-24,4%
Outras Obrigações Estrangeiras	35.973.520	10,1%	66.062.103	17,5%	-45,5%
FIM Nacionais	7.581.017	2,1%	8.265.621	2,2%	-8,3%
FIM Estrangeiros	4.938.491	1,4%	6.504.031	1,7%	-24,1%
FII Nacionais	19.217.045	5,4%	21.791.245	5,8%	-11,8%
Imóveis	77.803.762	21,7%	73.759.990	19,6%	5,5%
Liquidez de curto e médio prazo	23.586.829	6,6%	19.304.556	5,1%	22,2%
Empréstimos	26.402.844	7,4%	25.587.246	6,8%	3,2%
Outros Activos	1.167.381	0,3%	5.346.922	1,4%	-78,2%
<b>Valor da carteira</b>	<b>357.760.059</b>	<b>100,0%</b>	<b>377.000.662</b>	<b>100,0%</b>	<b>-5,1%</b>

## Maturidade da Carteira de Obrigações

	2011		2010	
	Valor	%	Valor	%
2010-2011	n.a.	n.a.	37.271.036	20,9%
2012-2016	102.527.038	64,4%	72.800.898	40,9%
2017-2020	44.769.249	28,1%	53.635.602	30,1%
2021-2030	5.234.047	3,3%	5.833.703	3,3%
2031	6.739.560	4,2%	8.487.163	4,8%
<b>TOTAL</b>	<b>159.269.894</b>	<b>100,0%</b>	<b>178.028.402</b>	<b>100,0%</b>

## Duração da Carteira de Obrigações

	2011		2010	
	Valor	%	Valor	%
< 6 meses	49.195.156	30,89%	31.536.503	17,71%
6 meses a 1 ano	3.887.941	2,44%	5.734.532	3,22%
1 ano a 3 anos	37.305.090	23,42%	29.167.525	16,38%
3 anos a 5 anos	12.138.789	7,62%	32.374.017	18,18%
5 anos a 10 anos	44.627.867	28,02%	64.894.959	36,45%
> 10 anos	12.115.051	7,61%	14.320.866	8,04%
<b>TOTAL</b>	<b>159.269.894</b>	<b>100,00%</b>	<b>178.028.402</b>	<b>100,00%</b>

Tal como se constata da leitura dos quadros acima, conjugados com o quadro apresentado no Anexo 1, a carteira da Companhia é essencialmente constituída por obrigações (45%), quer de Dívida Pública que de outras entidades, e por imóveis (22%). Os activos com maiores níveis de liquidez, acções, obrigações e liquidez de curto e médio prazo representam mais de 69% dos activos em carteira. Tanto a duração como a maturidade da carteira de obrigações apresentam valores que permitem assegurar e garantir a cobertura integral do risco de liquidez.

### • Risco Operacional

Risco de perdas resultantes da inadequação ou falha nos procedimentos internos, pessoas, sistemas ou eventos externos. Está associado a eventos como fraudes, falhas de sistemas, e ao não cumprimento de normas e regras estabelecidas. Inclui ainda, por exemplo, o risco resultante de falhas no governo da

sociedade, nos sistemas, nos contratos de prestação de serviços em outsourcing e no plano de continuidade do negócio.

Como forma de mitigação do risco operacional, a Lusitania tem em curso um projecto para actualizar a sua cadeia de valor, com identificação dos riscos associados a cada processo, de modo a reavaliar a frequência e impacto dos referidos riscos. Na sequência, encontra-se também em desenvolvimento, a redefinição de controlos e métricas de modo a ajustar o modelo de controlo interno.

Com o intuito de minimizar o risco do sistema de informação, foram dados os primeiros passos para promover a certificação da norma ISO 27001 que possibilita a implementação de um Sistema de Gestão da Segurança da Informação (SGSI), que responde aos requisitos para o estabelecimento, implementação, operação, monitorização, revisão, manutenção e melhoria de um sistema documentado de gestão da segurança da informação, no contexto dos riscos de negócio/actividade da Companhia. Prevê-se a sua conclusão para o final do corrente ano.

As auditorias de segurança e peritagens técnicas realizadas durante o ano de 2011 apresentaram um elevado grau de segurança. Assim, em 45 testes aplicacionais realizados, apenas foram detectadas 2 vulnerabilidades em *sites* públicos. Da mesma forma, apenas foram identificadas 4 vulnerabilidades nos testes realizados a sistemas operativos e de base em máquinas acessíveis pela Internet, num total de 1408.

Ainda no âmbito da segurança, foi realizado um teste ao Plano de Continuidade de Negócio (PCN), no final do ano, no balcão do Parque das Nações, onde foram detectadas algumas dificuldades que estão a ser suplantadas. Para atestar a validade do PCN, os testes evidenciaram a robustez dos sistemas de informação e a capacidade de resposta dos equipamentos e da equipa responsável.

Da mesma forma, de modo a garantir a continuidade do negócio, também durante o corrente ano foram realizados testes de *disaster recovery*, em Setembro e em Novembro, com resultados muito positivos.

A gestão estratégica de activos é decidida pelo Conselho de Administração em conformidade com a estratégia empresarial aprovada e executada pela Direcção Financeira, tendo em conta que os mesmos devem ser realizados dentro de um prudente equilíbrio entre segurança, rentabilidade e liquidez.

Tal como se constata da leitura dos quadros acima, conjugados com o quadro apresentado no Anexo 1, a carteira da Companhia é essencialmente constituída por obrigações (45%), quer de Dívida Pública que de outras entidades, e por imóveis (21%). Os activos com maiores níveis de liquidez, acções, obrigações e liquidez de curto e médio prazo representam mais de 62% dos activos em carteira. Tanto a duração como a maturidade da carteira de obrigações apresentam valores que permitem assegurar e garantir a cobertura integral do risco de liquidez.

#### **4.4. Quantia de perdas por imparidade reconhecida e a quantia de perdas por imparidade revertida durante o período relativamente a activos de resseguro e as razões que suportam essa imparidade.**

Não se verificaram durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 perdas de imparidade relativamente a activos de resseguro.



#### 4.5. Informação qualitativa relativamente à adequação dos prémios e à adequação das provisões.

As provisões para sinistros avaliadas pelo Actuário Responsável revelaram uma margem de conforto que permite frisar a suficiência das provisões face à estimativa das responsabilidades conhecidas ou emergentes no âmbito do exercício de 2011.

Em relação à suficiência das tarifas, os prémios revelaram-se suficientes face aos custos decorrentes da actividade nos ramos de acidentes de trabalho e multiriscos habitação. Mercê da conjuntura adversa, os ramos de multiriscos comércio, saúde e automóvel revelam um comportamento menos favorável.

#### 4.6. Informação qualitativa e quantitativa acerca dos rácios de sinistralidade, rácios de despesas, rácios combinados de sinistros e despesas e rácio operacional (resultante da consideração dos rendimentos obtidos com investimentos afectos aos vários segmentos), calculados sem dedução do resseguro cedido.

Taxas de sinistralidade de Seguro Directo

<b>Ramo</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Acidentes e Doença	74,0%	67,1%
Incêndio e Outros Danos	64,9%	64,1%
Automóvel	74,0%	63,3%
Transportes	63,7%	49,5%
Responsabilidade Civil	44,5%	27,9%
Outros	89,1%	14,8%
<b>Total</b>	<b>71,5%</b>	<b>62,7%</b>

Rácio Sinistros resseguro cedido / Sinistros Seguro directo

<b>Ramo</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Acidentes e Doença	1,3%	1,0%
Incêndio e Outros Danos	42,4%	36,9%
Automóvel	1,0%	4,0%
Transportes	30,4%	24,9%
Responsabilidade Civil	-1,5%	14,9%
Outros	96,6%	59,4%
<b>Total</b>	<b>10,3%</b>	<b>10,0%</b>

Rácio de Custos com sinistros resseguro cedido / prémios resseguro cedido

<b>Ramo</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Acidentes e Doença	28,9%	14,4%
Incêndio e Outros Danos	64,3%	50,5%
Automóvel	9,4%	29,5%
Transportes	45,7%	22,2%
Responsabilidade Civil	-4,6%	29,1%
Outros	328,4%	25,9%
<b>Total</b>	<b>50,7%</b>	<b>22,6%</b>

**4.7. Montantes recuperáveis, relativamente a montantes pagos pela ocorrência de sinistros, provenientes da aquisição dos direitos dos segurados em relação a terceiros:**

<b>Reembolsos</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
- Em aberto com menos de 1 ano	4.370.154	3.318.784
- Em aberto com mais de 1 ano	2.394.861	2.998.312
<b>Totais</b>	<b>6.765.015</b>	<b>6.317.096</b>

**5. Outros passivos financeiros**

Em 31 de Dezembro de 2011, a rubrica de outros passivos financeiros é analisada como segue:

	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Depósitos de resseguradores	8.986.665	7.112.447
Empréstimos obrigacionistas	20.500.000	18.000.000
Conta caucionada	10.000.000	11.448.000
<b>Total</b>	<b>39.486.665</b>	<b>36.560.447</b>

A rubrica Empréstimos obrigacionistas refere-se a obrigações subordinadas emitidas pela Companhia e integralmente subscritas pela Lusitania Vida Companhia de Seguros, S.A.

Em 31 de Dezembro de 2011, a rubrica Conta caucionada inclui o montante de Euros 10 milhões referente a uma conta caucionada na Caixa Económica Montepio Geral. Em 31 de Dezembro de 2010, esta rubrica incluía os montantes de Euros 10 milhões e Euros 1,4 milhões de contas caucionadas contraídas na Caixa Económica Montepio Geral e Banco Português de Investimento, respectivamente.

**6. Instrumentos financeiros**

*Rubricas de balanço*

	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Activos financeiros detidos para negociação	3.085.303	6.693.786
Activos financeiros disponiveis para venda	143.532.141	216.000.454
Investimentos a deter até maturidade	62.871.239	-
Empréstimos concedidos e contas a receber	42.025.769	40.951.909
Activos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas	5.914.292	15.060.130
<b>Total</b>	<b>257.428.744</b>	<b>278.706.279</b>

A rubrica Activos financeiros detidos para negociação é analisada como segue:

	<b>2011</b>	<b>2010</b>
	<b>Justo valor</b>	<b>Justo valor</b>
Obrigações		
De outros emissores públicos	40.215	-
De outros emissores	3.045.088	6.693.786
<b>Total</b>	<b>3.085.303</b>	<b>6.693.786</b>
Os quais desagregam-se do seguinte modo:		
Nível I	3.085.303	6.693.786
Nível II	-	-
Nível III	-	-
	<b>3.085.303</b>	<b>6.693.786</b>

De acordo com os requisitos da IFRS 7, estão mensurados de acordo com os seguintes níveis de valorização:

- Nível 1: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com preços de mercado ou *providers*;
- Nível 2: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização considerando maioritariamente dados observáveis de mercado;
- Nível 3: Instrumentos financeiros valorizados de acordo com metodologias de valorização considerando essencialmente pressupostos ou ajustamentos não observáveis em mercado e com impacto significativo na valorização do instrumento.

O detalhe da carteira de Activos financeiros disponíveis para venda é apresentado como segue:

2011					
	C. Aquisição Amortizado	RJV	Imparidades	Juro	Valor Balanço
Títulos de dívida					
Dívida pública	2.597.738	(183.103)	-	30.632	2.445.267
Outros emissores	96.730.514	(8.995.236)	-	1.031.747	88.767.025
	99.328.252	(9.178.339)	-	1.062.379	91.212.292
Acções	17.179.153	816.187	(4.666.640)	-	13.328.700
Outros instrumentos de capital e unid. Participação	38.777.697	1.484.291	(1.270.839)	-	38.991.149
	55.956.850	2.300.478	(5.937.479)	-	52.319.849
<b>Total</b>	<b>155.285.102</b>	<b>(6.877.861)</b>	<b>(5.937.479)</b>	<b>1.062.379</b>	<b>143.532.141</b>
Os quais desagregam-se do seguinte modo:					
Nível I					127.991.376
Nível II					15.540.765
Nível III					-
					<b>143.532.141</b>

2010					
	C. Aquisição Amortizado	RJV	Imparidades	Juro	Valor Balanço
Títulos de dívida					
Dívida pública	25.354.131	(1.685.708)	-	572.419	24.240.842
Outros emissores	138.039.905	(4.435.471)	(114.000)	221.653	133.712.087
	163.394.036	(6.121.179)	(114.000)	794.072	157.952.929
Acções	29.768.484	(2.207.039)	(1.861.087)	-	25.700.358
Outros instrumentos de capital e unid. Participação	29.677.194	2.669.973	-	-	32.347.167
	59.445.678	462.934	(1.861.087)	-	58.047.525
<b>Total</b>	<b>222.839.714</b>	<b>(5.658.245)</b>	<b>(1.975.087)</b>	<b>794.072</b>	<b>216.000.454</b>
Os quais desagregam-se do seguinte modo:					
Nível I					198.983.738
Nível II					17.016.716
Nível III					-
					<b>216.000.454</b>

Em 31 de Dezembro de 2011, a rubrica de Investimentos a deter até à maturidade é analisada como segue:

2011			
	Custo aquisição	Juro	Valor Balanço
Títulos de dívida			
De dívida pública	50.391.372	1.228.288	51.619.660
De outros emissores	10.956.945	294.634	11.251.579
	<b>61.348.317</b>	<b>1.522.922</b>	<b>62.871.239</b>

O detalhe da rubrica de Empréstimos concedidos e contas a receber é apresentado como segue:

	2011	2010
Depósitos junto de empresas cedentes	475.723	228.852
Outros depósitos	15.147.202	15.135.811
Empréstimos concedidos	26.402.844	25.587.246
<b>Total</b>	<b>42.025.769</b>	<b>40.951.909</b>

A rubrica Empréstimos concedidos inclui valores entregues à N-Seguros, Parvir – Participações, Gestão e Promoção Imobiliária, S.A. e Sociedade Agrícola Valle Flor, S.A. nos montantes de Euros 11,5 milhões, Euros 3 milhões e Euros 7,5 milhões, respectivamente, mantendo-se o capital em dívida inalterado face ao exercício anterior.

Em 31 de Dezembro de 2011, a rubrica Empréstimos concedidos inclui ainda valores entregues à Sociedade Portuguesa de Administrações, S.A., no montante de Euros 2,1 milhões (2010: Euros 3,9 milhões).

A carteira de Investimentos financeiros classificados ao justo valor através de ganhos e perdas é apresentada como segue:

	2011			
	C. Aquisição	Valias não realizadas	Juro	Valor balanço
Dívida pública				
Outros emissores	2.191.034	(189.208)	99.234	2.101.060
Instrumentos de capital e unidades de participação	5.204.171	(1.740.958)	350.019	3.813.232
<b>Total</b>	<b>7.395.205</b>	<b>(1.930.166)</b>	<b>449.253</b>	<b>5.914.292</b>

Os quais desagregam-se do seguinte modo:

Nível I	5.914.292
Nível II	-
Nível III	-
	<b>5.914.292</b>

	2010			
	C. Aquisição	Valias não realizadas	Juro	Valor balanço
Dívida pública				
Outros emissores	11.101.560	(816.685)	458.717	10.743.592
Instrumentos de capital e unidades de participação	4.676.799	(599.545)	239.284	4.316.538
<b>Total</b>	<b>15.778.359</b>	<b>(1.416.230)</b>	<b>698.001</b>	<b>15.060.130</b>

Os quais desagregam-se do seguinte modo:

Nível I	15.060.130
Nível II	-
Nível III	-
	<b>15.060.130</b>

Com referência a 31 de Dezembro de 2011 e 2010, a exposição da Companhia a dívida titulada soberana de países da União Europeia em situação de bailout, é apresentada em seguida:

31 de Dezembro de 2011						
Emitente / Carteira	Valor contabilístico	Justo valor	Reserva de justo valor	Taxa de juro média %	Maturidade média Anos	Nível de valorização
<b>Portugal</b>						
Activos financeiros disponíveis para venda	2.033.760	2.033.760	(20.231)	2,9	20	1
Activos financeiros detidos até à maturidade	50.391.372	43.606.415	-	4,4	6	1
	<b>52.425.132</b>	<b>45.640.175</b>	<b>(20.231)</b>			

31 de Dezembro de 2010						
Emitente / Carteira	Valor contabilístico	Justo valor	Reserva de justo valor	Taxa de juro média %	Maturidade média Anos	Nível de valorização
<b>Portugal</b>						
Activos financeiros disponíveis para venda	16.666.448	16.666.448	(857.217)	3,8	20	1
Activos financeiros detidos até à maturidade	-	-	-			
	<b>16.666.448</b>	<b>16.666.448</b>	<b>(857.217)</b>			

#### 6.4. Prestação de informação acerca de reclassificações, incluindo o impacto e a razão da reclassificação.

Durante o exercício de 2011 a Companhia procedeu à transferência de títulos no valor de Euros 31,6 milhões para Investimentos detidos até à maturidade, conforme se apresenta no quadro seguinte:

	Na data de transferência						
	Valor de aquisição	Valor de balanço	Reserva de justo valor		Valor dos <i>cash flows</i> futuros <sup>(a)</sup>	Taxa efectiva <sup>(b)</sup>	Valor de mercado em Dezembro de 2011
			Positiva	Negativa			
De Activos financeiros disponíveis para venda	28.525.661	31.648.393	-	(3.143.236)	43.674.994	6,4%	18.370.207
							120.260

(a) Montantes totais de capitais e juros, não descontados; juros futuros calculados com base nas taxas forward decorrentes da curva de rendimentos à data da transferência.

(b) A taxa efectiva foi calculada com base nas taxas forward decorrentes da curva de rendimento à taxa da transferência; a maturidade considerada é o mínimo entre a data da call, quando aplicável, e a data de maturidade do activo.

Caso os títulos não tivessem sido reclassificados, o impacto nas demonstrações financeiras da Companhia seria o seguinte:

	2011
Impacto em reservas de justo valor	(13.278.187)
Efeito fiscal	3.850.674
	<b>(9.427.512)</b>

**6.10. Indicação, para as classes de activos financeiros e de passivos financeiros não valorizados a justo valor, do correspondente justo valor de forma a permitir a sua comparação com as quantias escrituradas, excepto: a) quando a quantia escriturada é uma aproximação razoável do justo valor; b) relativamente a investimentos em instrumentos de capital próprio não cotados num mercado activo; ou c) relativamente a derivados associados a tais instrumentos de capital próprio que sejam mensurados pelo custo porque o seu justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade.**

O justo valor dos activos e passivos financeiros que estão registados ao custo amortizado é analisado como segue:

	2011		2010	
	Justo Valor	Valor Balanço	Justo Valor	Valor Balanço
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	8.439.627	8.439.627	4.168.745	4.168.745
Empréstimos concedidos e contas a receber	42.025.769	42.025.769	40.951.909	40.951.909
Outros devedores por operações de seguros e outras operações	91.529.542	91.529.542	87.928.882	87.928.882
Investimentos a deter até à maturidade	49.046.377	62.871.239	-	-
<b>Activos financeiros ao custo amortizado</b>	<b>191.041.315</b>	<b>204.866.177</b>	<b>133.049.536</b>	<b>133.049.536</b>
Outros passivos financeiros	39.700.831	39.486.665	36.560.447	36.560.447
Outros credores por operações de seguros e outras operações	26.194.759	26.194.759	28.969.790	28.969.790
<b>Passivos financeiros ao custo amortizado</b>	<b>65.681.424</b>	<b>65.681.424</b>	<b>65.530.237</b>	<b>65.530.237</b>

## 6.11. Descrição relativa ao apuramento do justo valor, designadamente:

### a) Dos métodos e, quando for usado um método de avaliação, dos pressupostos aplicados na determinação do justo valor de cada classe de activos financeiros e de passivos financeiros;

O justo valor é baseado em valores de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis o justo valor pode ser estimado através de modelos internos, normalmente baseados nos modelos de cash flows descontados, usando para este efeito a taxa de juro sem risco adicionada do spread atribuível ao emitente.

Os métodos e pressupostos principais utilizados na determinação do justo valor de activos e passivos pela Lusitania são os seguintes:

#### Caixa e seus equivalentes

Tendo em conta que se tratam normalmente de activos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

#### Empréstimos concedidos e contas a receber e devedores por operações de seguro directo, de resseguro e outras operações

Tendo em conta que se tratam normalmente de activos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço.

#### Investimentos detidos até à maturidade e passivos subordinados

Estes activos financeiros e os passivos subordinados estão contabilizados ao custo amortizado líquido de imparidade. O justo valor tem como base as cotações de mercado, sempre que estas se encontrem disponíveis. Caso estas não existam, o cálculo do justo valor assenta na utilização de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de fluxos de caixa que, para estimar o justo valor, utilizam as taxas de juro de mercado ajustadas pelos factores associados, predominantemente o risco de crédito e o risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e prazos respectivos.

#### Outros passivos e credores por operações de seguro directo, de resseguro e outras operações

Tendo em conta que se tratam normalmente de activos de curto prazo, considera-se como uma estimativa razoável para o seu justo valor o saldo de balanço das várias rubricas, à data do balanço.

**6.16. Prestação de informação qualitativa que permita avaliar a natureza e a extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros, nomeadamente:**

**a) Exposição ao risco e a origem dos riscos e quaisquer alterações referentes ao período;**

Os riscos financeiros são os que decorrem da gestão de activos devido à volatilidade dos preços e envolvem a exposição aos valores das acções, obrigações ou outros títulos, das taxas de juro e das taxas de câmbio.

**Risco de taxa de juro:** é um risco que existe para todos os activos e responsabilidades onde o valor é sensível às volatilidades na taxa de juro. São riscos que resultam dos investimentos em obrigações ou da aplicação da taxa de juro no cálculo das responsabilidades (*best estimate*).

Ver nota 4.3.

**Riscos de *spread*:** são a componente dos riscos associada aos instrumentos financeiros que é explicada pela volatilidade dos *spreads* de crédito sobre uma taxa de juro sem risco.

Ver nota 4.3.

**Riscos de câmbio:** são os que resultam de alterações da taxa de câmbio e surgem quando a carteira de activos e de responsabilidades não são da mesma moeda ou se os contratos estão definidos numa moeda diferente da calculada para o prémio.

**Risco das acções (*equity*):** são os riscos associados a uma carteira de acções e resultam da volatilidade dos preços de mercado accionistas. A exposição ao *equity risk* reflecte-se em todos os activos e responsabilidades cujo valor é sensível às alterações dos preços das acções.

A carteira da Companhia é essencialmente constituída por obrigações e por imóveis, representando respectivamente 45% e 21% do total dos activos financeiros. Os investimentos de risco não têm grande representatividade, apenas cerca de 11%, enquanto os fundos de investimento representam 9%. O peso relativo dos valores de maior liquidez ascende a 7% da carteira.

Ver nota 4.3.

**6.17. Prestação de informação quantitativa que permita avaliar a natureza e a extensão dos riscos resultantes de instrumentos financeiros por cada tipo de risco, nomeadamente:**

**a) A exposição ao risco e a origem dos riscos e quaisquer alterações referentes ao período;**

A exposição aos riscos financeiros traduz a política de investimento da Companhia, enquadrada por critérios de prudência na selecção de activos, próprios da actividade seguradora, conforme nota 4.3.

**e) Análise da maturidade dos passivos financeiros que indique as maturidades contratuais restantes e uma descrição da forma como a empresa gere o correspondente risco de liquidez;**

A Companhia procedeu em 31 de Dezembro de 2009 a uma emissão de obrigações subordinadas no montante de Euros 18 milhões, de prazo indeterminado, as quais foram integralmente subscritas pela Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A. O vencimento dos juros é semestral e a taxa aplicável é a Euribor a 6 meses + 100bp. Ver nota 20 - Custos de financiamento.

Em 30 de Dezembro de 2011 a Companhia procedeu adicionalmente à emissão de obrigações subordinadas no montante de Euros 2,5 milhões, de prazo indeterminado, as quais foram integralmente subscritas pela Caixa Económica Montepio Geral. O vencimento dos juros é semestral e a taxa aplicável é a Euribor a 6 meses + 250bp. Ver nota 20 - Custos de financiamento.

Após o final do 5º ano de vida de ambos os empréstimos, e posteriormente, em cada data de pagamento de juros, a emitente poderá reembolsar os empréstimos obrigacionistas na sua globalidade, ao par, mediante pré-aviso da sua iniciativa, com antecipação de cinco anos em relação à data do reembolso.

A Companhia possui igualmente, em 31 de Dezembro de 2011, uma conta corrente caucionada e um empréstimo no Montepio Geral, no montante de Euros 10 milhões, tendo sido liquidada a primeira em Janeiro de 2012.

## 7. Investimentos em filiais e associadas

**7.1. Indicação, quando aplicável, que se trata de demonstrações financeiras separadas, identificação da empresa-mãe e da empresa-mãe de topo da Companhia e listagem dos investimentos significativos em filiais, entidades conjuntamente controladas e associadas, incluindo o nome, o país de constituição ou domicílio, percentagem do capital e, se for diferente, a percentagem de direitos de voto detidos; assim como, descrição do método utilizado para contabilizar esses investimentos.**

As presentes demonstrações financeiras de que fazem parte estas notas às contas, são demonstrações financeiras individuais. A Companhia prepara igualmente demonstrações financeiras consolidadas.

O detalhe dos Investimentos em filiais e associadas é apresentado como segue:

Empresa Morada	Fracção de Capital Detida	Valor Contabilístico	Empresa-Mãe	Empresa-Mãe Topo Grupo	Capitais Próprios	Ano	Resultado
Soc.Portuguesa de Administrações, S.A. Av.Eng.Duarte Pacheco, T2 8º/Sala 5-Lisboa	80,63%	590	Lusitania	Montepio	1.302	2010	5
Clínica Serv.Médicos Comp.Belém, S.A R.Manuel Mª Viana -Lisboa	24,50%	257	José Mello Saúde	José Mello Saúde	1.575	2010	29
N-Seguros Zona Industrial da Maia 1 - Maia	100,00%	12.500	Lusitania	Montepio	(4.650)	2011	(2.880)
Mutuamar Formação Av. António Augusto Aguiar, 23 - R/C	100,00%	50	Lusitania	Montepio	(107)	2010	(23)

As participações financeiras estão registadas ao custo de aquisição deduzidas de perdas por imparidade.

Em 31 de Dezembro de 2011, conforme evidenciado no quadro acima, os capitais próprios da N Seguros encontram-se negativos em Euros 4.650 milhares. É convicção da Administração da Companhia, com base no plano de negócios elaborado para aquela filial, que os montantes de Euros 12.500 milhares, Euros 9.000 milhares e Euros 2.500 milhares, relativos, respectivamente, à participação financeira de 100% detida na N Seguros, a um empréstimo subordinado e a uma prestação suplementar concedidos, serão recuperáveis. A determinação do valor recuperável da N Seguros foi efectuada tendo por base o plano de negócios aprovado pela Administração e tendo em consideração uma taxa de desconto de 12%.

Apesar da N Seguros apresentar capitais próprios negativos importa referir que cumpre com os requisitos mínimos de solvência exigidos pelo Instituto de Seguros de Portugal.



A Companhia, aquando da apresentação de demonstrações financeiras consolidadas, procede à consolidação integral da sua filial N Seguros, não procedendo à consolidação integral, nem pelo método da equivalência patrimonial, das suas participações nas restantes filiais e associada, em função da imaterialidade dos valores respectivos, os quais não seriam passíveis, uma vez considerados, de influenciar as decisões económicas dos utilizadores das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

## **8. Caixa e equivalentes e depósitos à ordem**

### **8.1. Descrição dos componentes de caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem, e reconciliação das quantias incluídas na demonstração de fluxos de caixa com os itens equivalentes relatados no balanço.**

	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Numerário	45.478	40.009
Depósitos à ordem	8.394.149	4.128.736
<b>Total</b>	<b>8.439.627</b>	<b>4.168.745</b>

## **9. Terrenos e edifícios**

### **9.1. Identificação do modelo de valorização aplicado.**

O modelo de valorização utilizado para os terrenos e edifícios de uso próprio é o Modelo do Custo. Para os terrenos e edifícios de rendimento é utilizado o Modelo do Justo Valor.

### **9.2. Descrição dos critérios utilizados para distinguir terrenos e edifícios de rendimento de terrenos e edifícios de uso próprio.**

Na distinção entre terrenos e edifícios de rendimento e terrenos e edifícios de uso próprio, a Companhia utiliza os critérios de classificação que constam, respectivamente, nos IAS 16 e 40. Assim, para tal distinção entre uso próprio e rendimento no que diz respeito à classe de terrenos e edifícios, a Companhia adota o princípio da recuperabilidade do activo. Deste modo, e para os imóveis cuja recuperabilidade seja por via da obtenção de rendas ao invés do seu uso continuado, a Companhia classifica-os como imóveis de rendimento, utilizando os critérios de mensuração do IAS 40. Por sua vez, para os imóveis cujo principal fim seja o seu uso continuado, a Companhia classifica-os como imóveis de uso próprio, aplicando nesse caso, os critérios de mensuração subsequente que constam do IAS 16.

#### *Modelo de justo valor*

### **9.3. Indicar em que medida o justo valor do terreno e edifício de rendimento se baseia numa valorização de um avaliador independente que possua uma qualificação profissional reconhecida e relevante e que tenha experiência recente na localização e na categoria da propriedade que está a ser valorizada.**

O valor dos terrenos e edifícios de rendimento avaliados é, segundo o critério utilizado pelo perito independente, de acordo com a norma regulamentar nº 16/99-R do Instituto de Seguros de Portugal e baseia-se em visita ao local e mercado imobiliário da zona. O método utilizado é aquele que, na opinião do perito, melhor se adequa a cada caso concreto.

No exercício de 2011 e de acordo com as informações recolhidas junto dos peritos avaliadores a quem a Companhia normalmente recorre, não seriam expectáveis oscilações significativas dos valores de

mercado deste tipo de activos, pelo que não foram efectuadas avaliações à totalidade dos imóveis de rendimento detidos, mas tão somente a alguns, com impacto positivo de cerca de Euros 418 milhares (ver nota 37.4 – Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro).

**9.5. Reconciliação entre as quantias escrituradas do terreno e edifício no início e no fim do período, evidenciando:**

**a) Adições, divulgando separadamente as adições resultantes de aquisições e as resultantes de dispêndio subsequente reconhecido na quantia escriturada de um activo;**

Descrição	Saldo inicial		Aumentos		Transf. / Benfeitorias	Alienações		Saldo final	
	Valor de aquisição	Valor de balanço	Aquisições	Reavaliações e diminuições de valor	Valor	Valor de aquisição	Valor de balanço	Valor de aquisição	Valor de balanço
<b>De rendimento</b>									
Terrenos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Edifícios	24.154.602	25.518.179	3.738.600	418.070	741.592	890.000	863.279	27.744.794	29.553.162
<b>Total</b>	<b>24.154.602</b>	<b>25.518.179</b>	<b>3.738.600</b>	<b>418.070</b>	<b>741.592</b>	<b>890.000</b>	<b>863.279</b>	<b>27.744.794</b>	<b>29.553.162</b>

*Modelo do custo*

**9.6. Indicação dos critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta, dos métodos de depreciação utilizados e das vidas úteis ou das taxas de depreciação usadas.**

No reconhecimento inicial dos valores dos terrenos e edifícios de serviço próprio, a Companhia utilizou o custo de aquisição original, atribuindo aos respectivos terrenos 30% do valor, de acordo com o disposto na IAS 16. Ao nível da mensuração subsequente, a Companhia opta pelo estabelecimento de uma vida útil que seja capaz de espelhar o tempo estimado de obtenção de benefícios económicos, depreciando o bem por esse período. A vida útil de cada imóvel é revista em cada data de relato financeiro.

No que respeita ao método de depreciação, a Companhia utiliza o método linear, dado que é o que melhor reflecte o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos do activo. Esse método é aplicado consistentemente, a toda a classe de activos.

A Companhia realiza ainda, a cada data de reporte, testes de imparidade para averiguar se o valor escriturado do activo excede o seu valor recuperável. No caso de a diferença entre o valor recuperável e o valor escriturado do activo ser negativa, é reconhecida uma perda por imparidade nesse montante. Na aplicação deste procedimento, a Companhia aplica a metodologia constante do IAS 36 em articulação com o IAS 16.

Vidas úteis ou taxas de depreciação usadas evidenciadas na nota 3.1 g).

**9.7. Indicação da quantia escriturada bruta e da depreciação acumulada (agregada com as perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período.**

**9.8. Mapa com evolução das quantias escrituradas entre o início e o fim do exercício (incluindo adições e abates).**

Descrição	Saldo inicial							Saldo final	
	Valor de aquisição	Valor de balanço			Depreciações		Transf. / Benfeitorias	Valor de aquisição	Valor de balanço líquido
De serviço próprio		Valor Bruto	Amortizações	Valor líquido	Do Exercício	Acumuladas			
Terrenos	3.215.420	7.486.605	-	7.486.605	-	-	-	3.215.420	7.486.605
Edifícios	32.881.717	40.665.965	2.344.429	38.321.536	665.124	3.009.553	50.378	32.932.095	37.706.790
Total	36.097.137	48.152.570	2.344.429	45.808.141	665.124	3.009.553	50.378	36.147.515	45.193.395

**9.9. Indicação do justo valor dos terrenos e edifícios de rendimento, sem prejuízo dos casos específicos considerados na nota 9.19.**

Ver Nota 9.5 a)

**9.17. Identificação das quantias reconhecidas em ganhos e perdas relativas a:**

**a) Rendimentos de rendas de terrenos e edifícios de rendimento;**

No exercício de 2011 os proveitos provenientes dos edifícios de rendimento totalizaram o montante de Euros 420.820 (2010: Euros 328.555).

**b) Gastos operacionais directos (incluindo reparações e manutenção) separados por terrenos e edifícios de rendimento que geraram rendimentos de rendas durante o período e terrenos e edifícios de rendimento que não geraram rendimentos de rendas durante o período;**

Em 31 de Dezembro de 2011, os gastos operacionais em imóveis de rendimentos ascendeu ao montante de Euros 297.328 (2010: Euros 430.229).

**10. Outros activos fixos tangíveis (excepto terrenos e edifícios)**

*Modelo do custo*

**10.1. Indicação dos critérios de mensuração usados para determinar a quantia escriturada bruta, dos métodos de depreciação utilizados e das vidas úteis ou das taxas de depreciação usadas.**

No reconhecimento inicial dos valores dos outros activos tangíveis, a Companhia capitaliza o valor de aquisição adicionado de quaisquer encargos necessários para o funcionamento correcto de um dado activo, de acordo com o disposto no IAS 16. Ao nível da mensuração subsequente, a Companhia opta pelo estabelecimento de uma vida útil que seja capaz de espelhar o tempo estimado de obtenção de benefícios económicos, depreciando o bem por esse período. A vida útil de cada bem é revisto a cada data de relato financeiro.

Sempre que haja evidência objectiva que o valor escriturado dos activos tangíveis excede o seu valor de mercado, é reconhecida uma perda por imparidade pela diferença, de acordo com a metodologia proposta pelo IAS 36 em articulação com o IAS 16.

No que respeita ao método de depreciação, a Companhia utiliza o método linear, uma vez que é o que melhor reflecte o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos do activo. Esse método é aplicado, consistentemente, a toda a classe de activos.

Vidas úteis ou taxas de depreciação usadas evidenciadas na nota 3.1 g).

**10.2. Indicação da quantia escriturada bruta e da depreciação acumulada (agregada com as perdas por imparidade acumuladas) no início e no fim do período; Reconciliação entre as quantias escrituradas dos activos tangíveis no início e no fim do período;**

Os movimentos ocorridos no exercício de 2011 relativos a outros activos fixos tangíveis são analisados como segue:

	Saldo Inicial		Aumentos			Depreciações + Imparidade			Saldo Final		
	Valor Bruto	Depreciações/ Imparidade	Valor Líquido	Aquisições	Transferências/ Abates	Alienações	Reforço	Regularizações	Valor Bruto	Depreciações/ Imparidade	Valor Líquido
Equipamento Administrativo	6.782.438	6.007.297	775.141	511.750	-	-	431.996	-	7.294.188	6.439.293	854.895
Máquinas e Ferramentas	1.033.692	954.866	78.826	20.578	-	-	40.198	-	1.054.270	995.064	59.206
Equipamento Informático	6.591.877	5.742.286	849.591	1.101.898	126.359	24.447	817.803	44.844	7.795.687	6.515.245	1.280.442
Instalações interiores	1.356.645	1.166.012	190.634	30.132	-	-	151.945	-	1.386.777	1.317.957	68.820
Material de Transporte	329.454	298.176	31.278		24.333	-	21.674	-	353.787	319.850	33.937
Patrimônio Artístico	5.346.922	-	5.346.922	115.321	-	4.332.017	-	-	1.130.226	-	1.130.226
Outras imobilizações corpóreas	1.274.025	881.930	392.095	-	-	-	442	-	1.274.025	882.372	391.653
Equipamentos em Locação Financeira	504.556	370.560	133.996	-	(195.537)	-	56.427	-	309.019	426.987	(117.968)
Imobilizações em curso	89.241	-	89.241	997.306	(1.038.895)	-	-	-	47.652	-	47.652
Total	23.308.850	15.421.127	7.887.724	2.776.985	(1.083.740)	4.356.464	1.520.485	44.844	20.645.631	16.896.768	3.748.863

**11. Afecção dos investimentos e outros activos**

As rubricas de investimentos e outros activos apresentavam a seguinte composição de acordo com a respectiva afectação:

	2011		
	Afectos	Líves	Total
Caixa e equivalentes	8.439.627	-	<b>8.439.627</b>
Terrenos e edifícios	73.016.036	1.730.521	<b>74.746.557</b>
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	846.268	12.550.000	<b>13.396.268</b>
Activos financeiros detidos para negociação	3.085.303	-	<b>3.085.303</b>
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas	5.914.292	-	<b>5.914.292</b>
Activos financeiros disponíveis para venda	137.625.550	5.906.591	<b>143.532.141</b>
Empréstimos e contas a receber	15.147.270	26.878.499	<b>42.025.769</b>
Activos a deter até à maturidade	62.871.239	-	<b>62.871.239</b>
Outros Activos	-	189.820.414	<b>189.820.414</b>
<b>TOTAL</b>	<b>306.945.585</b>	<b>236.886.025</b>	<b>543.831.610</b>

	2010		
	Afectos	Líves	Total
Caixa e equivalentes	4.168.745	-	<b>4.168.745</b>
Terrenos e edifícios	70.020.526	1.305.794	<b>71.326.320</b>
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	13.346.268	1.901.310	<b>15.247.578</b>
Activos financeiros detidos para negociação	6.693.786	-	<b>6.693.786</b>
Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial a justo valor através de ganhos e perdas	15.060.130	-	<b>15.060.130</b>
Activos financeiros disponíveis para venda	215.632.008	368.446	<b>216.000.454</b>
Empréstimos e contas a receber	15.636.270	25.315.639	<b>40.951.909</b>
Activos a deter até à maturidade	-	-	<b>-</b>
Outros Activos	4.844.150	181.772.567	<b>186.616.717</b>
<b>TOTAL</b>	<b>345.401.883</b>	<b>210.663.756</b>	<b>556.065.639</b>

## 12. Activos intangíveis

### 12.1. Identificação do modelo de valorização aplicado.

O software e as despesas em edifícios arrendados encontram-se valorizados ao custo deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas de imparidade.

Como resultado da aquisição da Real Seguros e decorrendo da aplicação da IFRS 3, Concentrações de actividades empresariais, a Companhia reconheceu o valor da carteira adquirida à Real Seguros, por referência à respectiva data de tomada de controlo daquela Companhia (2 de Novembro de 2009). O valor da carteira foi determinado através da actualização dos “cash-flows” futuros associados às apólices em vigor à data da aquisição, incluindo um ajustamento que reflecte o custo do capital investido no negócio adquirido. O valor da carteira é sujeito a testes de recuperabilidade no final de cada período de reporte por forma a apurar que o valor capitalizado não excede o valor presente dos lucros futuros. A Companhia amortiza o valor da carteira durante a vida útil dos contratos (apólices) adquiridos, na proporção dos lucros futuros esperados.

O *Goodwill* registado corresponde à aquisição de negócios abaixo identificados entretanto fusionados na Companhia, como segue:

	milhares de euros
	2011
Genesis	1.123
Royal & Sun Alliance	2.860
Real Seguros	14.691
<b>Total</b>	<b>18.674</b>

A imparidade do *Goodwill* foi verificada tendo por base o *business plan* aprovado pela gestão assumindo um crescimento de 2% na perpetuidade e uma taxa de desconto de 12%, não havendo necessidade de proceder ao registo de quaisquer perdas.

### 12.3. Prestação da seguinte informação, para cada classe de activo intangível, distinguindo entre os activos intangíveis gerados internamente e outros activos intangíveis:

- a) Se as vidas úteis são indefinidas ou finitas e, se forem finitas, as vidas úteis ou as taxas de amortização usadas;

	Vida útil finita	Taxa de amortização
Despesas com Aplicações Informáticas	Sim	33,33%
Carteira de Negócios da Real Seguros	Sim	Ver nota 12.1
Despesas em Edifícios Arrendados	Sim	33,33%

- b) Os métodos de amortização usados para activos intangíveis com vidas úteis finitas;

Com excepção do activo referente à Carteira de negócios da Real, as amortizações são calculadas com base no método das quotas constantes, de acordo com a vida útil estimada.

Descrição	Saldo Inicial			Aquisições	Transferências	Reforço Amortizações	Saldo Final		
	Valor Bruto	Amort. Acumulada	Valor Líquido				Valor Bruto	Amort. Acumulada	Valor Líquido
Despesas com Aplicações Informáticas	822.404	738.207	84.197	235.336	-	137.624	1.057.740	875.831	181.909
Carteira de Negócios da Real Seguros	17.326.816	1.019.363	16.307.453	-	-	2.071.819	17.326.816	3.091.182	14.235.634
Despesas em edifícios arrendados	-	-	-	-	2.731.674	145.650	2.731.674	145.650	2.586.024
Activos Intangíveis em Curso	2.240.522	-	2.240.522	566.496	(2.731.674)	-	75.344	-	75.344
<b>Total</b>	<b>20.389.742</b>	<b>1.757.570</b>	<b>18.632.172</b>	<b>801.832</b>	<b>-</b>	<b>2.355.093</b>	<b>21.191.574</b>	<b>4.112.663</b>	<b>17.078.911</b>

- d) Os itens de cada linha da conta de ganhos e perdas em que qualquer amortização de activos intangíveis esteja incluída;

A amortização anual dos activos intangíveis atingiu o valor de Euros 2.355 milhares e foi imputada às funções custos com sinistros (Euros 734 milhares), custos de aquisição (Euros 1.356 milhares) e gastos administrativos (Euros 265 milhares).

- e) A quantia escriturada e o período de amortização restante de qualquer activo intangível individual que seja material;

O valor remanescente do valor da carteira da Real, será amortizado como segue:

Anos	Amortizações
2012	1.782.341
2013	1.503.211
2014	1.264.768
2015	1.241.717
2016	967.923
2017	936.950
2018	840.300
2019	764.823
2020	707.265
2021	664.997
2022	634.878
2023	567.024
2024	507.274
2025	437.047
2026	363.463
2027	355.813
2028	322.128
2029	373.711

### 13. Outras provisões e ajustamentos de contas do activo

#### 13.1. Desdobramento das contas de ajustamentos e outras provisões pelas respectivas subcontas, conforme quadros seguintes:

	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
490 - Ajustamentos de recibos por cobrar	1.882.379	277.705	-	2.160.084
491 - Ajustamentos de créditos de cobrança duvidosa	2.212.551	1.016.851	512.282	2.717.120
<b>Total</b>	<b>4.094.930</b>	<b>1.294.556</b>	<b>512.282</b>	<b>4.877.204</b>

	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
492 - Outras provisões	6.000.252	-	1.405.907	4.594.345
<b>Total</b>	<b>6.000.252</b>	<b>-</b>	<b>1.405.907</b>	<b>4.594.345</b>

#### 13.2. Descrição da natureza da obrigação e do momento de ocorrência esperado de quaisquer exfluxos de benefícios económicos resultantes dos ajustamentos e provisões constituídos e indicação da incerteza acerca da quantia e/ou do momento de ocorrência desses exfluxos, assim como, a quantia de qualquer reembolso esperado com referência a qualquer activo que tenha sido reconhecido no âmbito desse reembolso;

Os ajustamentos de recibos por cobrar têm como objectivo fazer face a perdas resultantes da não cobrança destes activos.

No que diz respeito aos ajustamentos de crédito de cobrança duvidosa a mesma é constituída de acordo as exigências do normativo fiscal, e destina-se a acautelar incobrabilidade de activos.

Relativamente às outras provisões, importa referir que em 31 de Dezembro de 2011 esta rubrica inclui o montante de Euros 814.081 (2010: Euros 913.735) referente a uma provisão para contingências fiscais.

### 13.3. Indicação, relativamente a contratos de seguro com garantias suspensas por falta de pagamento de prémios, do seguinte:

O valor dos prémios associados a contratos com garantias suspensas pode ser analisado como segue:

	2011	2010
Lusitania	4.713.215	4.797.922
<b>Total</b>	<b>4.713.215</b>	<b>4.797.922</b>

## 14. Prémios de contratos de seguro

### 14.1. Indicação dos prémios reconhecidos resultantes de contratos de seguro.

Em 31 de Dezembro de 2011 a Companhia reconheceu, em Ganhos e Perdas, prémios resultantes de contratos de seguro, no montante de Euros 246.982.825 (2010: Euros 234.855.298).

### 14.3. Discriminação de alguns valores relativos ao seguro não-vida entre seguro directo e resseguro aceite e, dentro do seguro directo, entre os vários ramos/grupos de ramos, conforme Anexo 4.

	2011	2010
Ramos / Grupos de ramos	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos emitidos
<b>SEGURO DIRECTO</b>		
ACIDENTES E DOENÇA	71.378.483	75.786.294
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	43.671.927	43.762.728
AUTOMÓVEL	-	-
- RESPONSABILIDADE CIVIL	71.653.086	62.713.685
- OUTRAS COBERTURAS	38.923.666	35.210.243
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	9.055.555	5.528.758
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	5.722.716	6.244.117
CRÉDITO E CAUÇÃO	296.517	184.015
PROTECÇÃO JURÍDICA	1.784.675	1.551.025
ASSISTÊNCIA	403.725	367.083
DIVERSOS	584.301	1.024.728
<b>TOTAL</b>	<b>243.474.651</b>	<b>232.372.676</b>
<b>RESSEGURO ACEITE</b>	3.508.174	2.482.622
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>246.982.825</b>	<b>234.855.298</b>

## 16. Rendimentos / réditos de investimentos

### 16.1. Descrição das políticas contabilísticas adoptadas para o reconhecimento dos réditos.

Ver Nota 3.1 a)

**16.2. Indicação, por categoria de investimento, da quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o proveniente, nomeadamente, de juros, royalties e dividendos.**

Os rendimentos de investimentos são apresentados como segue:

	2011	2010
Activos financeiros ao justo valor por via de resultados		
Juros	636.197	642.971
Activos financeiros disponíveis para venda	-	
Dividendos	929.477	1.072.247
Juros	3.131.051	4.467.232
Activos financeiros detidos até à maturidade	2.885.460	-
Depósitos à ordem e a prazo	243.048	262.534
Outros	921.714	1.184.537
<b>Total</b>	<b>8.746.947</b>	<b>7.629.521</b>

**17. Ganhos e perdas realizados em investimentos**

Os ganhos e perdas realizados por via da respectiva alienação e reajustamentos, por categoria de investimento, podem ser analisados como segue:

	2011	2010
Activos detidos para negociação	843.936	34.331
Activos financeiros disponíveis para venda	1.518.449	660.869
Investimentos a deter até à maturidade	683.148	-
<b>Total</b>	<b>3.045.533</b>	<b>695.200</b>

**18. Ganhos e perdas provenientes de ajustamentos de justo valor em investimentos**

Indicação, por categoria de investimento, da quantia dos ganhos e perdas provenientes de ajustamentos de justo valor, são como segue:

	2011	2010
Activos Financeiros detidos para negociação		
Perdas	(1.916.276)	(353.332)
Ganhos	731.064	64.216
Activos Financeiros classificados ao justo valor no reconhecimento inicial através de Ganhos e Perdas		
Perdas	(927.870)	(858.949)
Ganhos	1.039.872	1.160.269
<b>Total</b>	<b>(1.073.210)</b>	<b>12.204</b>

**19. Ganhos e perdas em diferenças de câmbio**

As diferenças de câmbio reconhecidas nos resultados excepto as que resultem de instrumentos financeiros valorizados pelo justo valor através dos resultados, ascendem, em 31 de Dezembro de 2011, ao montante de Euros 12.716 (2010: Euros 18.882).



Estas diferenças são resultantes da conversão em Euros de valores activos e passivos, expressos em moeda estrangeira, excepto as provisões técnicas e os investimentos. Encontram-se registados nas contas outros proveitos e gastos não técnicos.

## 20. Custos de Financiamento

Durante o exercício de 2011 a Companhia registou custos de financiamento no montante de Euros 455.994 relativamente às obrigações subordinadas de prazo indeterminado, por subscrição particular, no montante global de Euros 20,5 milhões. Estas obrigações foram integralmente subscritas pela Lusitania Vida, Companhia de Seguros, S.A. e Caixa Económica Montepio Geral pelos montantes de Euros 18 milhões e Euros 2,5 milhões, respectivamente.

## 21. Gastos diversos por função e natureza

### 21.1. Análise dos gastos usando uma classificação baseada na sua função, nomeadamente, para aquisição de contratos de seguro e investimento (aquisição e administrativos), custos com sinistros e custos com investimentos.

Os custos imputados às funções, são analisados como segue:

	2011			2010		
	Conta técnica	Conta não técnica	Total	Conta técnica	Conta não técnica	Total
Custos com sinistros	9.892.778	-	9.892.778	12.001.576	-	12.001.576
Custos de aquisição	11.906.550	-	11.906.550	15.269.883	-	15.269.883
Custos administrativos	18.296.006	-	18.296.006	18.826.653	-	18.826.653
Custos gestão dos investimentos	1.702.613	78.951	1.781.564	1.473.709	84.262	1.557.971
<b>Total</b>	<b>41.797.947</b>	<b>78.951</b>	<b>41.876.898</b>	<b>47.571.821</b>	<b>84.262</b>	<b>47.656.083</b>

## 21.2. Análise dos gastos usando uma classificação baseada na sua natureza (e.g. depreciações, imparidade, benefícios de empregados).

Os gastos por natureza são apresentados como segue:

	2011	2010
<b>Gastos com Pessoal</b>	<b>20.753.463</b>	<b>24.706.498</b>
<b>Fornecimentos e serviços externos:</b>		
Trabalhos especializados	3.878.679	5.184.991
Rendas e Alugueres	2.993.202	3.549.062
Comunicações	2.236.487	2.955.247
Conservação e Reparação	670.990	902.836
Publicidade e Propaganda	585.289	780.987
Deslocações, estadas e despesas de representação	285.415	443.658
Impressos	190.648	306.581
Material de escritório	67.832	210.394
Quotizações	219.180	177.691
Custos com cobrança de prémios	318.571	271.352
Seguros	155.994	149.160
Contencioso e Notariado	67.594	65.054
Electricidade	378.255	383.761
Limpeza, higiene e conforto	429.840	446.085
Vigilância e segurança	215.814	191.275
Outros	574.634	1.076.698
	<b>13.268.424</b>	<b>17.094.832</b>
<b>Impostos e taxas</b>	<b>1.788.940</b>	<b>1.237.539</b>
<b>Amortizações do exercício:</b>		
Activos Intangíveis	2.355.093	1.162.392
Activos tangíveis:		
Terrenos e Edifícios de uso próprio	665.124	754.725
Outros activos tangíveis	1.520.487	1.447.124
	<b>4.540.704</b>	<b>3.364.241</b>
<b>Provisões</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Juros Suportados</b>	<b>994.908</b>	<b>665.756</b>
<b>Comissões</b>	<b>530.459</b>	<b>587.217</b>
<b>Total</b>	<b>41.876.898</b>	<b>47.656.083</b>

## 22. Gastos com pessoal

### 22.1. Indicação do número médio de trabalhadores ao serviço no exercício, ventilado por categorias profissionais.

Em 31 de Dezembro de 2011 a Companhia tinha 656 trabalhadores ao seu serviço, tendo o número médio de colaboradores ao serviço da Lusitania, no ano de 2011, sido de 654 distribuídos pelas seguintes categorias profissionais:

Categoria	Nível CCT	2011	2010
Dirigentes		3	3
Directores Coordenadores	XVI	9	9
Directores de Serviço	XV	30	31
Chefes de Serviço	XIV	66	66
Quadro Técnico	XIII E XII	35	33
Ch. Secção e equiparados	XII	75	81
Subchefes de Secção e Equiparados	XI	106	108
Escriturários e Equiparados	X E IX	287	286
Emp. Serv. Gerais e Telefonistas	VIII, V, II E I	13	12
Escriturários Estag e equiparados	IV	26	23
Apendices ao C.C.T.	X, VI E IV	4	4
<b>TOTAL</b>		<b>654</b>	<b>656</b>

**22.2. Indicação do montante das despesas com o pessoal referentes ao exercício, assim discriminadas:**

	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Remunerações		
- dos órgãos sociais	521.113	667.876
- do pessoal	15.402.215	18.848.106
Encargos sobre remunerações	3.772.984	4.014.462
Benefícios pós-emprego	-	-
- Planos de contribuição definida	-	-
- Planos de benefícios definidos	148.707	280.596
Outros benefícios a longo prazo dos empregados	-	-
Benefícios de cessação de emprego	37.397	13.224
Seguros obrigatórios	120.391	215.210
Gastos de acção pessoal	385.517	366.003
Outros gastos com pessoal	365.139	301.021
<b>Total</b>	<b>20.753.463</b>	<b>24.706.498</b>

**23. Obrigações com benefícios dos empregados**

**23.1. Para cada plano de contribuição definida, prestação de informação considerada relevante para a compreensão quer do plano, quer da evolução das quantias registadas nas contas face a exercícios anteriores, nomeadamente:**

A Companhia não detém, como benefício aos seus empregados, qualquer plano de contribuição definida.

**23.2. Para cada plano de benefício definido, prestação de informação considerada relevante para a compreensão quer do plano, quer da evolução das quantias registadas nas contas face a exercícios anteriores, nomeadamente:**

**a) A política contabilística da entidade para reconhecer ganhos e perdas actuariais, bem como o custo corrigido de serviços passados;**

Para efeito de aplicação da IAS 19 – Benefícios aos empregados, o custo associado a planos de benefícios atribuídos aos empregados deve ser reconhecido quando o respectivo benefício é auferido, isto é, à medida que o empregado vai prestando serviços, sendo que o diferencial entre o valor das responsabilidades assumidas e o justo valor dos activos que financiam essa responsabilidade deverá estar relevado no balanço da Companhia.

Note-se que o gasto, para efeito da IAS 19, não corresponde necessariamente ao valor que a Companhia entrega anualmente ao Fundo, mas sim ao somatório do custo dos serviços correntes, custo dos juros e o retorno esperado dos activos do plano.

A Companhia contabilizava os ganhos e perdas actuariais de acordo com o método do “corredor” em que os ganhos e perdas actuariais acumulados diferidos em balanço no início do ano, que excediam 10% do maior de entre (i) o total das responsabilidades e (ii) do valor do fundo, também reportados ao início do ano, eram imputados a resultados durante um período que não podia exceder o período de serviços remanescente dos trabalhadores abrangidos pelo plano. Os ganhos e perdas actuariais acumulados que se situassem dentro do referido limite (10%), não eram reconhecidos em resultados.

Conforme referido nas políticas contabilísticas, a Companhia, de acordo com as opções permitidas pelo IAS 19 Benefícios a empregados, optou por uma alteração da política contabilística associada ao reconhecimento dos desvios actuariais passando a reconhecer os desvios actuariais por contrapartida de reservas.

**b) Uma descrição geral do plano, com indicação dos benefícios assegurados, do prazo esperado de liquidação dos compromissos assumidos e do grupo de pessoas abrangidas;**

**Descrição geral do plano e grupo de pessoas abrangidas:**

O Fundo de Pensões Lusitania suporta dois Planos de Benefício Definido distintos:

- Um Plano estabelecido no Contrato Colectivo de Trabalho da Actividade Seguradora em vigor, para todos os trabalhadores que compõem o quadro de pessoal permanente da Lusitania Vida, bem como todos os trabalhadores pré-reformados que se encontrem a receber uma pensão de pré-reforma.
- Um Plano abrangendo os membros do Conselho de Administração que tendo exercido funções na actividade seguradora, tenham o direito às suas pensões complementares de reforma, aprovado em Assembleia-Geral.

**Indicação dos benefícios assegurados**

As responsabilidades da Companhia estão financiadas por um Fundo de Pensões.

Os principais pressupostos considerados nos estudos actuariais, para 31 de Dezembro de 2011 e 2010, utilizados para determinar o valor actualizado das pensões para os colaboradores são as seguintes:

<b>Pressupostos Demográficos</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Tábua de Mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de Invalidez	Suisse Re 2001	Suisse Re 2001
Percentagem de Pré-Reformas previsíveis	0%	2%
Idade Normal de Reforma (INR)	65 anos	65 anos
<b>Pressupostos Financeiros</b>	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Taxa Técnica de Desconto (período activo)	5,00%	5,50%
Taxa Técnica de Desconto (período de reforma)	4,50%	4,50%
Taxa de Rendimento do Fundo	5,00%	5,50%
Taxa de Crescimento Salarial	2,25%	2,75%
Taxa de Revalorização Salarial (Seg. Social)	2,25%	2,75%
Taxa de Crescimento das Pensões	2,00%	2,00%

A taxa de desconto das responsabilidades do período activo foi determinada tendo em linha de conta o preceituado na IAS 19.

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, o número de participantes abrangidos pelo plano de benefícios é analisado como segue:

	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Activos	455	447
Reformados	86	84
<b>TOTAL</b>	<b>541</b>	<b>531</b>

Os activos e responsabilidades reconhecidos em balanço são analisados como segue:

	2011	2010
<b>Activos/ (responsabilidades) líquidas reconhecidas em balanço</b>		
Responsabilidades em 31 de Dezembro		
Pensionistas	(3.162.648)	(3.368.921)
Activos	(5.929.296)	(6.336.813)
	<b>(9.091.944)</b>	<b>(9.705.734)</b>
<b>Saldo do fundo em 31 de Dezembro</b>	<b>9.261.045</b>	<b>9.646.122</b>
<b>Activos/ (responsabilidades) líquidas em balanço em 31 de Dezembro</b>	<b>169.101</b>	<b>(59.612)</b>

A responsabilidade do plano de benefícios, a qual em 31 de Dezembro de 2011 ascende ao montante de Euros 9.091.944 (2010: Euros 9.705.734), encontra-se financiada por um fundo de pensões no valor de Euros 9.261.045 (2010: Euros 9.646.122), o que representa um nível de financiamento de 102% (2010: 99%).

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, as responsabilidades são detalhadas como segue:

	2011	2010
<b>Responsabilidades em 1 de Janeiro</b>	<b>9.705.734</b>	<b>9.382.073</b>
Custo do serviço corrente	177.400	178.749
Custo dos juros	453.613	492.226
Ganhos e (perdas) actuariais nas responsabilidades	(918.445)	(15.556)
Benefícios pagos	(326.358)	(331.758)
<b>Responsabilidades em 31 de Dezembro</b>	<b>9.091.944</b>	<b>9.705.734</b>

Importa referir que, em 23 de Dezembro de 2011, foi aprovado um novo Contrato Colectivo de Trabalho dos Seguros que vem alterar um conjunto de benefícios anteriormente definidos, deixando estes colaboradores de estarem abrangidos por um plano de benefício definido para passarem a ter um plano de contribuição definida.

Relativamente à alteração do plano e tendo em consideração que o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no activo será convertido em contas individuais desses trabalhadores, integrando o respectivo plano individual de reforma, de acordo com o IAS 19, a Companhia irá proceder à liquidação da responsabilidade ("settlement") durante o ano de 2012.

A evolução dos activos do fundo de pensões nos exercícios de 2011 e 2010 pode ser analisada como segue:

	2011	2010
<b>Saldo do fundo em 1 de Janeiro</b>	<b>9.646.122</b>	<b>7.086.967</b>
Rendimento esperado	482.306	390.379
Ganhos e (perdas) actuariais	(541.025)	(164.824)
Transferências	-	2.665.358
Benefícios pagos	(326.358)	(331.758)
<b>Saldo do fundo em 31 de Dezembro</b>	<b>9.261.045</b>	<b>9.646.122</b>

Os ganhos e perdas actuariais em 2011 e 2010 são apresentados como segue:

	2011	2010
<b>Desvios reconhecidos nas reservas em 1 de Janeiro</b>	<b>(1.359.601)</b>	<b>(1.210.333)</b>
(Ganhos) e perdas actuariais		
- nas responsabilidades	918.445	15.556
- nos activos do plano	(541.025)	(164.824)
<b>Desvios reconhecidos nas reservas em 31 de Dezembro</b>	<b>(982.181)</b>	<b>(1.359.601)</b>

Os activos e passivos líquidos são apresentados e analisados como segue:

	2011	2010
<b>(Activos)/ Passivos a receber ou entregar em 1 de Janeiro</b>	<b>59.612</b>	<b>2.295.106</b>
Ganhos e perdas actuárias das responsabilidades	(918.445)	(15.556)
Ganhos e perdas actuárias dos fundos	541.025	164.824
Encargos do ano:		
- Custo do serviço corrente	177.400	178.749
- Custo dos juros	453.613	492.226
- Rendimento esperado do fundo	(482.306)	(390.379)
Transferências	-	(2.665.358)
<b>(Activos)/ Passivos a receber ou entregar em 31 de Dezembro</b>	<b>(169.101)</b>	<b>59.612</b>

O custo do exercício com pensões de reforma pode ser analisado como segue:

	2011	2010
Custo do serviço corrente	177.400	178.749
Custo dos juros	453.613	492.226
Rendimento esperado do fundo	(482.306)	(390.379)
<b>Custos do exercício</b>	<b>148.707</b>	<b>280.596</b>

Os activos do fundo de pensões podem ser analisados como segue:

	2011	2010
Acções e outros títulos de rendimento variável	367.244	425.950
Títulos de rendimento fixo	8.435.577	8.476.011
Terrenos e edifícios	32.600	32.600
Depósitos em instituições de crédito e Devedores do fundo	425.624	711.561
	<b>9.261.045</b>	<b>9.646.122</b>

A evolução das responsabilidades nos últimos 5 anos é analisada como segue:

	2011	2010	2009	2008	2007
Responsabilidades por benefícios	(9.091.944)	(9.705.734)	(9.382.073)	(6.543.775)	(6.157.891)
Justo valor dos activos do fundo	9.261.045	9.646.122	7.086.967	6.414.043	6.084.071
<b>Activos/(responsabilidades) líquidas no balanço</b>	<b>169.101</b>	<b>(59.612)</b>	<b>(2.295.106)</b>	<b>(129.732)</b>	<b>(73.820)</b>

## Plano Individual de Reforma (PIR)

De acordo com o n.º 1 da cláusula 48ª do novo CCT, "todos os trabalhadores no activo em efectividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, beneficiarão de um plano individual de reforma, em caso de reforma por velhice ou por invalidez concedida pela Segurança Social, o qual substitui o sistema de pensões de reforma previsto no anterior contrato colectivo de trabalho". Ainda de acordo com o novo CCT no n.º 2 da cláusula 48ª "o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados, calculado a 31 de Dezembro de 2011, relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no activo, admitidos até 22 de Junho de 1995, que estavam abrangidos pelo disposto na cláusula 51.ª, n.º 4, do CCT, cujo texto consolidado foi publicado no Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 32, de 29 de Agosto de 2008, será convertido em contas individuais desses trabalhadores, nos termos e de acordo com os critérios que estiverem previstos no respectivo fundo de pensões ou seguro de vida, integrando o respectivo plano individual de reforma".

Face ao exposto, o plano de benefícios definidos será liquidado e o saldo das responsabilidades integralmente financiadas a 31 de Dezembro de 2011 será transferido para um plano individual de reforma, em formato ainda por definir.

## 24. Imposto sobre o rendimento

### 24.1. Os principais componentes de gasto (rendimento) de impostos devem ser divulgados separadamente, devendo incluir nomeadamente:

#### a) Gasto (rendimento) por impostos correntes;

Os impostos correntes e taxas reconhecidos em balanço são analisados como segue:

	2011	2010
IRC - Impostos A recuperar/(A Pagar)	(53.050)	1.029.515
IRS - Retenções na Fonte	(531.328)	(551.475)
IVA - A recuperar/(A Pagar)	(5.547)	(25.277)
Imposto de Selo	(2.450.224)	(2.571.968)
SNBPC	(483.706)	(501.472)
INEM	(865.357)	(907.490)
ISP	(286.209)	(269.999)
FAT	(6.112.075)	(6.045.177)
FGA	(501.469)	(507.385)
Outros Impostos e Taxas	(56.988)	(49.940)
Segurança Social	(337.999)	(305.551)
Impostos Municipais	-	(6.836)
<b>Activos por impostos correntes</b>	<b>-</b>	<b>1.029.515</b>
<b>Passivos por impostos correntes</b>	<b>(11.683.952)</b>	<b>(11.742.570)</b>

#### b) Quaisquer ajustamentos reconhecidos no período de impostos correntes de períodos anteriores;

Foram reconhecidos os seguintes ajustamentos ao imposto corrente de anos anteriores: (i) insuficiência de estimativa de IRC de 2010 no valor de Euros 100 milhares e (ii) correcção de IRC de anos anteriores no valor de Euros 37 milhares (insuficiência).

#### c) Quantia de gasto (rendimento) por impostos diferidos relacionada com a origem e reversão de diferenças temporárias;

Em 31 de Dezembro de 2011 estima-se um imposto corrente sobre o rendimento do exercício no montante de Euros 108 milhares, que corresponde às tributações autónomas e à Derrama Municipal e Derrama Estadual, uma vez que a Companhia tem prejuízos fiscais reportáveis de exercícios anteriores.

O montante de impostos diferidos e correntes reconhecidos nos resultados do exercício pode ser analisado como segue:

	2011	2010
Imposto corrente	108.068	376.365
Imposto diferido	(2.728.721)	1.077.434
<b>Imposto sobre o rendimento do exercício</b>	<b>(2.620.653)</b>	<b>1.453.799</b>

## 24.2 Indicação separada do imposto diferido e corrente agregado relacionado com itens que sejam debitados ou creditado ao capital próprio

Os impostos reconhecidos em reservas são analisados como segue:

	2011	2010
Impostos diferidos	2.871.243	1.531.142
Impostos correntes	-	-
<b>Reserva de reavaliação</b>	<b>2.871.243</b>	<b>1.531.142</b>
Impostos diferidos	394.198	394.198
Impostos correntes	(109.453)	-
<b>Outras reservas</b>	<b>284.745</b>	<b>394.198</b>
<b>Total</b>	<b>3.155.988</b>	<b>1.925.340</b>

## 24.3. Explicitação do relacionamento entre gasto (rendimento) de impostos e lucro contabilístico.

A taxa efectiva de imposto estimada para o exercício é nula, porque o resultado do exercício antes de impostos é negativo. A reconciliação da taxa de imposto é analisada como segue:

	2011	
	Imposto	Taxa
<b>IRC sobre o resultado antes de impostos</b>	<b>729.698</b>	29%
<b>Derrama sobre o resultado antes de impostos</b>	<b>44.137</b>	
<b>Derrama estadual sobre o resultado antes impostos</b>	<b>23.562</b>	
Ajustamentos Fiscais		
Amortizações e reintegrações	58.366	
Dividendos de acções afectas a provisões técnicas	(261.218)	
Taxas autónomas	149.823	
Multas e coimas	4.139	
Benefícios fiscais	41.016	
Provisões e amortizações não aceites	(3.480.108)	
Outros Ajustamentos	133.727	
Créditos Fiscais	(63.795)	
<b>Imposto sobre o rendimento do exercício</b>	<b>(2.620.653)</b>	



**24.7. Indicação para cada tipo de diferença temporária e com respeito a cada tipo de perdas por impostos não usadas e créditos por impostos não usados da:**

**a) Quantia de activos e passivos por impostos diferidos reconhecidos no balanço para cada período apresentado;**

Os saldos das contas de impostos diferidos reconhecidos no balanço são como segue:

	2011	Variação reconhecida em resultados	Variação em Capitais Próprios e outros ajustamentos	2010
<b>Impostos Diferidos activos</b>	<b>17.170.154</b>	<b>1.824.327</b>	<b>1.340.101</b>	<b>14.005.726</b>
POR DIFERENÇAS TEMPORÁRIAS	5.926.839	1.760.533	1.340.101	2.826.205
- Ajustamentos fiscais de transição	282.507	(282.507)	-	565.014
- Provisões não aceites	1.333.685	1.209.723	-	123.962
- Perdas por imparidade	1.045.206	833.317	-	211.889
- Reserva de reavaliação de justo valor	2.871.243	-	1.340.101	1.531.142
- Responsabilidades com benefícios pós-emprego	394.198	-	-	394.198
POR PREJUÍZOS FISCAIS	11.243.315	63.794	-	11.179.521
- Reporte de prejuízos	11.243.315	63.794	-	11.179.521
<b>Impostos Diferidos passivos</b>	<b>(262.400)</b>	<b>904.394</b>	<b>-</b>	<b>(1.166.794)</b>
POR DIFERENÇAS TEMPORÁRIAS	(262.400)	904.394	-	(1.166.794)
- Ajustamentos fiscais de transição	-	-	-	-
- Imóveis	(262.400)	707.284	-	(969.684)
- Reserva de reavaliação de justo valor	-	-	-	-
- Responsabilidades com fundos de pensões	-	197.110	-	(197.110)
<b>Impostos Diferidos Activos / (Passivos) líquidos</b>	<b>16.907.754</b>	<b>2.728.721</b>	<b>1.340.101</b>	<b>12.838.932</b>

Os impostos diferidos activos registados incluem o montante de Euros 11.243 milhares relativo aos prejuízos fiscais apurados pela Real Seguros, antes da operação de fusão. Em resposta ao pedido de autorização para dedução desses prejuízos a Administração Fiscal estipulou um plano de dedução dos prejuízos fiscais que limita a sua dedução a 1,29% dos lucros tributáveis da Lusitania. É convicção da Administração da Companhia, corroborada pelos seus consultores fiscais, que através do exercício dos meios de reacção ao despacho da Administração Fiscal será concedida à Companhia autorização para a dedução integral dos prejuízos reportáveis da Real Seguros. Adicionalmente, encontra-se ainda em apreciação por parte da Administração Fiscal, o requerimento a solicitar a aceitação para efeitos fiscais da depreciação da carteira de seguros proveniente da Real Seguros.

## 25. Capital

### 25.1. Indicação dos objectivos, políticas da gestão do capital da empresa de seguros, descrevendo os respectivos processos implementados.

A margem de solvência exigível, calculada com base no normativo em vigor, em 31 de Dezembro de 2011 é de Euros 38.675 milhares (2010: Euros 39.677 milhares). A cobertura da Margem de Solvência é de 167% (2010: 157%).

### 25.2. Indicação para cada classe de capital em acções:

#### a) Quantidade de acções autorizadas;

Em 31 de Dezembro de 2011 a totalidade do capital da Companhia está representado por 5.200.000 acções nominativas de valor nominal de Euros 26.000.000.

**b) Quantidade de acções emitidas e inteiramente pagas, e emitidas mas não inteiramente pagas;**

Como descrito em a) acima, o capital social da Companhia era, em 31 de Dezembro de 2011, Euros 26.000.000, integralmente realizado e representado por 5.200.000 acções nominativas com o valor nominal de Euros 5 cada. Todas as acções emitidas estão inteiramente pagas.

	2011	2010
Montepio Geral – Associação Mutualista	64,22%	64,22%
Caixa Económica Montepio Geral	25,65%	25,65%
Lusitania Vida Companhia de Seguros, S.A.	5,37%	5,37%
Restantes Accionistas	4,76%	4,76%
<b>Total</b>	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

**c) Valor ao par por acção;**

Em 31 de Dezembro de 2011, o valor nominal de cada acção é de Euros 5.

**d) Reconciliação da quantidade de acções em circulação no início e no fim do período;**

Não ocorreram quaisquer alterações à quantidade de acções em circulação durante o exercício de 2011.

**25.3 Identificação das quantias transaccionadas com os detentores de capital próprio, com divulgação separada das distribuições a esses detentores de capital próprio;**

Ver transacções com detentores do capital próprio divulgadas na nota 29.

**26. Reservas**

**26.1. Descrição da natureza e da finalidade de cada reserva dentro do capital próprio.**

**a) Reservas de reavaliação**

As reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de activos financeiros representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores.

A reserva de reavaliação por revalorização de outros activos tangíveis considera o montante das revalorizações efectuadas no passado, ao abrigo de diplomas legais.

A reserva de reavaliação é analisada como segue:

	2011	2010
Custo amortizado de investimentos disponíveis para venda	155.285.102	222.839.714
Imparidade	(5.937.479)	(1.975.087)
Custo amortizado de investimentos disponíveis para venda líquido de imparidade	149.347.623	220.864.627
Justo valor de investimentos disponíveis para venda	142.469.762	215.246.382
Reserva de justo valor de títulos reclassificados para investimentos a deter até à maturidade	(3.022.976)	-
Reserva de justo valor	(9.900.837)	(5.618.245)
Impostos diferidos e correntes	2.871.243	1.531.142
<b>Reserva de reavaliação líquida de impostos</b>	<b>(7.029.594)</b>	<b>(4.087.103)</b>

## **b) Reservas por impostos diferidos**

Os impostos diferidos, calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios, nesta rubrica. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

## **c) Reservas Estatutárias**

São constituídas anualmente, de acordo com os estatutos da Companhia, em 10% do lucro líquido anual.

## **d) Outras Reservas**

Nesta rubrica estão registadas as Reservas Livres, as quais resultam de resultados positivos, não necessários para dotar a reserva legal nem para cobrir prejuízos transitados e não distribuídos aos accionistas.

Também incluído em Outras Reservas está a Reserva Legal que só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação Portuguesa, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital emitido.

## **27. Resultados por acção**

### **27.1. Indicação das quantias usadas como numeradores no cálculo dos resultados por acção básicos e diluídos e uma reconciliação dessas quantias com o lucro ou perda atribuível à entidade-mãe para o período em questão.**

#### **a) Básicos**

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o lucro atribuível aos detentores de capital próprio ordinário (resultado líquido do exercício, após dedução dos dividendos preferenciais) pelo número médio ponderado de acções ordinárias em circulação, excluindo o número médio de acções próprias detidas pela Companhia.

	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Resultado líquido atribuível aos accionistas (euros)	104.452	3.034.497
Número médio ponderado das acções em circulação (unidades)	5.200.000	5.200.000
Resultado por acção atribuível aos accionistas (euros)	0,02	0,58

#### **b) Diluídos**

Durante os exercícios de 2011 e 2010, a Companhia não deteve elementos susceptíveis de originar o efeito de diluição.

## **28. Dividendos por acção**

### **28.1. Indicação da quantia de dividendos reconhecida como distribuições aos detentores de capital próprio durante período, e a quantia relacionada por acção.**

Os dividendos distribuídos em 2011 relativamente ao exercício de 2010 totalizaram Euros 1.040.000 (Euros 0,2 por acção), resultante da aplicação do resultado líquido do exercício de 2010.

### **28.2. Indicação da quantia de dividendos proposta ou declarada antes de as demonstrações financeiras serem aprovadas mas não reconhecida como distribuição aos detentores de capital próprio durante o período, a quantia relacionada por acção, e a quantia de qualquer dividendo preferencial cumulativo não reconhecido.**

Relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011, o Conselho de Administração não propôs à Assembleia-Geral qualquer distribuição de dividendos aos detentores de capital.

## **29. Transacções entre partes relacionadas**

### **29.1. Indicação do nome da empresa-mãe e da empresa-mãe do topo da Companhia**

A Lusitania é uma seguradora portuguesa integrada no Grupo Montepio Geral.

A empresa-mãe da Companhia é a Associação Mutualista Montepio Geral.

### **29.2. Descrição dos relacionamentos entre empresas-mãe e filiais.**

O Grupo Montepio Geral detém uma participação directa de 89,87% no capital da Lusitania, sendo 64,22% da Associação Mutualista Montepio Geral e 25,65% da Caixa Económica Montepio Geral.

No desenvolvimento da sua actividade a Lusitania efectua transacções com diversas empresas do Grupo Montepio Geral:

#### **Montepio Geral – Associação Mutualista**

O Montepio Geral – Associação Mutualista é a entidade cabeça do Grupo e detém 64,22% do capital social da Lusitania. Nessa qualidade é remunerada com uma parte equivalente dos dividendos distribuídos em cada ano, tendo recebido, durante o exercício de 2011 o montante de Euros 667.863 em dividendos (2010: Euros 657.095).

Em 2009, a AMMG entregou a título de prestações suplementares à Lusitania o montante de Euros 29.750.001, o qual poderá vir a ser convertido em capital social da Lusitania, se vier a ocorrer aumento do mesmo capital social.

#### **Caixa Económica Montepio Geral**

A CEMG é detida em 100% pela AMMG e, por sua vez, detém 25,65% do capital social da Lusitania. Nessa qualidade é remunerada com uma parte equivalente dos dividendos distribuídos em cada ano, tendo recebido, durante o exercício de 2011 o montante de Euros 266.786 em dividendos (2010: Euros 262.484).

Em 2009, a CEMG entregou a título de prestações suplementares à Lusitania o montante de Euros 12.750.000, o qual poderá vir a ser convertido em capital social da Lusitania, se vier a ocorrer aumento do mesmo capital social.

Em 31 de Dezembro de 2011, a Caixa Económica Montepio Geral subscreveu integralmente a emissão de um empréstimo obrigacionista subordinado no montante global de Euros 18.000.000, emitido pela Lusitania.

### **Lusitania Vida Companhia de Seguros, SA**

A Lusitania Vida Companhia de Seguros, SA é a seguradora do ramo vida do Grupo sendo detida directamente em 80,45% pelo Grupo Montepio Geral.

Em 31 de Dezembro de 2011 era detentora de 5,37% do capital social de Lusitania Companhia de Seguros, S.A., tendo recebido, durante o exercício de 2011 o montante de Euros 55.890 em dividendos (2010: Euros 54.989 Euro).

Em 2009, a Lusitania Companhia de Seguros, S.A., subscreveu 50% do empréstimo obrigacionista emitido pela Lusitania Vida Companhia de Seguros em Novembro de 2007.

Em 31 de Dezembro de 2009, a Lusitania Vida Companhia de Seguros, SA subscreveu integralmente a emissão de um empréstimo obrigacionista subordinado no montante global de Euros 18.000.000, emitido pela Lusitania.

### **29.3. Indicação da remuneração das pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planeamento, direcção e controlo, de forma directa ou indirecta, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro), no total e para cada uma das categorias de benefícios de empregados de curto prazo, benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, benefícios de cessação de emprego e pagamento com base em acções.**

As remunerações e encargos dos Órgãos Sociais é analisada como segue:

Nome/Cargo	2011		2010	
	Remunerações	Encargos	Remunerações	Encargos
António Tomás Correia / Presidente Conselho Administração	-	-	-	-
José António Arez Romão / Administrador-Delegado	225.099	15.201	234.092	15.628
Jorge José Conceição Silva / Administrador	208.530	15.609	209.297	15.628
José António Romão Eusébio / Administrador a)	64.518	4.474	224.487	15.628
Virgílio Manuel Boavista Lima / Administrador	27.720	5.142	-	-
Manuel da Costa Brás / Presidente do Conselho Fiscal	4.500	-	4.060	-
José Augusto Perestrelo de Alarcão Troni / Vice-Presidente do Conselho Fiscal	3.500	-	7.305	-
Fernando Vassalo Namorado Rosa / Vogal do Conselho Fiscal	3.500	-	3.045	-
<b>Total</b>	<b>537.367</b>	<b>40.426</b>	<b>682.286</b>	<b>46.884</b>

a) Cessou funções no decorrer de 2011

Os valores apresentados referentes aos membros do Conselho Fiscal, dizem respeito ao determinado em Comissão de Vencimentos, referente ao fecho de 2010 e que foi liquidado ou colocado à disposição em Março de 2011. Os valores referentes ao exercício de 2011, que são pagos ou colocados à disposição em Março de 2012, são Euros 4.500 e Euros 3.500 para o Presidente e para os restantes membros do Conselho Fiscal, respectivamente.

Os honorários com a Revisão Oficial de Contas ascenderam a Euros 185.114 (2010: Euros 159.500), tendo compreendido o trabalho de revisão legal das contas, a revisão do reporte semestral e anual efectuado pela Companhia à Caixa Económica Montepio Geral, a revisão dos relatórios e mapas de reporte prudencial submetidos ao ISP, a revisão do relatório enviado pela Companhia ao ISP sobre os

sistemas de gestão de riscos e de controlo interno e, adicionalmente, uma revisão e avaliação dos controlos informáticos associados aos sistemas aplicativos e interfaces.

Remunerações e encargos dos Directores (em euros):

DIRECTORES - De acordo com a estrutura a 31/DEZ/2011		2011		2010	
Nome/Cargo		Remunerações	Encargos	Remunerações	Encargos
Directores Coordenadores ( 8 colaboradores )		630.530	151.686	700.066	154.730
Directores de Serviço - 1ª Linha ( 10 colaboradores )		697.512	168.448	788.158	164.336
<b>Total</b>		<b>1.328.042</b>	<b>320.134</b>	<b>1.488.224</b>	<b>319.066</b>

**29.4. Indicação, no caso de ter havido transacções entre partes relacionadas, da natureza do relacionamento existente, assim como, relativamente às transacções e saldos pendentes, a informação necessária para a compreensão do respectivo efeito potencial nas demonstrações financeiras:**

As operações financeiras e económicas entre as partes relacionadas podem ser analisadas como segue:

(milhares de euros)																											
Designação da Contas	Montepio Geral		LUS. VIDA C.S., S.A.		S.P.A, S.A.		C.S.M.C.B, S.A.		C.S.M.B, S.A.		E.G.I.R.P		Leacock Seguros, Lda		E.N.SAK		Germont		Futuro		Lykeion-C. Conhecimento		N-Seguros		Bolsímo		
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010	
Contas Activo	33.362	27.658	8.780	8.261	2.731	4.612	257	257	427	527	526	2.366	-	-	150	225	3	5	318	126	57	50	24.445	22.208	22.042	20.669	
Depósito a ordem	5.522	1.455	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Ações/Quotas	-	-	4.384	3.261	590	590	257	257	427	527	-	1.851	-	-	-	-	3	5	318	126	50	50	12.500	12.500	2.042	669	
Depósitos a Prazo	15.062	12.052	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Empréstimo	-	-	-	-	2.075	3.980	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11.500	9.000	-	-	
Obrigações	12.778	14.151	4.397	5.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20.000	20.000	
D.C.D. - C/Corrente	-	-	-	-	67	42	-	-	-	-	526	514	-	-	150	225	-	-	-	-	7	-	445	708	-	-	
Contas Passivo	13.435	10.920	18.056	18.055	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Dividendos pagos	935	920	56	55	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Empréstimo Subordinado	2.500	-	18.000	18.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Conta Corrente Cauçionada	10.000	10.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Proveitos	560	419	1.836	384	175	123	7	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	265	1	406	11	
Custos	4.917	5.465	515	418	168	179	-	-	-	-	-	-	114	145	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	

Montepio Geral - Caixa Económica Montepio Geral e Montepio Geral - Associação Mutualista  
LUS. VIDA C.S., S.A. - Lusitania Vida Companhia de Seguros, S.A.  
S.P.A., S.A. - Sociedade Portuguesa de Administrações, S.A.  
C.S.M.C.B., S.A. - Clínica Serv. Médicos Comput. Belém, S.A.  
C.S.M.B., S.A. - Clínica Santa Maria de Belém, S.A.  
E.G.I.R.P. - Empresa Gestora de Imóveis da Rua do Prior

## 31. Compromissos

Durante o ano de 2011 os montantes registados relacionados com compromissos de locação operacional, relativos ao aluguer de viaturas sem condutor, foram os seguintes:

Entidade	2011	2010
Montepio	120.119	172.812
Multirent	17.902	105.994
GEFleet	66.231	12.122
Rentilusa	120.594	379.871
Leaseplan	452.152	161.070
Outros	4.990	35.923
<b>Total</b>	<b>781.988</b>	<b>867.792</b>

A maturidade dos compromissos financeiros assumidos com contratos de aluguer operacional de viaturas sem condutor está indicada no mapa a seguir apresentado:

2011	Até 12 meses	+ 1 até 2 anos	+ 2 até 4 anos	Total
<b>Rendas futuras</b>	23.192	66.748	1.877.469	1.967.409

A Companhia registou ainda durante o ano de 2011, montantes relacionados com compromissos de locação operacional, relativos ao aluguer de equipamento informático, como segue:

Entidade	2011	2010
Companhia Portuguesa IBM	208.013	337.974
Xerox	193.263	176.925
Csintelirent	39.033	79.058
Outros	21.396	2.601
<b>Total</b>	<b>461.705</b>	<b>596.558</b>

A maturidade dos compromissos financeiros assumidos com contratos de aluguer operacional de equipamento informático está indicada no mapa a seguir apresentado:

2011	Até 12 meses	+ 1 até 2 anos	+ 2 até 4 anos	Total
<b>Rendas futuras</b>	393.457	256.625	216.724	866.806

### 32. Passivos contingentes

Descrição da natureza dos passivos contingentes e, quando praticável, uma estimativa do seu efeito financeiro, uma indicação das incertezas que se relacionam com a quantia ou momento de ocorrência de qualquer exfluxo, e, possibilidade de qualquer reembolso.

Na sequência da aquisição da Real Seguros, a Companhia encontra-se a acompanhar e monitorar a evolução dos seguintes processos / passivos contingentes:

#### Processo Solução

A Real Seguros celebrou em Julho de 2007, mas não contabilizou, um contrato de opção de aquisição de 16.060 acções representativas de 20% do capital social da Solução – Corretores e Consultores de Seguros, SA (Solução), através do qual dois dos accionistas da Solução se constituíram titulares de direitos irrevogáveis de opção de venda dessas acções, ao preço de exercício de 2.262 milhares de euros, capitalizado à taxa Euribor a 1 ano, entre 5 de Julho de 2007 (momento da assinatura) e 24 de Abril de 2009 (data de exercício da opção), deduzido de eventuais dividendos distribuídos pela Solução neste período. É convicção da Administração, com base na opinião dos seus assessores jurídicos, que o desenvolvimento deste processo não implicará o registo de gastos significativos para a Companhia.

#### Processo SMN

A Real Seguros celebrou com o Fundo de Capital de Risco para Investidores Qualificados do Banco Efisa – Dinamização e Competitividade Empresarial (Fundo), um contrato através do qual o Fundo detinha uma opção de venda à Real Seguros de 8.073 acções da SMN – Serviços Médicos Nocturnos, SA (SMN), exercível entre 31 de Março de 2008 e 31 de Maio de 2009, por um preço a ser determinado por uma entidade escolhida por mútuo acordo. Em função da inexistência de valor económico para a SMN, é convicção da Administração da Companhia que o desenvolvimento deste processo não implicará o registo de gastos significativos para a Companhia.

## **IRC de 2009 e 2010**

Ver nota 24, Imposto sobre o rendimento

Para além dos atrás mencionados e dos decorrentes da actividade de seguros, e que se encontram devidamente provisionados nas rubricas de sinistros, não há outros passivos contingentes significativos.

### **36. Acontecimentos após a data do balanço não descritos em pontos anteriores**

Não há acontecimentos a registar

### **37. Outras informações**

#### **37.1. Acréscimos e diferimentos - Passivo**

Indicação por natureza de acréscimo e diferimento, dos montantes reconhecidos no passivo:

	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Receita processada antecipadamente	40.472.953	40.859.727
Remuneração de férias, subsídio de férias, outras remunerações e respectivos encargos	3.835.380	4.999.225
Outros acréscimos e diferimentos	1.351.567	1.671.954
<b>Total</b>	<b>45.659.900</b>	<b>47.530.906</b>

A rubrica Receita processada antecipadamente diz respeito a recibos já pagos pelos tomadores de seguro cujo risco ainda não se iniciou. Por esse motivo, esta receita não se encontra ainda reflectida na conta de exploração da Companhia, sendo reconhecida por contrapartida de Devedores por operações de seguro directo (ver nota 37.2).

#### **37.2. Outros devedores por operações de seguro directo e outras operações**

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os outros devedores por operações de seguros e outras operações são analisados como segue:

	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Devedores por operações de seguro directo	64.254.479	61.084.207
Devedores por operações de resseguro	8.387.496	6.474.260
Outros devedores	18.887.567	20.370.415
<b>Total</b>	<b>91.529.542</b>	<b>87.928.882</b>

A rubrica Devedores por operações de seguro directo inclui o montante de Euros 40.472.953 referente a receita processada antecipadamente e cuja regularização financeira já ocorreu (ver nota 37.1).

#### **37.3. Outros credores por operações de seguros e outras operações**

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os outros credores por operações de seguros e outras operações são analisados como segue:

	<b>2011</b>	<b>2010</b>
Credores por operações de seguro directo	16.975.707	11.712.948
Credores por operações de resseguro	2.777.549	8.381.465
Outros credores	6.441.503	8.875.377
<b>Total</b>	<b>26.194.759</b>	<b>28.969.790</b>



Em 31 de Dezembro de 2011, a rubrica Credores por operações de seguro directo inclui o montante de Euros 11.084.454 relativo a valores a pagar a mediadores.

### 37.4. Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os outros rendimentos e gastos técnicos são analisados como segue:

	2011	2010
Reavaliação de imóveis de rendimento	418.070	420.292
Outros rendimentos / gastos técnicos	581.497	541.517
<b>Total</b>	<b>999.567</b>	<b>961.809</b>

### 37.5. Outros rendimentos/gastos

Em 31 de Dezembro de 2011 e 2010, os outros rendimentos e gastos são analisados como segue:

	2011	2010
Ofertas a Clientes	(236.651)	(300.830)
Acerto de inventários	-	(278.337)
Despesas confidenciais	-	(193.244)
Valia por alienação de activos tangíveis	1.364.401	-
Outros rendimentos/gastos	7.830	98.571
<b>Total</b>	<b>1.135.580</b>	<b>(673.840)</b>

No exercício de 2011 a Companhia procedeu à alienação de ouro amoadado à Lusitania Vida com uma valia realizada no montante de Euros 1.364.401.

### 38. Impacto da alteração da política contabilística de reconhecimento dos desvios atuariais associados ao plano de benefícios definidos

Até 31 de Dezembro de 2010, a Companhia procedia ao diferimento dos desvios atuariais determinados de acordo com o método do corredor. De acordo com este método, os ganhos e perdas atuariais não reconhecidos que excediam 10% do maior entre o valor atual das responsabilidades e o justo valor dos ativos do fundo eram registados por contrapartida de resultados pelo prazo correspondente à vida útil correspondente à vida útil dos colaboradores no ativo.

De acordo com uma das opções previstas no IAS 19 Benefícios a empregados, a Allianz optou por proceder a uma alteração da política contabilística passando a reconhecer os desvios atuariais por contrapartida de reservas. De acordo com o IAS 8, esta alteração da política contabilística é apresentado para efeitos comparativos a partir de 1 de Janeiro de 2010, reconhecendo nessa data a totalidade dos desvios atuariais diferidos em reservas.

Assim, e conforme referido na nota 3.1, a rubrica reservas inclui, com efeito a 1 de Janeiro de 2010, uma reexpressão resultante da referida alteração da política contabilística. A referida reexpressão efectuada no âmbito das IFRS, pode ser analisada como segue:

	Reexpresso		
	Capitais próprios 31.12.2010	Resultado líquido 2010	Capitais próprios 1.12.2010
Valor anteriormente reportado	<b>76.962.720</b>	<b>3.034.497</b>	<b>78.348.419</b>
Ajustamento			
Desvios actuariais	(1.359.601)	-	(1.210.333)
Impostos diferidos	394.284	-	350.996
	(965.317)	-	(859.337)
<b>Imposto sobre o rendimento do exercício</b>	<b>75.997.403</b>	<b>3.034.497</b>	<b>77.489.082</b>

### 39. Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

#### Normas, alterações e interpretações efectivas em ou a partir de 1 de Janeiro de 2011

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor e que a Companhia aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras podem ser analisadas como segue:

##### *IFRS 7 - Instrumentos financeiros: Divulgações – Transferências de activos financeiros*

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Outubro de 2010, a IFRS 7 - Instrumentos financeiros: Divulgações – Transferências de activos financeiros, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Julho de 2011, sendo a sua adopção antecipada permitida.

As alterações requeridas às divulgações sobre as operações que envolvem transferência de activos financeiros, nomeadamente securitizações de activos financeiros, têm como objectivo dar informação aos utilizadores das demonstrações financeiras para que possam avaliar o risco e os impactos associados a essas operações ao nível das demonstrações financeiras.

##### *Annual Improvement Project*

Em Maio de 2010, o IASB publicou o Annual Improvement Project, o qual efectuou 11 alterações em 7 normas. A data de efectividade das alterações, possibilidade de adopção antecipada e requisitos de aplicação na transição são definidos em cada norma. A maioria das alterações foi de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2011.

A Companhia não obteve qualquer impacto significativo da adopção destas alterações às normas em vigor ao nível das demonstrações financeiras.

#### Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efectivas para a Companhia

##### *IFRS 9 - Instrumentos financeiros*

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Novembro de 2009, a IFRS 9 - Instrumentos financeiros parte I: Classificação e mensuração, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2015, sendo a sua adopção antecipada permitida. Esta norma, em Outubro de 2010 foi alterada. A IFRS 9 não foi ainda adoptada pela União Europeia.

Esta norma insere-se na primeira fase do projecto global do IASB de substituição da IAS 39 e aborda os temas de classificação e mensuração de activos financeiros. Os principais aspectos considerados são os seguintes:

- Os activos financeiros podem ser classificados em duas categorias: ao custo amortizado ou ao justo valor. Esta decisão será efectuada no momento inicial de reconhecimento dos activos financeiros. A sua classificação depende de como uma entidade apresenta no modelo de gestão do negócio esses activos financeiros e as características contratuais dos fluxos financeiros associados a cada activo financeiro;
- Apenas podem ser mensurados ao custo amortizado os instrumentos de dívida cujos fluxos financeiros contratados representam apenas capital e juros, isto é, que contenham apenas características básicas de dívida, e para os quais uma entidade no modelo de gestão do negócio apresenta esses activos financeiros com o objectivo de capturar apenas esses fluxos financeiros. Todos os outros instrumentos de dívida são reconhecidos ao justo valor;

- Os instrumentos de capital emitidos por terceiras entidades são reconhecidos ao justo valor com as variações subsequentes registadas em resultados. Contudo, uma entidade poderá irrevogavelmente eleger instrumentos de capital para os quais as variações de justo valor e as mais ou menos-valias realizadas são reconhecidas em reservas de justo valor. Os ganhos e perdas aí reconhecidos não podem ser reciclados por resultados. Esta decisão é discricionária não implicando que todos os instrumentos de capital assim sejam tratados. Os dividendos recebidos são reconhecidos em resultados do exercício.
- A excepção para deter investimentos em instrumentos de capital cujo justo valor não possa ser determinado com fiabilidade e derivados relacionados, prevista na IAS 39, não é permitida na IFRS 9;
- As alterações ao justo valor atribuíveis ao risco de crédito próprio dos passivos financeiros classificados na categoria de Opção de justo valor (Fair Value option) serão reconhecidas em Other Comprehensive income (OCI). As restantes variações de justo valor associadas a estes passivos financeiros serão reconhecidas em resultados. Os montantes registados em OCI nunca poderão ser transferidos para resultados.

A Companhia está a avaliar o impacto da adopção desta norma.

#### *IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas*

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Maio de 2011, a IFRS 10 - Demonstrações financeiras consolidadas, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta norma introduz um novo enfoque na determinação de quais os investimentos que devem ser consolidados (método integral), substituindo a IAS 27 - Demonstrações financeiras consolidadas e individuais e a SIC 12 – Consolidação de SPE. Desta forma, apresenta uma nova definição de controlo e requisitos para a sua aplicação.

Um investidor detém controlo sobre uma participada quando está exposto, ou tem o direito, a retornos variáveis decorrentes do seu envolvimento na participada e tem a capacidade de influenciar esses retornos devido ao seu poder sobre a participada. Foi introduzido o conceito de de facto control.

Dois principais objectivos foram incluídos nesta norma:

- Introdução de um único modelo de consolidação para todo o tipo de entidades, assegurando-se que uma entidade consolida todo as entidades que controla;
- Introdução de requisitos de divulgação mais extensos, nomeadamente sobre os investimentos que a entidade não consolida.

A Companhia encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma.

#### *IFRS 11 - Acordos conjuntos*

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Maio de 2011, a IFRS 11 - Acordos conjuntos, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta norma substitui a anterior norma IAS 31, mantendo a mesma definição de um acordo conjunto. Contudo, foram introduzidas duas novas categorias de acordos conjuntos: (i) Joint operations: e (ii) Joint ventures.

As principais alterações introduzidas por esta norma foram:

- A estrutura dos acordos conjuntos deixou de ser o factor crítico para determinação do modelo contabilístico a seguir. A classificação de um acordo conjunto exige a identificação e avaliação da estrutura, da forma jurídica, do acordo contratual e de outros factos e circunstâncias;
- Introdução da obrigatoriedade de aplicação da equivalência patrimonial a uma joint venture, eliminando assim a opção de consolidação pelo método proporcional.

A Companhia encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma.

#### *IFRS 12 - Divulgações de interesses noutras entidades*

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Maio de 2011, a IFRS 12 - Divulgações de interesses noutras entidades, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Divulgações mais detalhadas sobre o envolvimento com entidades que consolidam (subsidiárias) e aquelas que não consolidam, nomeadamente:

- A natureza e os riscos associados aos interesses noutras entidades, e
- os efeitos desses interesses ao nível da situação financeira, resultados das operações e fluxos de caixa na entidade que reporta.

A Companhia encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma.

#### *IFRS 13 - Mensuração do justo valor*

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Maio de 2011, a IFRS 13 - Mensuração do justo valor, com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta norma apresenta um conceito revisto de justo valor e define novos requisitos de divulgação informação. Desta forma, os principais aspectos considerados são:

- Princípios que estão na base da determinação do justo valor;
- Técnicas de valorização apropriadas e os três níveis de hierarquização do justo valores; e
- Requisitos mais alargados no que respeita a informação para divulgação.

A Companhia encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma.

#### *IAS 27 - Demonstrações financeiras individuais*

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Maio de 2011, a IAS 27 - Demonstrações financeiras individuais com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta norma IAS 27 (2011) não introduz alterações sobre os requisitos de aplicação da IAS 27 no âmbito das demonstrações financeiras individuais, apenas clarifica: (i) que uma entidade que prepara demonstrações financeiras individuais terá que seguir todas as normas relevantes das IFRS, e (ii) necessidades de requisitos de divulgação.

A Companhia encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma.

#### *IAS 28 - Investimentos em associadas e Joint ventures*

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Maio de 2011, a IAS 28 - Investimentos em associadas e Joint ventures com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta norma veio substituir a IAS 28 (2003) e descreve o tratamento contabilístico a adoptar pelas entidades relativamente aos investimentos em associadas e em joint ventures, definindo assim os requisitos contabilísticos para aplicação da equivalência patrimonial, para ambos os investimentos.

A IFRS 11 determina qual o tipo de acordo conjunto que uma entidade está envolvida, e uma vez determinado que existe um interesse numa joint venture, uma entidade aplica o método da equivalência patrimonial nas contas consolidadas de acordo com a IAS 28 (revista em 2011). A IFRS 12 descreve quais os requisitos de divulgação de informação.

A Companhia encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma.

#### *IFRS 7 (Alterada) - Divulgações - Offsetting de activos e passivos financeiros*

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Maio de 2011, uma alteração à IFRS 7 - Divulgações - Offsetting de activos e passivos financeiros com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2013, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta norma alterou os requisitos de divulgação de informação de modo a que os utilizadores das demonstrações financeiras possam avaliar o efeito ou potencial efeito da apresentação de forma líquida de activos e passivos financeiros na situação financeira de uma entidade.

A Companhia encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma alterada.

#### *IAS 32 (Alterada) - Offsetting de activos e passivos financeiros*

O International Accounting Standards Board (IASB), emitiu em Maio de 2011, uma alteração IAS 32 - Offsetting de activos e passivos financeiros com data efectiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2014, sendo a sua adopção antecipada permitida.

Esta alteração veio substituir o parágrafo AG38 da IAS 32 pelos novos parágrafos AG38A-AG38F, relativamente às condições requeridas para se efectuar a apresentação de forma líquida de activos e passivos financeiros, na situação financeira de uma entidade: (i) o critério de que uma entidade tem o direito legal de efectuar a liquidação pelo valor líquido dos valores reconhecidos, e (ii) o critério de que uma entidade tem a intenção de liquidar os valores de forma líquida ou de realizar os activos e liquidar os passivos em simultâneo.

A Companhia encontra-se a analisar os possíveis impactos desta norma alterada.

## INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS - Anexo I

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade/ Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO				Unitário	Total
	1 INVESTIMENTOS					
	1.1. EM EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS					
	1.1.1. PARTES DE CAPITAL EM EMPRESAS DE GRUPO					
	1.1.1.1. AÇÕES					
920910022001	CLINICA SERV. MÉDICOS COMPUTORIZADOS DE BÉLEM	51.465	4,99	256.706	4,99	256.706
921910045901	MUTUAMAR FORMAÇÃO	1	50.000,00	50.000	50.000,00	50.000
921910039401	NSEGUROS	1.700.000	7,35	12.500.000	7,35	12.500.000
921910000501	SOC. PORTUGUESA DE ADMINISTRAÇÕES (ACC)	80.632	7,31	589.561	7,31	589.561
	sub-total	1.832.098		13.396.268		13.396.268
	total	1.832.098		13.396.268		13.396.268
	1.1.2. EM EMPRESAS ASSOCIADAS					
	1.1.2.1. OBRIGAÇÕES					
714910042709	BOLSIMO - PAPEL COMERCIAL 9º EM.	20.000.000	100,00%	20.000.000	100,08%	20.016.075
PTLVAAOE0008	OBRIG. SUB. Prazo Indeterminado LUSITANIA VIDA	5.000.000	100,00%	5.000.000	88,20%	4.409.856
	sub-total	25.000.000		25.000.000		24.425.931
	1.1.2.2. OUTROS INVESTIMENTOS					
921910012201	EUROMINAS (ACC)	13	4,99	65	-	-
921910000801	FUTURO - S.G.F.P.	26.796	4,72	126.439	11,87	318.069
921910000701	LUSITANIA VIDA - Companhia de Seguros	110.204	29,59	3.261.416	39,78	4.383.915
921810000801	MOÇAMBIQUE - Companhia de Seguros	38.880	237,32	9.226.942	4,34	168.739
	sub-total	175.893		12.614.861		4.870.723
	total	25.175.893		37.614.861		29.296.653
	1.2. OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS					
	1.2.1. ACTIVOS FINANCEIROS AO JUSTO VALOR G E P DETIDOS PARA NEGOCIAÇÃO					
	1.2.1.1. OBRIGAÇÕES					
	1.2.1.1.1. DE OUTROS EMISSORES PUBLICOS					
PTPETGCM0002	PARPUB 3.25 12/18/14	50.000	99,10%	49.551	80,43%	40.215
	sub-total	50.000		49.551		40.215
	1.2.1.1.2. DE OUTROS EMISSORES					
DE0003933511	AG DB 0 01/16/14	730.000	95,92%	700.244	92,17%	672.865
PTBRIHOM0001	BRISA 4 1/2 12/05/16	1.000.000	99,41%	994.100	63,33%	633.320
ES0214950158	CAJAMM 09/12	200.000	96,44%	192.870	99,88%	199.764
XS0099472994	CREDIT SUISSE G. FINANCE - 99/19	1.000.000	104,87%	1.048.700	95,30%	952.991
XS0215828830	PORTEL 3 3/4 12	500.000	90,44%	452.200	101,92%	509.587
XS0215828913	PORTEL 4.375	100.000	101,53%	101.533	76,62%	76.619
	sub-total	3.530.000		3.489.647		3.045.146
	total	3.580.000		3.539.199		3.085.361
	1.2.2. ACTIVOS FINANCEIROS CLASSIFICADOS NO RECONHECIMENTO INICIAL AO JUSTO VALOR					
	1.2.2.1. TÍTULOS DE PARTICIPAÇÃO					
935930005001	MERCAPITAL	45.610	102,54	4.676.799	71,40	3.256.554
SIGLCRE VI	SIGNET	4.718	111,77	527.372	117,98	556.678
	sub-total	50.328		5.204.171		3.813.232
	1.2.2.2. OBRIGAÇÕES					
	DE OUTROS EMISSORES					
BXIIA10E	BARCLAYS BANK	8.298	264,03	2.191.034	253,19	2.101.060
	sub-total	8.298		2.191.034		2.101.060
	total	58.627		7.395.205		5.914.292
	1.2.3. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA					
	1.2.3.1. AÇÕES					
PTBES0AM0007	BES PL	30.000	3,38	101.402	1,34	40.290
NL0000303709	AEGON NV (ACC)	5.508	10,49	57.760	3,10	17.080
BE0003793107	AHNEUSER - BUSH INBEV	2.000	42,66	85.328	47,31	94.610
NL0006033250	AHOLD NV	1.163	28,35	32.976	10,34	12.020
FR0000130007	ALCATEL (ACC)	6.860	2,95	20.247	1,21	8.287
DE0008404005	ALLIANZ (ACC)	1.970	85,52	168.480	73,70	145.189
IT0000062072	ASSICURAZIONE GENERALI	1.057	18,08	19.110	11,45	12.103
921910003001	AUDATEX (ACC)	100	249,40	24.940	500,04	50.004
FR0000120628	AXA (ACC)	5.000	14,86	74.318	10,02	50.100
ES0113211835	BANCO BILBAO VIZCAYA (BBVA)	16.341	11,10	181.426	6,66	108.749
PTBPIOAM0004	BANCO BPI SA	160.485	2,19	351.670	0,48	77.193
PTBCPOAM0007	BANCO COMERCIAL PORTUGUES SA (ACC)	778.541	0,94	730.590	0,14	105.882
ES0113900J37	BANCO SANTANDER CENTRAL HISPANO	33.673	9,71	326.879	5,86	197.425
DE000BASF111	BASF	862	43,15	37.197	53,70	46.289
DE0005752000	BAYER AG (ACC)	4.000	54,19	216.753	49,18	196.700
DE0005190003	BAYERISCHE MOTOREN WERKE AG (ACC)	1.151	63,83	73.471	51,57	59.357
FR0000131104	BNP (ACC)	5.000	41,84	209.196	30,35	151.750
ES0115056139	BOLSAS Y MERCADOS	11.094	21,12	234.299	20,80	230.755
722910042701	BOLSIMO, GESTÃO DE ACTIVOS SA	6.694	100,00	669.400	305,11	2.042.406
PTBRIQAM0000	BRISA - PRIV. Nom.	149.957	7,07	1.060.441	2,54	381.491
FR0000120172	CARREFOUR (ACC)	1.876	32,93	61.770	17,59	32.989
920910022101	CLINICA DE SANTA MARIA DE BÉLEM	69.920	7,54	527.364	6,11	427.211
DE0007100000	DAIMLER CHRYSLER	4.000	53,36	213.432	33,91	135.620
DE0005140008	DEUTSCHE BANK (ACC)	4.139	39,59	163.862	29,30	121.252
DE0005557508	DEUTSCHE TELEKOM AG (ACC)	5.646	13,29	75.016	8,84	49.888
ES0126775032	DIA	1.876	0,51	963	3,49	6.545
DE000ENAG999	E ON AG	5.310	28,41	150.879	16,58	88.013
PTEDPOAM0009	EDP (ACC)	538.991	2,60	1.402.161	2,39	1.288.727
ES0127797019	EDP RENOVAVEIS	62.500	8,01	500.520	4,64	289.688
IT0003128367	ENEL SPA 2001 (ACC)	21.054	4,30	90.525	3,10	65.267
IT0003132476	ENI SPA (ACC)	10.000	16,63	166.281	15,85	158.500
BE0917378490	FORTIS DTOS 08	3.500	-	-	-	-
BE0005591624	FORTIS ( DTOS) Strip VVPR	1.360	-	-	-	-
BE0003801181	FORTIS (ACC)	7.767	3,02	23.437	1,20	9.289
FR0000133308	FRANCE TELECOM (ACC)	10.000	17,30	173.034	12,13	121.300
721910048701	GALILEI	2.008.212	0,12	231.617	0,12	231.617
PTGALOAM0009	GALP PL	101.289	14,44	1.462.479	11,38	1.152.669
ES0116870314	GAS NATURAL	20.026	15,10	302.298	13,26	265.545
FR0010208488	GDF SUEZ	2.582	28,68	74.050	20,55	53.060
722910042601	GERMONT	50	100,00	5.000	65,60	3.280
G80009252882	GLAXO SMITHKLINE	3.795	14,58	55.335	17,63	66.887
US38259P5089	GOOGLE INC (ACC)	324	413,93	134.112	495,53	160.552
ES0142090317	HUARTE IAIN	10.000	20,38	203.823	19,38	193.800

## INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS - Anexo I

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade/	Preço Médio de	Valor Total de	Valor de Balanço	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO	Valor Nominal	Aquisição	Aquisição	Unitário	Total
NL0000303600	ING GROUP	16.792	8,03	134.858	5,56	93.330
921910024801	INTERHOTEL (ACC)	10	4,99	50	-	-
IT0000072618	INTESA SANPAOLO (ACC)	12.857	2,09	26.897	1,28	16.483
NL0000009538	KONINKLIJKE PHILIPS ELECTRONICS	4.836	19,55	94.527	16,21	78.392
FR0000120321	L'OREAL (ACC)	708	75,41	53.389	80,48	56.980
FR0000120537	LAFARGE (ACC)	417	60,25	25.124	27,16	11.326
FR0000121014	LVMH MOET HENNESSY (ACC)	598	124,56	74.488	108,90	65.122
PTMFROAM0003	MARTIFER	7.320	8,01	58.621	1,08	7.906
921910013001	MATUR Portador	90	9,98	898	-	-
PTMGFOAM0006	MG GESTÃO DE ACTIVOS FINANCEIROS	15	-	-	5,00	75
PTMGPOAE0005	MG PATRIMONIOS-SOC. GESTORA PATRIMONIOS	12	-	-	5,00	60
DE0008430026	MUNCHENER RUCKVERS.	801	129,76	103.942	94,55	75.735
CH0038863350	NESTLE	3.630	44,34	160.960	44,37	161.063
FI0009000681	NOKIA AB FINLAND	19.000	7,62	144.852	3,77	71.630
FR0000121485	PINAULT - PRINTEMPS - REDOUTE	209	82,44	17.230	110,65	23.126
DE000PAH0038	PORSCHE	3.451	56,26	194.168	40,99	141.439
PTPTCOAM0009	PORTUGAL TELECOM (ACC)	138.200	9,86	1.363.138	4,45	614.714
921910024901	REGIS HOTEIS	471	21,18	9.976	-	-
PTRELOAM0008	REN PL	39.800	3,56	141.508	2,11	83.819
FR0000131906	RENAULT SA (ACC)	257	35,32	9.077	26,72	6.866
ES0173516115	REPSOL (ACC)	3.000	17,91	53.727	23,70	71.100
GB0007188757	RIO TINTO	2.111	53,18	112.272	37,41	78.962
GB00B03MLX29	ROYAL DUTCH SHELL (ACC)	6.854	24,68	169.173	28,15	192.940
NL0000009082	ROYAL KPN - KONINKLIJKE	5.000	11,16	55.789	9,25	46.225
DE0007037129	RWE (ACC)	1.150	87,44	100.560	26,98	31.027
FR0000120578	SANOFI SYNTHELABO	2.339	53,72	125.644	56,74	132.715
DE0007164600	SAP AG - Pref. (ACC)	2.328	38,14	88.788	40,92	95.262
PTSEMOAM0004	SEMAPA (ACC)	5.000	8,60	43.022	5,35	26.750
DE0007236101	SIEMENS AG (ACC)	4.500	91,48	411.648	73,79	332.055
721910048601	SLN VAL	2.625.000	0,10	262.500	0,10	262.500
FR0000130809	SOCIÉTÉ GENERALE	4.964	26,81	133.073	17,19	85.331
PTSNPOAE0008	SONAE CAPITAL	10.110	0,82	8.294	0,23	2.325
PTS3POAE0009	SONAE INDUSTRIA NEW	17.634	2,56	45.219	0,64	11.198
PTSONOAM0001	SONAE SGPS (ACC)	533.975	0,93	495.292	0,46	244.561
FI0009005961	STORA ENSO (ACC)	2.443	4,88	11.928	4,63	11.306
FR0010613471	SUEZ ENVIRONMENT SA	676	0,01	4	8,90	6.016
IT0003497168	TELECOM ITALIA (ACC)	50.000	2,28	113.935	0,82	41.000
SE0000108656	TELEFONAKTIEBOLAGET LM ERICSSON	4.556	9,81	44.709	7,75	35.286
ES0178430E18	TELEFONICA (ACC)	39.520	19,33	764.053	13,38	528.778
FR0000120271	TOTAL FINA	5.748	43,11	247.805	39,43	226.644
IT0000064854	UNICREDITO ITALIANO	6.500	21,23	137.992	4,18	27.170
NL0000009355	UNILEVER NV (ACC)	3.901	22,14	86.372	26,55	103.572
FR0000127771	VIVENDI (ACC)	1.846	20,30	37.474	16,92	31.225
GB00B16GWD56	VODAFONE AIRTOUCH PLC	76.322	2,01	153.637	2,13	162.719
PTZONOAM0006	ZON MULTIMÉDIA SGPS	36.430	4,63	168.700	2,32	84.590
sub-total		7.817.054		17.179.153		13.328.700
1.2.3.2. UNID.PARTICIP.FUNDOS INVESTIMENTO MOBILIARIO						
KYG0621N1016	A2CT2 SYSTEMATIC FUND	6.274	85,65	537.337	106,43	667.754
922910037101	ACÁCIA BAHREIN	7.500.000	0,75	5.640.370	0,75	5.640.370
GGY121000008	AEIFP	785.950	0,60	472.775	0,45	353.835
PTARMAME0005	ALVES RIBEIRO - MÉDIAS EMPRESAS PORTUGUESAS	1.500	49,88	74.820	37,11	55.663
GB0030276538	ARIS	376	-	-	128,74	48.395
LU0227145389	AXA EURO INFL BDS	5.884	115,79	681.298	111,65	656.926
FR0000434805	BARC EURO MO TERMO	3.353	222,52	746.053	297,13	996.214
PTYPIILM0008	BPI EURO GRANDES CAPITA.	43.895	11,28	495.300	9,27	406.703
PTYPIALM0006	BPI EUROPA	21.617	17,36	375.219	16,17	349.620
LU0292622254	BPI GLOBAL INVESTMENT FUND	166.298	4,16	692.099	3,34	555.603
LU0220378110	BPI HIGH INCOME FUND	323.717	6,53	2.112.579	6,54	2.115.492
PTYPIINLM0001	BPI LIQUIDEZ	23.957	7,10	170.000	7,11	170.296
LU0049736407	BPI LUX EUROPA	126.722	10,34	1.310.774	9,22	1.168.759
LU0220377575	BPI OPPOC	151.248	5,94	897.800	5,86	886.918
LU0220378623	BPI UNIVERSAL	101.845	6,82	694.099	6,43	654.658
PTYBPIJMN0002	BPN VALOR. PATRIMONIAL	583	2.368,44	1.380.800	1.840,50	1.073.009
BMG288472605	DURHAM OVERSEAS FUND	48	-	-	19,28	927
LU0220385321	EDMOND ROTHSCHILD PRIFUND	1.543	152,03	234.585	153,20	236.392
KYG5569M2620	GERMAN REAL ESTATE FUND	569	737,68	419.707	638,66	363.368
KYG399911232	GOTTEx ABI FUND	1.980	-	-	0,00	0
PTYBPGIM0002	IMOGLOBAL	8.643	297,09	2.567.710	356,01	3.077.003
PTYBQAIM0007	IMOREAL	87.275	94,86	8.278.589	87,64	7.648.458
PTYMGNLM0006	MULTI GEST MERC EMER	10.900	45,65	497.534	41,75	455.037
LU0141799097	NORD HYLDI	39.359	18,67	734.638	20,14	792.685
LU0296922973	NOVENERGIA	1	67.471,99	58.228	80.185,01	69.200
KYG6846Y1035	PACIFIC ALL CHINA	143.604	0,58	83.608	0,98	140.732
PTYSAFLM0006	SANTANDER ACÇÕES PORTUGAL	2.379	4,24	10.082	17,09	40.660
LU0213071813	STL GLEURI	61.321	10,65	653.069	10,74	658.588
GBR12100007	THE FINE ART II L.P.	578.054	0,44	251.886	0,55	319.973
GBR12100008	THE FINE ART L.P.	508.630	0,73	371.544	0,66	336.781
sub-total		10.707.525		30.442.503		29.940.019
1.2.3.3. UNID.PARTICIP. FUNDOS INVESTIMENTO IMOBILIARIO						
PTYCXTHM0007	FUNDIMO	1.000	5,10	5.103	7,83	7.833
PTMIVOAM0009	IMOVEST	56.744	5,52	313.330	7,36	417.363
PTNOFCIE0006	LOGISTICA E DISTRIBUIÇÃO	50.000	5,01	250.500	5,97	298.575
935930005701	PALAZZO	30.000	105,48	3.164.424	81,66	2.449.800
IE00B06YB805	PREFF (UPS)	4.251	100,55	427.434	88,57	376.508
PTNOFAIM0008	VISION ESCRITÓRIOS	150.000	3,39	508.342	4,20	630.270
sub-total		291.995		4.669.132		4.180.349
total		18.816.574		52.290.788		47.449.068
1.2.3.4. OBRIGAÇÕES						
1.2.3.4.1. DE DÍVIDA PÚBLICA						
PTCON4OE0005	CONSOLIDADO Centenários - 1940 (4%)	3.931	57,04%	2.242	42,93%	1.687
PTCON3OE0006	CONSOLIDADO - 1943 (2,75%)	8.475	49,00%	4.153	30,21%	2.561
PTPETQOM0006	PARPUB 3.5 07/13	550.000	99,07%	544.891	70,93%	390.132
PTOTEKOE0003	PGB 5 06/12	783.000	98,80%	773.570	99,72%	780.796

## INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS - Anexo I

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade/ Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO				Unitário	Total
PTPBTPGE0018	PORTB 0 01/20/12	1.275.000	96,13%	1.225.691	99,62%	1.270.091
	sub-total	2.620.405		2.550.546		2.445.267
PTCG16OM0004	1.2.3.4.2. DE OUTROS EMISSORES PUBLICOS					
	1.2.3.4.2. CXGD 4.375 05/13	500.000	91,05%	455.237	95,22%	476.116
	sub-total	500.000		455.237		476.116
	1.2.3.4.3. DE OUTROS EMISSORES					
XS0221082125	AAB 0 06/15 (ABN AMRO)	300.000	99,87%	299.597	72,48%	217.431
XS0221514879	ABNANV FLT 15	20.000	93,03%	18.606	86,31%	17.261
XS0309643061	ABSA FLT 07/12	278.000	89,59%	249.061	99,83%	277.515
FR0010161026	ACAFP 12/49	15.000	60,50%	9.075	38,48%	5.772
XS0493818834	ACAFPFLOAT 03/13	200.000	98,70%	197.391	98,29%	196.576
XS0229541213	AIG 3,25 01/16/13	500.000	98,50%	492.500	89,77%	448.873
XS0451674617	ALPHA 3.875 09/12	500.000	99,26%	496.310	81,52%	407.616
XS0211637839	ALZ 0 02/28/49	750.000	99,85%	748.875	78,92%	591.905
XS0207513127	ANZ FLT 12/53	342.000	68,96%	235.859	73,10%	249.989
XS0209139244	ARGENT 0 12/15/35	1.085.833	14,26%	154.792	9,20%	99.897
XS0205537581	ARGENT 1.2 12/38	1.085.833	14,26%	154.792	28,01%	304.100
XS0214398199	BACR 4.75 03/29/49	1.000.000	97,45%	974.500	50,76%	507.626
XS0459903620	BACR FLT 01/13	550.000	99,88%	549.326	100,07%	550.375
XS0201271045	BAVB 0 10/01/14	180.000	99,73%	179.519	86,67%	156.009
XS0479528753	BBVASM FLT 13	1.100.000	96,70%	1.063.718	97,01%	1.067.089
XS0218479334	BBVSM 0 23/05/17	600.000	92,89%	557.314	85,89%	515.365
ES0413211071	BBVSM 4 02/25/25	4.000.000	103,57%	4.142.800	87,29%	3.491.578
XS0284019659	BCPN 0 02/06/12	250.000	94,06%	235.162	98,40%	245.998
PTBPCPOM0051	BCPPL 3 5/8 01/19/12	2.500.000	99,96%	2.498.875	102,32%	2.558.108
PTBCLQOM0010	BCPPL 5.625 04/14	250.000	107,25%	268.125	74,83%	187.083
PTBPCPOM0061	BCPPL FLT 02/13	150.000	87,18%	130.775	74,04%	111.063
PTBPCPUOM0010	BCPPL FLT 03/13	300.000	99,72%	299.165	73,42%	220.270
PTBCT3OM0000	BCPPL FLT 05/14	450.000	96,92%	436.149	61,98%	278.931
PTBERLOM0017	BESNN 0 05/08/13	700.000	91,41%	639.845	81,66%	571.627
PTBLMGOM0002	BESPL 5.625 06/14	450.000	106,84%	480.785	81,92%	368.621
PTBLMWOM0002	BESPL FLT 02/13	600.000	97,80%	586.774	85,02%	510.115
XS0288285272	BEST 150 + 2013	288.000	100,10%	288.300	45,25%	130.320
XS0200584125	BETA FINANCE CORPORATION-TV-15.03.2015	2.000.000	0,00%	1	0,00%	2
XS0580400884	BFCM FLT 01/13	300.000	99,91%	299.717	99,55%	298.661
PTBAFPOE0003	BNFPL 3.25 05/12	423.000	99,77%	422.024	96,33%	407.485
XS0300795746	BNFPL FLT 05/12	275.000	94,11%	258.805	90,88%	249.926
XS0208463306	BNFPL FLT 12/14	295.000	79,98%	235.947	65,02%	191.796
XS0239804445	BNFPL FLT 12/15	536.000	76,56%	410.356	60,01%	321.639
XS0202386743	BNP 0 10/10/14	700.000	99,75%	698.250	100,00%	700.000
XS0625786701	BNP FLT 05/14	450.000	97,47%	438.593	96,72%	435.224
XS0542371975	BNP FLT 09/13	200.000	98,25%	196.505	97,83%	195.663
FR0010956748	BPCEGP FLT 13	400.000	99,87%	399.470	98,39%	393.577
XS0443820088	BPIM 3.75 08/12	500.000	101,04%	505.180	100,06%	500.287
XS0481254257	BPIM FLT 01/12	400.000	99,90%	399.605	100,08%	400.323
PTBB24OE0000	BPIPL 3 07/17/12	600.000	94,07%	564.443	96,94%	581.635
PTBB5VOM0004	BPIPL FLT 01/12	750.000	99,49%	746.168	99,58%	746.816
PTBBRQOM0023	BPIPL FLT 12/17	500.000	98,50%	492.505	98,63%	493.125
PTBSSAOM0005	BRCORO 4.797 13	7.000	102,92%	7.204	86,26%	6.038
IT0004564636	BTPS 2 12/15/12	765.000	100,46%	768.482	98,44%	753.058
IT0004019581	BTPS 3 3/4 08/01/16	250.000	96,71%	241.775	92,77%	231.915
IT0003493258	BTPS 4.25 02/01/19	1.000.000	106,34%	1.063.400	90,16%	901.613
IT0004781941	BUONI CZ 2012	660.000	98,51%	650.150	98,42%	649.539
ES0115006001	BVA FLT 12/49	350.000	32,03%	112.120	49,88%	174.572
ES0213860036	Bc Sabadell 0 16	200.000	64,01%	128.020	74,06%	148.110
XS0277974076	C 0 01/12/12	150.000	99,95%	149.930	100,35%	150.532
XS0243636866	C 0 02/09/16	150.000	100,02%	150.024	88,30%	132.455
XS0259257003	C 0 06/28/13	200.000	97,04%	194.086	96,10%	192.197
PTCMKLXE0004	C.E Montepio Geral Obrig. Subordinadas	13.000.000	100,00%	13.000.000	80,95%	10.523.906
ES0340609009	CABKSM 4.125 11/14	200.000	99,52%	199.045	96,55%	193.093
XS0499243300	CAFP 4 04/09/20	200.000	99,81%	199.613	94,96%	189.918
ES0214843130	CAGALI 0 09/12/16	50.000	84,00%	42.000	72,02%	36.008
ES0214977151	CAVALE 0 04/23/14	300.000	100,01%	300.036	85,21%	255.643
XS0178293519	CENTAURI CORPORATION(CAY)-TV-09.09.2013	2.500.000	0,01%	250	0,01%	250
XS0224399872	CENTAURI CORPORATION(CAY)-TV-09.09.2014	1.210.000	0,01%	121	0,01%	121
XS0213026197	CITIGROUP 4.25 02/25/30	500.000	99,18%	495.900	70,76%	353.808
XS0302132898	CLYDES 0 05/30/2012	300.000	98,91%	296.716	99,75%	299.239
XS0305903410	CM FLT 06/22/17	500.000	95,90%	479.484	93,81%	469.043
FR0010128736	CRLOG FLT 11/49	195.000	70,12%	136.741	53,34%	104.020
DE0003933685	DB 0 09/20/16	250.000	97,69%	244.213	84,20%	210.507
XS0229840474	DB 0 09/22/15	150.000	94,65%	141.973	85,06%	127.596
DE000DB5DDL7	DB FLT 02/14/13	300.000	99,92%	299.750	99,88%	299.650
XS0213188096	DEXGRP 0 02/03/15	260.000	100,10%	260.270	83,38%	216.793
KYG2773C2068	DIVERSIFIELD GLOBAL SECS-PREF-PERP	459.000	11,64%	53.407	12,30%	56.457
XS0413462721	EDP 5,5 09/18	1.000.000	99,70%	996.986	102,06%	1.020.586
XS0495010133	ELEPOR 3.25 03/15	550.000	99,41%	546.771	88,70%	487.862
XS0221295628	ELEPOR 3.75 06/15	586.000	100,07%	586.411	88,52%	518.705
XS0256997007	ELEPOR 4 5/8 06/16	500.000	99,35%	496.745	86,67%	433.366
ES00330960008	ENGSM 3.25 07/12	200.000	102,11%	204.212	101,90%	203.791
XS0451457435	ENIIM 4.125 09/19	250.000	100,63%	251.575	100,29%	250.727
XS0284761169	ERSTBK 0 02/06/14	200.000	99,89%	199.776	96,27%	192.541
XS0443680052	EUROB 4.375 02/13	600.000	100,82%	604.942	64,37%	386.229
BE0930831194	FORTIS 0 02/14/18	100.000	92,99%	92.995	87,56%	87.562
FR0011052703	FRBPCEGP FLT 13	200.000	99,88%	199.753	98,35%	196.690
XS0479542150	GASSM 3.375 01/15	100.000	100,05%	100.051	100,39%	100.390
XS0479541699	GASSM 4.125 01/18	500.000	99,87%	499.340	97,54%	487.724
XS0203295562	GLBIR 0 10/21/14	50.000	0,00%	-	0,00%	-
XS0211034540	GOLDMAN SACHS GROUP 15	1.000.000	100,25%	1.002.450	99,49%	994.873
XS0292051835	HAA 0 03/20/15	150.000	100,07%	150.103	90,64%	135.961
XS0219714564	HAA 0 27/05/15	280.000	100,10%	280.291	102,52%	287.067
DE000HSH2H23	HSNN FLT 02/17	361.000	5,85%	21.116	49,37%	178.226
XS0222372178	IBERDU 3,5 06/22/15	500.000	99,40%	497.000	100,42%	502.078
XS0548801207	IBESM 3.5 10/16	250.000	99,86%	249.641	97,06%	242.645



## INVENTÁRIO DE TÍTULOS E PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS - Anexo I

IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS		Quantidade/ Valor Nominal	Preço Médio de Aquisição	Valor Total de Aquisição	Valor de Balanço	
CÓDIGO	DESIGNAÇÃO				Unitário	Total
XS0243399556	IBSANP 0 02/20/18	500.000	97,80%	488.994	71,20%	355.998
XS0503709411	ICO FLT 07/13	200.000	97,25%	194.490	96,41%	192.824
NL0000122489	ING-INT. NEDERLAND BANK - 99/19 (5.25%)	250.000	112,84%	282.100	107,86%	269.642
IT0003428619	INTESA SPA MORTGAGES - 03/23 (INTS2 1 A2)	4.540	100,00%	4.540	99,44%	4.515
XS0246688435	ISPIM 0 03/15/13	200.000	93,07%	186.133	93,78%	187.550
XS0624833421	ISPIM FLT 05/14	400.000	91,13%	364.537	90,84%	363.378
XS0300196879	ISPIM FLT 05/17	250.000	96,64%	241.588	74,18%	185.438
XS0278803712	ISPIM FLT 12/16	200.000	93,24%	186.489	73,32%	146.632
XS0284839882	JPM 0 01/30/14	200.000	99,80%	199.591	96,91%	193.826
XS0231555672	JPM 0 10/12/12	100.000	99,75%	99.748	87,13%	87.128
XS0149850777	K2 CORPORATION-TV-15.01.2011	1.500.000	0,00%	1	0,00%	1
XS0194805429	KAUP 0 06/30/14	239.000	1,00%	2.390	1,00%	2.390
XS0327159074	KBC 0 26/10/12	150.000	100,10%	150.156	99,05%	148.579
FR0010369595	KNFP 0 01/26/17	200.000	92,96%	185.929	97,39%	194.778
FR0010479527	KNFP 0 07/06/17	350.000	97,88%	342.579	89,29%	312.502
XS0195810717	LLOYDS 0 07/09/16	323.000	99,34%	320.880	74,59%	240.935
XS0498391894	LLOYDS FLOT 13	250.000	99,72%	249.301	99,01%	247.530
XS0579627984	LLOYDS FLT 13	500.000	100,37%	501.872	100,15%	500.755
XS0292499620	MIRAX12 03/20/11	227.700	45,80%	104.277	19,58%	44.584
XS0250907218	MONPI 0 16	250.000	68,69%	171.718	45,27%	113.171
XS0285810841	MONTE 0 14/02/12	300.000	99,30%	297.886	99,86%	299.582
XS0426505102	MONTE 4.75 04/14	500.000	104,61%	523.030	99,50%	497.504
XS0217992030	MONTPI 0 05/12	800.000	95,39%	763.126	92,75%	742.010
PTCMKROE0009	MONTPI 3.25 07/12	800.000	97,03%	776.257	94,54%	756.281
XS0282583722	MS 0 01/16/17	250.000	100,10%	250.260	78,66%	196.643
XS0276891594	MS 0 11/29/13	250.000	99,82%	249.538	91,83%	229.583
XS0250971222	MS 0 13/04/16	250.000	99,85%	249.614	81,53%	203.814
XS0269714464	NAB FLT 12/49	100.000	68,82%	68.815	63,71%	63.714
XS0590184858	NBHSS FLT 02/13	300.000	99,92%	299.750	99,99%	299.962
ES0214958052	NOVAGA FLT 49	300.000	51,92%	155.766	56,21%	168.633
XS0293598495	OPERA GER3 A 01/25/22 (OBG)	87.414	100,10%	87.504	90,27%	78.909
XS0180062191	PARKFIO 12/15/13	1.000.000	0,00%	-	0,01%	100
XS0159861078	PELICAN MORTGAGES - 03/37 (OBG)	61.534	100,39%	61.771	78,07%	48.042
XS0257959113	PENED FLT 06/49	300.000	62,10%	186.293	0,08%	228
XS0215828830	PORTEL 3 3/4 03/26/12	400.000	101,85%	407.392	101,90%	407.587
XS0221854200	PORTEL 4 1/2 06/16/25	500.000	99,63%	498.150	62,02%	310.094
XS0462994343	PORTEL 5 11/04/19	500.000	99,90%	499.510	69,85%	349.273
XS0426126180	PORTEL 6 04/30/13	500.000	107,90%	539.495	102,57%	512.834
PTPTICOE0008	PTIPL FLT 12/12	20.000	99,60%	19.920	100,55%	20.110
XS0313145772	RABOBK FLT 17	350.000	94,56%	330.977	95,13%	332.938
XS0259579547	RBS 0 01/30/17	200.000	100,10%	200.208	67,96%	135.912
XS0627824120	RBS FLT 05/13	400.000	100,22%	400.863	97,32%	389.275
XS0545097742	REDELE 3.5 10/16	500.000	100,03%	500.145	99,80%	498.994
PTRELAOM0000	RENEPL 6.375 12/13	600.000	97,30%	583.803	89,26%	535.561
XS0163771396	RESEAU FERRE FRANCE - 03/23 (RESFER)	150.000	113,74%	170.608	101,95%	152.920
XS0552177858	SANTAN FLOAT 13	750.000	98,72%	740.377	95,94%	719.528
XS0477243843	SANTAN FLOT 13	150.000	95,35%	143.032	96,86%	145.290
NO0010590466	SANTAN FLT 12	250.000	100,02%	250.039	99,74%	249.355
XS0616562277	SANTAN FLT 13	200.000	100,02%	200.031	97,36%	194.718
XS0202197694	SANTAN FLT 49	15.000	60,00%	9.000	46,79%	7.018
XS0541883319	SBAB FLT 09/13	250.000	99,87%	249.669	99,59%	248.969
PTSEMCOE0006	SEMPL FLOAT 04/16	400.000	92,10%	368.400	95,88%	383.504
XS0303483621	SOCGEN 0 06/07/17	550.000	97,95%	538.735	85,81%	471.958
ES00000122R7	SPGB 2.5 10/13	500.000	100,25%	501.261	99,01%	495.058
ES00000120G4	SPGB 3,15 01/16	2.000.000	98,55%	1.971.000	100,57%	2.011.322
ES0000012106	SPGB 4.3 10/31/19	1.000.000	100,51%	1.005.137	98,37%	983.667
ES00000122T3	SPGB 4.85 10/20	900.000	106,09%	954.791	100,56%	905.025
XS0309515657	SVEG FLT 07/17	141.000	76,30%	107.587	75,42%	106.338
XS0232843671	SVSKHB 0 10/19/17	200.000	99,97%	199.946	97,03%	194.060
XS0494547168	TELEFO 3.406 15	500.000	100,61%	503.074	99,31%	496.530
XS0312208407	TITIM FLT 07/13	300.000	96,18%	288.534	93,83%	281.482
XS0296237919	UBS 0 04/18/12	250.000	100,06%	250.145	100,25%	250.618
XS0210641816	UCGIM FLT 01/12	200.000	99,38%	198.751	100,10%	200.191
XS0285148598	UCGIM FLT 02/14	250.000	98,32%	245.788	88,14%	220.362
XS0215828756	UCGIM FLT 04/12	250.000	99,02%	247.551	99,21%	248.030
XS0579221507	UCGIM FLT 07/12	200.000	99,87%	199.733	98,92%	197.833
XS0541506365	UCGIM FLT 09/12	250.000	99,82%	249.541	98,01%	245.025
US96428FAW86	WHITE PINE CORP-TV-31.12.2016	884.000	0,00%	-	0,01%	61
XS0271816869	ZELA FINANCE CORP-TV-18.08.2016	1.000.000	0,00%	-	0,00%	1
sub-total		85.359.853		70.870.542		63.864.978
total		88.480.259		73.876.324		66.786.361
1.2.4. INVESTIMENTOS A DETER ATE MATURIDADE						
1.2.4.1. OBRIGAÇÕES						
1.2.4.1.1. DE DIVIDA PUBLICA						
PTOTEYOE0007	PGB 3,85 04/15/21	1.000.000	97,88%	978.800	84,22%	842.224
PTOTE3OE0017	PGB 3.35 10/15/15	2.105.000	101,87%	2.144.360	93,15%	1.960.775
PTOTE0OE0017	PGB 3.6 10/15/14	810.000	99,45%	805.530	96,34%	780.380
PTOTENOE0018	PGB 4.45 06/15/18	3.750.000	92,30%	3.461.250	92,56%	3.471.098
PTOTEMOE0027	PGB 4.75 06/14/19	2.250.000	90,38%	2.033.550	92,35%	2.077.968
PTOTECOE0029	PGB 4.8 06/15/20	11.775.360	88,09%	10.373.313	90,97%	10.711.910
PTOTEKOE0003	PGB 5 06/15/12	18.297.000	94,11%	17.219.739	98,73%	18.065.128
PTOTE0OE0009	PGB 5.45 09/13	15.367.000	87,38%	13.427.300	89,22%	13.710.177
sub-total		55.354.360		50.443.842		51.619.660
1.2.4.1.2. DE OUTROS EMISSORES PUBLICOS						
PTCFPAOM0002	CAMFER 4.17 10/19	5.500.000	98,83%	5.435.500	75,27%	4.139.655
PTCG1LOM0007	CXGD 5 1/8 02/19/14	5.000.000	99,60%	4.980.174	99,31%	4.965.357
XS0230315748	PARPUB 3,567 09/22/20	2.500.000	98,19%	2.454.700	85,86%	2.146.568
sub-total		13.000.000		12.870.374		11.251.580
total		68.354.360		63.314.216		62.871.240
total geral		206.297.810		251.426.862		228.799.243



## CERTIFICAÇÕES



## RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Lusitania, Companhia de Seguros, SA vem apresentar o relatório sobre a actividade desenvolvida e emitir parecer sobre o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.

O Conselho Fiscal acompanhou a situação da Companhia, contactando a Administração e os Serviços, dos quais recebeu sempre os esclarecimentos e as informações solicitadas.

Os processos de integração da Real e da Mutuamar continuaram também a ser objecto de atenção.

O Conselho Fiscal acompanhou igualmente a actividade desenvolvida pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas KPMG & Associados, tendo recebido em tempo útil a comunicação a confirmar a sua independência e a declarar não ter prestado serviços adicionais.

Analisando o exercício de 2011, verifica-se que este ano foi marcado pelas consequências directas da operação de fusão por incorporação da extinta Real Seguros, S.A., em 2010, que ocorreu num curto espaço de tempo e num ambiente económico e financeiro muito desfavorável.

Desta forma, verificou-se o agravamento de certas variáveis da exploração, designadamente o crescimento da produção e o nível de sinistralidade, influenciando naturalmente os resultados.

A estas contrariedades veio juntar-se ainda a crise da dívida soberana que implicou uma pesada desvalorização de Activos Financeiros e um reforço do apuramento de imparidades, só parcialmente atenuadas pela permissão para reclassificar Títulos de Rendimento Fixo para "deter até à maturidade". De qualquer maneira, não foi possível evitar um acentuado recuo das taxas de cobertura da Margem de Solvência e das Provisões Técnicas pelos Activos Financeiros.

A Certificação Legal das Contas, elaborada por Auditores Externos Independentes, à qual o Conselho Fiscal dá o seu acordo, contém uma Reserva sobre a inclusão no Activo da Lusitania de uma verba relativa a prejuízos fiscais apurados pela Real Seguros, S.A. antes da operação de fusão (Impostos Diferidos Activos).

Além desta Reserva às Contas, o Conselho Fiscal julga não poder deixar de assinalar a situação na N Seguros, S.A., cujo capital a Lusitania detém a 100% e a que se somam os valores de um empréstimo subordinado e de uma prestação suplementar de capital. Tudo somado, não deixará de haver um forte impacto nas Demonstrações Financeiras Consolidadas, uma vez que aquela Companhia vem acumulando prejuízos até hoje.

Verificaram-se e continuaram a verificar-se demoras / dificuldades na alienação ou recuperação dos activos daquela Companhia, sendo expectável uma taxa de rentabilidade muito baixa.

O Relatório do Conselho de Administração foi também objecto de análise e verificação, concluindo o Conselho Fiscal que o seu conteúdo procura traduzir de forma correcta a acção desenvolvida e a evolução da Companhia.

A proposta de aplicação de resultados merece a concordância deste Conselho.

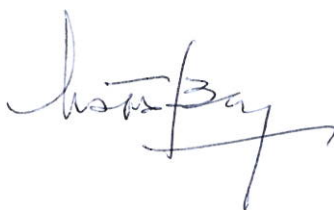
No decorrer dos trabalhos, o Conselho Fiscal não tomou conhecimento de qualquer situação ou procedimento que violasse as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

Sendo assim, tendo em consideração todas as informações recebidas do Conselho de Administração e dos Serviços da Companhia e a opinião constante da Certificação Legal de Contas, o Conselho Fiscal emite o Parecer seguinte:

1. Que sejam aprovados o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras do exercício de 2011;
2. Que seja aprovada a Proposta de Aplicação dos Resultados do exercício de 2011;
3. Que aos membros do Conselho de Administração seja conferido um voto de louvor pelo seu empenho, dedicação e zelo colocados no exercício das suas funções.

Lisboa, 26 de Março de 2012

**O Conselho Fiscal**

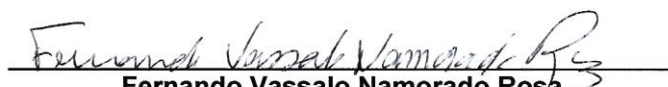


---

**Manuel da Costa Braz**  
Presidente



**José Augusto Perestrelo de Alarcão Troni**  
Vice-Presidente



**Fernando Vassalo Namorado Rosa**  
Vogal



**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores  
Oficiais de Contas, S.A.**  
Edifício Monumental  
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º  
1069-006 Lisboa  
Portugal

Telefone: +351 210 110 000  
Fax: +351 210 110 121  
Internet: [www.kpmg.pt](http://www.kpmg.pt)

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras da **Lusitania Companhia de Seguros, S.A.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2011 (que evidencia um total de 543.831.610 euros, e um total de capital próprio de 72.427.331 euros, incluindo um resultado líquido de 104.452 euros), as demonstrações dos resultados, do rendimento integral, dos fluxos de caixa e das alterações nos capitais próprios do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

### Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector Segurador, estabelecidos na Norma Regulamentar nº 4/2007, de 27 de Abril, com as alterações subsequentes introduzidas pela Norma Regulamentar nº 20/2007 – R de 31 de Dezembro e pela Norma Regulamentar nº 22/2010 – R de 16 de Dezembro, ambas emitidas pelo Instituto de Seguros de Portugal, que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Companhia, o resultado das suas operações, o rendimento integral, os fluxos de caixa e as alterações nos seus capitais próprios, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

### Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
  - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizados na sua preparação;
  - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
  - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e

- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
- 5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira, constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
- 6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

### **Reserva**

- 7. Conforme referido na nota 24 - Imposto sobre o rendimento, os impostos diferidos activos registados em 31 de Dezembro de 2011 incluem o montante de 11,2 milhões de euros (31 de Dezembro de 2010: 11,2 milhões de euros) relativo a prejuízos fiscais apurados pela Real Seguros, S.A. antes da operação de fusão na Lusitania Companhia de Seguros, S.A. Em resposta ao pedido de autorização para a dedução desses prejuízos, a Administração fiscal estabeleceu um plano de dedução dos mesmos o qual limita a sua dedução a 1,29% dos lucros tributáveis da Lusitania. A Companhia interpôs recurso para o Tribunal Administrativo do Despacho do Secretário de Estado, por violação de lei, lei que de resto tutelou as anteriores aquisições da Lusitania, sem qualquer limitação percentual, sendo sua convicção e dos seus consultores fiscais que terão ganho de causa. Tendo por base a informação que nos foi disponibilizada, não podemos aferir sobre a recuperabilidade deste activo.

### **Opinião com uma reserva**

- 8. Em nossa opinião, excepto quanto ao efeito da situação referida no parágrafo n.º 7, as referidas demonstrações financeiras, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Lusitania Companhia de Seguros, S.A. em 31 de Dezembro de 2011, o resultado das suas operações, o rendimento integral, os fluxos de caixa e as alterações nos capitais próprios referentes ao exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para o sector Segurador, estabelecidos na Norma Regulamentar nº 4/2007, de 27 de Abril, com as alterações subsequentes introduzidas pela Norma Regulamentar nº 20/2007 – R de 31 de Dezembro e pela Norma Regulamentar nº 22/2010 – R de 16 de Dezembro, ambas emitidas pelo Instituto de Seguros de Portugal.





### **Ênfase**

9. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos à atenção para o facto de as demonstrações financeiras da Lusitania Companhia de Seguros, S.A., com referência a 31 de Dezembro de 2010, terem sido examinadas por outra Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que emitiu a Certificação Legal das Contas, datada de 24 de Março de 2011, com duas ênfases. A nossa nomeação como revisores ocorreu em 25 de Março de 2011, para efectuarmos a revisão legal das contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2011.

### **Relato sobre outros requisitos legais**

10. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 26 de Março de 2012



**KPMG & Associados,**

**Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A. (n.º 189)**

representada por

Fernando Gustavo Duarte Antunes (ROC n.º 1233)